

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LEANDRO ROSA DE OLIVEIRA

**NAS VEREDAS DO IMPÉRIO:  
GUERRA, POLÍTICA E MOBILIDADES  
ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DO  
VISCONDE DE SERRO ALEGRE  
(RIO GRANDE DO SUL, c.1790-c.1870)**

Professor Doutor Luciano Aronne de Abreu  
Orientador

Porto Alegre  
2016

LEANDRO ROSA DE OLIVEIRA

**NAS VEREDAS DO IMPÉRIO:  
GUERRA, POLÍTICA E MOBILIDADES ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DO  
VISCONDE DE SERRO ALEGRE (RIO GRANDE DO SUL, c.1790 - c.1870)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre  
2016

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48 Oliveira, Leandro Rosa de

Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c.1790-c.1870). / Leandro Rosa de Oliveira. – Porto Alegre, 2016.

155 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. História. 2. Tavares, João da Silva - Biografia. 3. Serro Alegre, Visconde de – Biografia. 4. Rio Grande do Sul – História – Império. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

CDD 923.281

**Aline M. Debastiani**

**Bibliotecária - CRB 10/2199**

LEANDRO ROSA DE OLIVEIRA

**NAS VEREDAS DO IMPÉRIO:  
GUERRA, POLÍTICA E MOBILIDADES ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DO  
VISCONDE DE SERRO ALEGRE (RIO GRANDE DO SUL, c.1790 - c.1870)**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em História da Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu - PUCRS

---

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - UFPel

---

Prof. Dr. Luís Augusto Farinatti - UFSM

Porto Alegre  
2016

À querida Vó Ceny.  
Sempre.

## AGRADECIMENTOS

Recordar de todas as pessoas que foram relevantes para a conclusão de um trabalho e expressar, em breves linhas, nossa gratidão a elas. Esse é um costume recomendado pela praxe acadêmica. Apenas recomendado. Não é algo obrigatório. Tampouco há normas sobre como fazê-lo. E creio que, mesmo assim, a maioria das pessoas o faça, afinal, é algo importante. Para mim, ao menos, trata-se de um momento muito importante.

Preciso confessar, entretanto, que em raríssimas vezes comecei a ler um trabalho a partir dos agradecimentos, ainda mais nesses tempos em que a pressa (esta também, convenhamos, uma praxe acadêmica) acaba lamentavelmente impondo, por vezes, leituras rápidas ou até mesmo utilitárias. Creio, aliás, que é bem possível que essa seja uma prática mesmo entre aqueles que buscam a leitura de determinados trabalhos por seu interesse acadêmico. É algo que apenas suponho, pela pressa que tristemente vejo também em meus colegas. E partindo desse princípio, que dizer então sobre aqueles amigos e familiares que talvez nunca tomem em mãos nossos trabalhos, pelos mais diversos motivos, a não ser que nós mesmos os mostremos? Afinal, cada um deles tem também seus interesses, os quais muitas vezes divergem dos nossos. Da mesma forma, cada um possui também, infelizmente, suas pressas. Essa mesma pressa, que às vezes acaba também por nos afastar de muitas pessoas, inclusive daquelas que gostaríamos de incluir nessas linhas. Quanta pressa...

Foi pensando nisso que optei por não escrever meus agradecimentos. Trata-se, como já disse, de algo muito importante para mim. E é exatamente por isso que não os escreverei. Ao invés disso, utilizarei este espaço para registrar um compromisso. Ele será publicizado, à maneira usual do nosso tempo, para que algumas das pessoas que deveriam estar nessas linhas saibam dele, e talvez para que alguma outra que, tendo eventualmente chegado a este ponto, possa, quem sabe, sentir-se motivada a fazer o mesmo. Que custa sonhar?

Cada uma das pessoas as quais sou grato por ter chegado a este momento receberá pessoalmente meu carinho, meu abraço, e meu mais sincero obrigado. A cada uma delas dedicarei uma parcela do meu tempo, para que eu possa a elas realmente agradecer. Esse é o compromisso que aqui firmo e registro. E não importa o tempo que leve. Cada agradecimento ocorrerá a seu tempo. E sem pressa.

## RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é analisar a trajetória de João da Silva Tavares, Barão e depois Visconde de Serro Alegre, ao longo do século XIX. Caracterizada principalmente por sua atuação nas esferas da guerra e da política, a trajetória de Silva Tavares foi marcada também pelas mobilidades social, econômica e espacial, estando todos esses elementos diretamente ligados entre si. Percorrendo diferentes veredas do Império que se construía no Brasil durante o mesmo período, João da Silva Tavares conseguiu ascender econômica e socialmente, o que nos permite comparar os distintos momentos de sua vida com as sociedades nas quais esteve inserido em diferentes contextos, ao mesmo tempo em que possibilita também perscrutar acerca das hierarquias socioeconômicas existentes ao sul do Império. A análise de determinadas circunstâncias dessa trajetória, além disso, torna possível também a visualização de fenômenos tanto conjunturais da história do Brasil Imperial, como guerras e disputas políticas, quanto estruturais, como as migrações. Para tanto, utilizamos um conjunto bastante diversificado de fontes, tais como relatos biográficos e correspondências emitidas e recebidas por Silva Tavares, inventários *post mortem*, registros de batismo e listas nominativas. O trabalho divide-se em 3 capítulos: o primeiro, intitulado “Erguer-se”, aborda os primeiros anos da vida de Silva Tavares e sua trajetória até o limiar da Revolução Farroupilha; o segundo, “Mover-se”, trata sobre dois divisores de águas na trajetória de Serro Alegre, quais sejam, a Revolução Farroupilha e sua posterior migração para Bagé; o terceiro, “Reerguer-se”, é dedicado não só aos últimos anos de sua trajetória, mas também a sua inserção, sob diversos aspectos, tanto na localidade de Bagé quanto nas estruturas do Império do Brasil.

**Palavras-chave:** João da Silva Tavares. Visconde de Serro Alegre. Trajetória. Mobilidade. Guerra. Política.

## ABSTRACT

The purpose of this Thesis is to analyse the trajectory of João da Silva Tavares, Baron and then Viscount of Serro Alegre, during the 19th. century. Mainly characterized by his performance in the spheres of war and politics, the trajectory of Silva Tavares was marked by social, economic and spatial mobility, and all of these elements directly linked. The Viscount managed to ascend social and economically, by navigating through many paths of the Empire that was being built in Brazil in that time. His strategies allow us to compare the distinct moments of his life with the societies that he was inserted in different contexts, at the same time that enable us to explore typical socioeconomic hierarchies that were in place in Brazil's southernmost province. The analysis of certain circumstances of his trajectory, furthermore, gives the opportunity to address conjunctural and structural phenomena of the Brazilian Empire – especially wars, political disputes, and migrations. For that reason, we accessed a diverse set of sources, such as biographical narratives, letters, post mortem inventories, ecclesiastical records and nominative lists. The text is divided into three chapters: the first one, “Rising”, focuses on the early years of Silva Tavares life and his trajectory until the beginning of the Ragamuffin War; the second chapter, entitled “Moving”, addresses two turning points of Serro Alegre's life: his military activities during the Ragamuffin War and his subsequent migration to Bagé; the third, “Rebuilding”, is dedicated to the last years of his trajectory, revealing his insertion into Bagé and into the Brazilian Empire structures.

**Key-words:** João da Silva Tavares. Visconde de Serro Alegre. Trajectory. Mobility. War. Politics.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Variação temporal dos percentuais gerais de procedência (Bagé, 1829 - 1860) .....	94
Gráfico 2 – Variação temporal dos percentuais de procedência de indivíduos oriundos de áreas do atual estado do Rio Grande do Sul (Bagé, 1829 - 1860) .....	95

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Principais rotas de fluxo migratório para as capelas de Alegrete, Bagé, Herval e Jaguarão (Primeira metade do século XIX).....	93
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Origem dos indivíduos presentes na lista de criadores de 1807.....	25
Quadro 2 – Estrutura e concentração da posse escrava em Jaguarão e região (década de 1810).....	33
Quadro 3 – Estrutura e concentração da posse escrava a partir do “Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, e Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas” (1824).....	40
Quadro 4 – Percentuais gerais de procedência – Alegrete, Bagé, Herval e Jaguarão.....	90
Quadro 5 – Padrinhos Preferenciais (Bagé, 1845-1860).....	133
Quadro 6 – Idade dos Padrinhos Preferenciais no ano em que mais batizaram (Bagé, 1845-1860).....	135

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 ERGUER-SE</b> .....	18
1.1. NASCER E MIGRAR NAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (c.1780 - c. 1820).....	18
1.2. ENVEREDAR-SE EM UM NOVO IMPÉRIO (1822 - 1835).....	42
<b>2 MOVER-SE</b> .....	60
2.1. ALTEAR-SE E CAIR EM NOME DO IMPÉRIO (1835-1845).....	60
2.2. MENEAR E MIGRAR NAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO BRASILEIRO (1845 – 1860).....	84
<b>3 REERGUER-SE</b> .....	100
3.1. TORNAR ÀS VEREDAS DO IMPÉRIO (1845-1872).....	100
3.2. COLHER OS FRUTOS E OS LOUROS DAS VEREDAS DO IMPÉRIO (1845-1872).....	119
<b>CONCLUSÃO</b> .....	143
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	148

## INTRODUÇÃO

Os primeiros anos do século XIX testemunharam, ao sul das Américas, o avanço territorial do Império Português em direção às possessões imperiais espanholas e aos territórios ocupados por populações indígenas, em especial aqueles relativos às estâncias missioneiras. Foram, esses mesmos anos, testemunhas não só dos conflitos inerentes a esses processos, mas também do despontar de soberanias decorrentes das diversas conjunturas políticas surgidas na América do Sul durante o século XIX, dentre as quais está o próprio Império do Brasil. A construção do Estado Imperial Brasileiro, caracterizada pela criação e manutenção de jurisdições político-institucionais e administrativas, foi marcada, em suas franjas meridionais, pela endemia bélica, constante nessas paragens ao longo de grande parte do Oitocentos. Se essa característica foi responsável por interromper, de maneira repentina, inúmeros projetos de vida, possibilitou também, em diversos casos, a alavancagem social e econômica de alguns desses campeadores das guerras ao sul do Império Português e, posteriormente, do Estado Imperial Brasileiro. Dentre os nomes que poderíamos citar desses últimos, encontra-se certamente o de João da Silva Tavares.

Nesse sentido, o objetivo central deste trabalho é analisar a trajetória de João da Silva Tavares, Barão e depois Visconde de Serro Alegre, ao longo do período acima mencionado. Vinculando-se através de atividades bélicas aos Impérios Lusitano e Brasileiro durante grande parte de sua vida, Silva Tavares trilharia as veredas do nascente Estado Imperial Brasileiro, atuando também em algumas das esferas institucionais que eram criadas durante a construção desse Estado. Ao mesmo tempo, e também através dessa vinculação, foi capaz de ascender econômica e socialmente ao longo de sua vida. O estudo de sua trajetória, portanto, possibilita a reflexão sobre as diferentes mobilidades que poderiam ficar ao alcance de alguns daqueles indivíduos que trilhassem as veredas do Império do Brasil.

Dessa forma, objetivamos também, com este trabalho: analisar ascensão social e econômica de Silva Tavares; avaliar a relevância da inserção no mundo da guerra, da posse de terras e da prática da pecuária, assim como a ocorrência da migração, em diferentes momentos de sua vida, no que diz respeito à sua mobilidade socioeconômica; avaliar sua relação com o Estado que se construía no Brasil ao longo do século XIX, através da ocupação não só de postos militares, mas também de cargos institucionais e administrativos, do acesso ao mundo da política e da obtenção de títulos nobiliárquicos. Essas questões serão consideradas

em paralelo com os diferentes contextos nos quais Silva Tavares esteve inserido ao longo de sua trajetória.

Para tanto, utilizaremos um *corpus* documental variado, baseado principalmente em dois conjuntos principais de documentações. O primeiro diz respeito a fontes de cunho mais qualitativo, tanto primárias quanto bibliográficas, dentre as quais podemos citar os registros biográficos e as correspondências emitidas e recebidas por João da Silva Tavares ao longo de sua vida. Estas fornecem dados diversos para a visualização da trajetória de Silva Tavares, tais como ocupação de cargos e patentes militares, relações pessoais, atividades e posicionamentos em relação aos diversos contextos, etc. O segundo conjunto, por sua vez, diz respeito a fontes de cunho mais quantitativo, reiterativas e passíveis de serialização, como os registros paroquiais e os inventários *post mortem*, por exemplo. Enquanto estes fornecem dados sobre a estrutura socioeconômica das localidades, a partir do valor das fortunas, da posse de escravos e de propriedades (bens de raiz e semoventes), por exemplo, os registros paroquiais, em especial os de batismo, fornecem informações que permitem não só análises aproximadas de demografia, migração e posse de escravos, mas também sobre temas como inserção social, relações sociais horizontais e verticais, índices de prestígio, ocupação de cargos ou patentes militares, etc.

Creemos que seja importante deixar claro que, a esses dois conjuntos, os quais consideramos enquanto “volume base” do *corpus* documental, serão incorporadas quaisquer informações que possam ser obtidas em fontes acessórias e que possam ser incorporadas às nossas análises. Associadas, todas essas informações possibilitarão não só a análise da trajetória de João da Silva Tavares, sua atuação e suas relações sociais, mas também a sua visualização nos diferentes momentos dessa trajetória e nos diversos contextos nos quais ele esteve inserido. Para tanto, utilizaremos o método onomástico sugerido por Carlo Ginzburg e Carlo Poni<sup>1</sup>. Tal recurso metodológico consiste na utilização do nome enquanto fio condutor da pesquisa, com a intenção de visualizar a atuação de um mesmo sujeito nos mais diversos contextos. A partir desse recurso, pretendemos visualizar João da Silva Tavares tanto em fontes diversas de caráter qualitativo, quanto em fontes de cunho mais serializável e quantitativo.

Nosso trabalho é influenciado principalmente pelas propostas e metodologias da micro-história italiana. Consideramos essa corrente historiográfica, por privilegiar análises

---

<sup>1</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, pp. 169-178.

voltadas à História Social, como uma importante inspiração para se analisar, de forma mais complexa, as atuações dos indivíduos nos devidos contextos nos quais estiveram inseridos ao longo de suas vidas. Duas das principais características do método micro-histórico são a redução da escala de análise e a centralidade do estudo das relações pessoais na análise histórica. Essas são premissas as quais nortearão o desenvolvimento deste trabalho. É importante esclarecer, entretanto, que a pesquisa aqui apresentada está limitada a apenas inspirar-se na proposta micro-histórica, considerando a fragilidade que tal proposição encontra na composição restrita de grande parte dos fundos documentais referentes aos períodos colonial e imperial da história brasileira, a qual se faz perceber, de certa maneira, para os *loci* de análise aqui utilizados. Nesse sentido, como observa João Fragoso,

“a falta de corpus documentais que permitam o rastreamento ‘das pessoas’ em suas múltiplas relações dificulta a análise das experiências sociais. Nestes casos, temos no máximo uma micro-história feia, tapuia, diferente da italiana.”<sup>2</sup>

Conforme ressalta o autor, faz-se importante considerar claramente tais limitações, as quais, assim como Fragoso, não julgamos impeditivas para práticas de pesquisa que tenham tais métodos enquanto premissa. Ainda segundo esse autor, apesar de não ser possível copiar, da Micro-História Italiana, “o procedimento de mapear com múltiplos documentos as relações sociais” podemos, porém, “ficar atentos para esquadrihar as nossas poucas fontes tendo como eixo a apreensão daquelas relações sociais”<sup>3</sup>.

O livro “A Herança Imaterial”, de Giovanni Levi<sup>4</sup>, é uma obra exemplar dessa vertente historiográfica. Nela o autor analisa, a partir da trajetória do exorcista Giovan Chiesa, diversas das nuances que caracterizaram não só a sociedade na qual esse indivíduo estava inserido, mas também o impacto da implantação de determinadas políticas por um poder com intuito centralista, em um contexto de crise do feudalismo e organização de um estado de cunho absolutista. Levi demonstra a importância das relações pessoais não só para a elaboração das estratégias daqueles indivíduos com relação ao processo em andamento, mas principalmente para a compreensão do contexto estudado. Nossa proposta é bastante inspirada não só pelas reflexões de Giovanni Levi, mas também pela metodologia por ele utilizada para a análise da

<sup>2</sup> FRAGOSO, João. Afogando em Nomes: temas e experiências na história econômica. In: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 5, 2002, p. 41-71.

<sup>3</sup> FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Org.). Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 32.

<sup>4</sup> LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

trajetória de Chiesa, considerando que o objeto central deste trabalho é, também, uma trajetória.

As metodologias da Micro-História Italiana, assim como seus métodos narrativos, tem possibilitado aos historiadores, de acordo com Alexandre Karsburg,

“reconstruir trajetórias e biografias que diferem do modelo tradicional de se estudar uma vida. A questão passa por problematizar os sujeitos inserindo-os em distintos contextos e relações sociais, percebendo semelhanças e, principalmente, diferenças<sup>5</sup>.”

Essa problematização passa, portanto, pela visualização dos indivíduos analisados nas diferentes temporalidades através das quais se inserem na sociedade em que vivem. Nesse mesmo sentido, Pierre Bourdieu reforça a indispensabilidade de se buscar reconstruir os contextos nos quais age o indivíduo analisado nos diferentes momentos de sua vida<sup>6</sup>. A atenção aos contextos em estudos de trajetória remete, de acordo com Giovanni Levi, a duas perspectivas distintas:

“Por um lado, a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante. (...) Por outro lado, o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia, por esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado.<sup>7</sup>”

Partindo dessas premissas, as quais se farão presentes sempre que possível (ou até necessário, no que diz respeito às lacunas citadas por Levi, por exemplo), objetivamos compreender, neste trabalho, a atuação de Silva Tavares em relação aos contextos nos quais esteve inserido ao longo dos distintos momentos de sua vida. A compreensão desses contextos, entretanto, assim como dos processos sociais a eles relativos, os quais atuam “sem o conhecimento do pesquisador e com sua cumplicidade” na construção de uma “história de vida”, não é, segundo Pierre Bourdieu, “em sim mesma um fim”<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luís Augusto (Orgs.). Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. Sobre essa questão, Adriana Barreto de Souza afirma, no mesmo sentido: “ao invés de partir de um contexto geral para situar a atuação de alguns personagens, o contexto passa a ser desenhado em função da circulação desses personagens e dos episódios em que se envolveram. O contexto passa a ser plural.” SOUZA, Adriana Barreto de. Trajetórias militares, política imperial e escrita da história. Revista Métris: história & cultura, v. 2, n. 3, p. 95-108, jan./jun. 2003.

<sup>7</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 175-176.

<sup>8</sup> BOURDIEU, Op. Cit., p. 189

“Ela conduz à construção da noção de *trajetória* como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações.”<sup>9</sup>

É dessa forma, portanto, que concebemos a ideia de trajetória que conduz este trabalho.

É importante deixar claro que este trabalho, portanto, não se trata de uma biografia. Faz-se necessário também mencionar que alguns autores já efetuaram esboços biográficos sobre João da Silva Tavares, dentre os quais podemos citar Alfredo Ferreira Rodrigues<sup>10</sup>, Walter Spalding<sup>11</sup>, Álvaro Tavares de Souza<sup>12</sup> e José Cypriano Nunes Vieira<sup>13</sup>. Tais autores preocuparam-se principalmente com as atividades de Silva Tavares durante a Revolução Farroupilha, enfatizando ou mesmo dando foco exclusivo a esse período. Tarcísio Antônio da Costa Taborda, por sua vez, em discurso proferido e posteriormente publicado, foi além dessa característica, discorrendo sobre diversos outros aspectos biográficos do Visconde de Serro Alegre<sup>14</sup><sup>15</sup>. Nenhum desses autores, entretanto, se propôs a esgotar a biografia de Silva Tavares, algo tampouco por nós pretendido neste trabalho, por mais que nosso objetivo aqui seja o de analisar o percurso de vida de Silva Tavares desde seu nascimento até sua morte<sup>16</sup>. O intuito principal aqui é o de analisar a maior quantidade de aspectos possível ao longo de sua trajetória, marcada não só por sua atuação nos mundos da guerra e da política, mas principalmente por sua mobilidade social, econômica e espacial.

<sup>9</sup> BOURDIEU, Op. Cit., p. 189.

<sup>10</sup> RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Apontamentos para a história da revolução de 1835-1845. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IV Trimestre. Ano VII. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1927.

<sup>11</sup> SPALDING, Walter. João da Silva Tavares (Visconde de Serro Alegre). IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. III Trimestre. Ano XVIII. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1938.

<sup>12</sup> SOUZA, Álvaro Tavares de. Barão e Visconde de Serro Alegre – Duas Vezes Grande do Império – Feitos e Serviços. Publicação: 1970.

<sup>13</sup> VIEIRA, José Cypriano Nunes. O Fundador do Herval. Bagé, 2010.

<sup>14</sup> TABORDA, Tarcísio Antônio da Costa. Visconde de Serro Alegre. Discurso proferido pelo historiador Tarcísio Antônio da Costa Taborda ao tomar posse da Cadeira nº 18 na Academia Brasileira de História reunida em sessão solene na sala do Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 29 de abril de 1977. Bagé: Faculdades Unidas de Bagé/Fundação Átilla Taborda, S/d.

<sup>15</sup> É importante destacar, também, o livro “História do Herval”, de Manoel da Costa Medeiros, no qual se encontram, de maneira dispersa, diversos elementos biográficos de João da Silva Tavares, assim como de outras tantas pessoas que habitaram essa localidade. Ver: MEDEIROS, Manoel da Costa. História do Herval. Caxias do Sul: UCS, 1980.

<sup>16</sup> Alexandre Karsburg ressalta as diferenças entre biografia e trajetória. “Ainda que não seja regra, a biografia costuma seguir o sujeito do ‘nascimento à morte’, ou, ao contrário, da morte ao nascimento. Não é vedado ao pesquisador privilegiar este ou aquele período da vida do biografado, mas, por princípio, a biografia deve contemplar a totalidade da vida do indivíduo, problematizar os vários momentos da existência. Isso, obviamente, exigirá um período de pesquisa muito grande e que ultrapassa os dois anos de um mestrado ou quatro de um doutorado. A trajetória, por seu turno, não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado.” KARSBURG, Op. Cit., p. 33-34. Para críticas à questão das biografias na produção historiográfica, ver, por exemplo: SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. Revista Métis: história & cultura, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

Nesse sentido, dividimos este trabalho em três capítulos, de acordo com os distintos momentos da trajetória de João da Silva Tavares. No primeiro, intitulado “Erguer-se”, objetivamos visualizar aquela que consideramos a primeira fase da vida de Silva Tavares, entre o seu nascimento de Silva Tavares, em 1792, e o início da década de 1830. Nesse capítulo, buscamos analisar a migração, junto com seus pais, para os campos ao sul do rio Piratini, assim como a situação econômica de sua família naquele contexto e a sua própria, quando do início de sua vida adulta e nos momentos posteriores. Ao mesmo tempo, procuramos investigar alguns aspectos da carreira de Silva Tavares no ofício das armas, desde seus primórdios, passando por consecutivas promoções e postos de comando local, até a sua inserção na Guarda Nacional, criada em 1831. Além disso, pretendemos analisar também a inserção social de Silva Tavares em sua área de atuação, baseada em Herval, assim como o prestígio dela oriundo, o qual se refletia na ocupação não só de cargos administrativos, mas também da posição de mediador local em determinadas conjunturas.

No capítulo nomeado “Mover-se”, segundo deste trabalho, objetivamos analisar a fase que consideramos como um divisor de águas na vida de João da Silva Tavares, desde os momentos que antecedem à Revolução Farroupilha, passando por sua atuação, através das armas, em defesa do Império do Brasil, cujas consequências afetariam diretamente a situação socioeconômica de Silva Tavares, o qual buscava restabelecer seus negócios e seu prestígio na localidade de Bagé, para a qual migra juntamente com sua família. Buscamos também visualizar esse movimento migratório dentro da conjuntura de migração que caracterizou a localidade no mesmo período em que Silva Tavares a efetua.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, denominado “Reerguer-se”, pretendemos visualizar a trajetória de João da Silva Tavares durante o período entre sua migração para Bagé e seu falecimento, naquela localidade, em 1872. A investigação se volta às conexões políticas de Silva Tavares, assim como as implicações delas advindas e do impacto que ocasionaram em sua trajetória. Além disso, buscaremos avaliar não só a inserção social de Silva Tavares nas esferas local e regional, mas também sua situação econômica, estabelecendo contrapontos não só entre ele e a sociedade na qual se insere, mas também em relação à sua própria trajetória.

## **1 ERGUER-SE**

Neste primeiro capítulo, pretendemos analisar aquela que consideramos ser a primeira das três fases da trajetória de João da Silva Tavares. Buscamos, portanto, acompanhar esse percurso desde seu nascimento, em 1792, até o limiar da Revolução Farroupilha, no início de 1835, uma vez que consideramos esse conflito como um divisor de águas na vida de Silva Tavares. Para tanto, dividimos este capítulo em duas partes.

A parte primeira engloba desde os primeiros anos da vida de João da Silva Tavares até os primeiros anos de sua vida adulta, considerando como critério para esta última o estabelecimento de suas próprias unidades produtiva e familiar. O fato de Silva Tavares viver, durante grande parte desse período, sob a dependência de seus familiares, acarreta que tenhamos uma escassez de fontes sobre sua trajetória para esse momento. Para suprimir as lacunas decorrentes disso, buscamos compreender o contexto que cercava sua família em seus primeiros anos, marcado pelo processo migratório que resultaria na ocupação da parcela meridional do atual estado do Rio Grande do Sul. Objetivamos, com isso inferir, através do cruzamento de fontes diversas, a situação socioeconômica de Silva Tavares e sua família nessa conjuntura.

A segunda parte é dedicada ao início da carreira política e, em especial, militar de João da Silva Tavares. Considerando a posição socioeconômica que ocupava dentro da sociedade na qual estava inserido, buscamos compreender como se dá sua inserção na vida política do recém-criado Império do Brasil, a qual decorre principalmente em virtude de sua atuação no serviço à Coroa através das armas. Objetivamos, dessa forma, averiguar o peso não só da ocupação de cargos militares em sua trajetória, mas também o de sua inserção nas instituições que estavam sendo criadas durante o reinado de D. Pedro I e o início do período Regencial.

### **1.1 NASCER E MIGRAR NAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (c.1780 - c. 1820)**

Aos oito dias do mês de abril de 1792, os cônjuges José da Silva Tavares e Joana Maria dos Santos foram recebidos na Igreja Matriz de São Pedro do Rio Grande pelo Reverendo Pároco Pedro Pereira Fernandes de Mesquita e pelo Coadjutor Feliciano Antônio

de Almeida, responsáveis pelo pasto espiritual naquela localidade. À ocasião, e certamente respondendo ao convite de José e Joana Maria, também compareceram João de Caldas e Ana Francisca. O motivo pelo qual esses dois casais compareceram àquela igreja encontra-se, ainda hoje, registrado no livro número 6 de batismos da Matriz de Rio Grande: o batizado do recém-nascido João da Silva Tavares, filho de José e Joana Maria e, a partir daquela data, afilhado de João de Caldas e de Ana Francisca<sup>17</sup>.

O pequeno João era o quinto filho de José da Silva Tavares e Joana Maria, os quais contraíram matrimônio também em Rio Grande, no dia 30 de novembro de 1783. Esse casamento ocorre em um momento no qual essa vila estava sendo reocupada após ter sido invadida por tropas espanholas e recuperada pelo Império Português em 1776. Analisando a conjuntura matrimonial nessa localidade entre esse ano e 1789, Maria Luiza Bortuline Queiroz observa a ocorrência de 387 casais nos quais participam os filhos de habitantes de Rio Grande do período anterior à conquista espanhola<sup>18</sup>. É o caso de Joana: seus pais, João Pereira Duarte e Ana de Medeiros, haviam se casado nessa povoação, a 25 de junho de 1757<sup>19</sup>.

O registro de batismo de Joana Maria, do ano de 1766, demonstra o impacto da invasão espanhola no cotidiano dessa família e de grande parte dos habitantes de Rio Grande, os quais se retiraram da vila em 1763: apesar desse registro estar assentado no primeiro livro de batismos de Rio Grande, consta nesse assento que Joana Maria havia nascido e sido batizada na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Estreito, um dos locais no qual muitos dos moradores da localidade invadida se refugiaram. É importante observar também que Joana está presente na listagem de moradores do Estreito aos quais o Padre Manoel Francisco da Silva administrou o Santo Sacramento da Confirmação. Essa lista, a qual nos permite perceber a presença de Joana e de sua família naquela povoação, foi elaborada no ano de 1770, e encontra-se registrada no livro primeiro de batismos da Capela de Estreito<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> Brasil. Rio Grande do Sul. Registros da Igreja Católica. Livro número 6 de Batismos da Igreja de São Pedro de Rio Grande. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-15213-46847-68?cc=2177295&wc=M78N-TM3:371568201,371568202,371880201>> . Acesso em 09 de agosto de 2015.

<sup>18</sup> QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Rio Grande: FURG, 1987.

<sup>19</sup> Brasil. Rio Grande do Sul. Registros da Igreja Católica. Livro número 1 de Casamentos da Igreja de São Pedro de Rio Grande. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14558-17544-29?cc=2177295&wc=M78N-BN5:371568201,371568202,372204201>> . Acesso em 11 de agosto de 2015.

<sup>20</sup> Brasil. Rio Grande do Sul. Registros da Igreja Católica. Livro número 1 de batismos da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Estreito. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14863-35562-59?cc=2177295&wc=M78X-PWP:371564301,371567402,371610201>>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

O já referido casamento de Joana, realizado em Rio Grande, assim como o registro de seus cinco filhos naquela localidade, nos permite inferir o retorno da nubente e seu estabelecimento naquela povoação. Esse movimento de retorno de antigos habitantes foi acompanhado pela ocorrência de novos povoadores, como também demonstra Maria Luiza Queiroz: em sua já referida análise sobre o período entre 1776 e 1789, a autora percebe não só a presença de casais do período anterior à conquista espanhola ou formados com a participação de ao menos um de seus filhos, mas também

“um terceiro contingente, numericamente mais expressivo, constituído por casais que não tinham qualquer vinculação com o período anterior. Trata-se de casais formados por cônjuges de diversas origens, que chegam à Vila já constituídos ou, aí, se constituíram no período de 1776 a 1789”<sup>21</sup>.

Para Queiroz, os casais açorianos que compõem esse contingente não teriam “qualquer vinculação com a grande migração açoriana de 1747 a 1756 para o sul do Brasil”<sup>22</sup>, mas fariam parte de uma nova corrente migratória que chegara a Rio Grande nesse novo período. O mesmo seria válido, ainda segundo Queiroz, para os açorianos que se casaram com filhos de casais do período anterior à conquista espanhola de Rio Grande. É dessa maneira que compreendemos o casamento, no ano de 1783, de Joana Maria, filha de um desses antigos casais, com o açoriano José da Silva Tavares, apesar de não termos dados para precisar temporalmente a vinda deste para o continente americano.

Maria Luiza Queiroz atribui a participação significativa de cônjuges masculinos açorianos nos casamentos de mulheres do “continente” à presença de um Regimento de Infantaria dos Açores que se unira ao “Exército do Sul”<sup>23</sup>. De fato, os biógrafos de João da Silva Tavares afirmam que seu pai, José da Silva Tavares, teria mesmo servido nessas forças militares<sup>24</sup>. Esses autores, entretanto, não indicam as fontes nas quais sustentam essa afirmação, a qual também não nos foi possível confirmar a partir das fontes que consultamos para este trabalho.

O que podemos afirmar, a partir dos registros paroquiais da Matriz de Rio Grande, é que esse casal formou-se e permaneceu nessa localidade pelo menos até 1792, ano de nascimento de João da Silva Tavares, último filho registrado por José da Silva Tavares e Joana Maria. Desde seu casamento, em 1783, até o nascimento do caçula, outros quatro filhos

<sup>21</sup> QUEIROZ, Op. Cit.

<sup>22</sup> Id. Ibid.

<sup>23</sup> Id. Ibid.

<sup>24</sup> Ver, por exemplo: MEDEIROS, Manoel da Costa. História do Herval. Caxias do Sul: UCS, 1980. VIEIRA, José Cypriano Nunes. O Fundador do Herval. Bagé, 2010.

foram por eles registrados na vila de Rio Grande: Joaquim, nascido e batizado em 1785; Maria Joaquina, em 1786; José, em 1788, e Serafim, no ano de 1790. De acordo com o inventário de José da Silva Tavares, datado de 1813, esses foram os únicos filhos do casal<sup>25</sup>.

Para apadrinhar seus filhos, José da Silva Tavares e Joana Maria fizeram escolhas que demonstram a aproximação do casal com a família da nubente: João Pereira Duarte e Ana de Medeiros, pais de Joana, foram os padrinhos do primogênito, sendo que o avô materno apadrinhou também Serafim, o quarto filho do casal; para batizar o segundo e o quinto filho, foram convidadas as irmãs de Joana, Maria Inácia e Ana Francisca, as quais compareceram à pia batismal com seus respectivos maridos, Inácio José Rodrigues e João de Caldas. Ou seja, três das cinco comadres e três dos quatro compadres escolhidos pelo casal estavam a eles ligados por laços de parentesco através de Joana Maria, fato que nos permite afirmar a aproximação do casal com a família da cônjuge.

Creemos que tais escolhas reforcem a posição de José da Silva Tavares enquanto migrante recém-chegado a Rio Grande, dentro do proposto por Maria Luiza Queiroz, o qual estaria buscando, através do compadrio, reforçar os laços estabelecidos com a família de Joana através do matrimônio e, dessa forma, melhor inserir-se naquela comunidade. Compreendemos esse estreitar de vínculos com a família da noiva enquanto uma maneira de buscar estabelecer o compadrio “para cima”, conforme propõe Sílvia Brugger<sup>26</sup>, haja vista que Joana e sua família estavam fixados na região a mais de vinte anos antes de seu casamento com José, estando já inserida naquela comunidade.

As escolhas de José da Silva Tavares e Joana Maria também se aproximam de alguns exemplos analisados por Martha Hameister em sua tese de doutorado<sup>27</sup>, nos quais a autora verifica a escolha de membros da família de um dos cônjuges para o estabelecimento do compadrio na mesma vila de Rio Grande, em um período um pouco anterior ao que está sendo aqui analisado. Para Hameister, nesse ato se pode observar a “reiteração de alianças e

---

<sup>25</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário post mortem de José da Silva Tavares, Autos 22, Maço 1, Estante 97, Cartório de Órfãos e Ausentes, Jaguarão, 1813.

<sup>26</sup> BRÜGGER, Sílvia. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade* (São João del Rei - Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anablume, 2007.

<sup>27</sup> HAMEISTER, Martha. Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863). Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2006. (Tese de Doutorado)

amizades previamente existentes”, as quais eram também estabelecidas através do matrimônio<sup>28</sup>.

Os registros de batismo dessa família em Rio Grande, sobre os quais discorreremos até este momento, encerram-se em um momento inicial de expansão rumo ao sudoeste da área denominada “Fronteira do Rio Grande”, o qual visava, mais especificamente, a região localizada ao sul do rio Piratini. A partir do estabelecimento do Tratado de Santo Ildefonso, tal região teria sido designada como parte integrante da faixa territorial neutra a ser demarcada e estabelecida entre as possessões lusitana e espanhola no sul da América. A indefinição desse território teria sido um dos motivos para que se iniciasse, na década de 1790, um movimento de ocupação de tal região, o qual ganharia força a partir do início do século XIX, especialmente com o término da Guerra das Laranjas, em 1801<sup>29</sup>, e do qual muitos habitantes de Rio Grande fariam parte.

Esse movimento migratório é percebido também por Maria Luiza Queiroz. Analisando os matrimônios realizados naquela localidade entre 1794 e 1812, a autora percebeu a ocorrência de casamentos realizados em Oratórios na região ao sul daquela vila, algo que não havia ocorrido nos registros anteriores a 1794, com exceção daqueles realizados na Capela Filial do Povo Novo. Nesse ano, já ocorrem registros de matrimônio nos oratórios de São Francisco de Paula do Piratini e do Herval. A estes, acrescentam-se até 1801 os de São Domingos de Canguçu, do Espírito Santo do Piratini, da Guarda do Arroio Grande e da Fazenda do Capitão Vieira, como alguns exemplos<sup>30</sup>.

Ainda de acordo com Queiroz, o mesmo fenômeno não teria sido verificado nos assentos de óbitos e de batismos da Matriz de Rio Grande<sup>31</sup>. Os registros dos filhos de Bonifácio José Nunes, entretanto, demonstram o contrário. No ano de 1794, Bonifácio batizou seu primeiro filho naquela Matriz. Já no ano de 1796 foi apresentado ao Vigário da Matriz de Rio Grande, Francisco Inácio da Silveira, o registro de batizado de José, segundo filho registrado por Bonifácio naquela Matriz. José havia sido batizado pelo Padre João Luís Pereira, com licença do sobredito Vigário, no Oratório de Nossa Senhora da Conceição do

<sup>28</sup> HAMEISTER, Op. Cit.

<sup>29</sup> Para esse contexto, ver, por exemplo: CAMARGO, Fernando. O Malón de 1801: A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio Livros, 2001. FRANCO, Sérgio da Costa. Origens de Jaguarão. Caxias do Sul: UCS, 1980. OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino. Porto Alegre: UFRGS/IFCH – PPGH, 1990. (Dissertação de Mestrado). OSÓRIO, Helen. O Império Português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

<sup>30</sup> QUEIROZ, Op. Cit.

<sup>31</sup> Id. Ibid.

Capão Grande. No ano posterior, o mesmo pai batizou uma terceira criança, novamente na Matriz de Rio Grande. Dois anos depois, um outro rebento de Bonifácio foi registrado no livro de batismos de número sete dessa Matriz, tendo sido batizado no Oratório de Canguçu<sup>32</sup>.

Entre 1801 e 1815, oito<sup>33</sup> dos nove filhos de Bonifácio José Nunes registrados nos livros da Matriz de Rio Grande foram batizados no Oratório de São João Batista da Guarda do Herval<sup>34</sup>, o que demonstra não só a ocorrência de registros de batismos efetuados em outras localidades fora da Matriz de Rio Grande, mas também o movimento migratório de Bonifácio e sua família. Esse deslocamento pode ser confirmado também pela lista de criadores com marca de gado registrada ao sul do rio Piratini, datada de 1807<sup>35</sup>.

O caso de Bonifácio José Nunes não foi escolhido aleatoriamente. Na década de 1810, uma de suas filhas viria a se casar com João da Silva Tavares<sup>36</sup>. De fato, a família de Silva Tavares teria também migrado para essa mesma região em algum momento entre 1792 e 1807, uma vez que José da Silva Tavares está presente na mesma lista de criadores na qual consta Bonifácio, conforme citamos anteriormente. Esse documento foi o único registro que encontramos de João e sua família desde o seu nascimento, no ano de 1792.

O historiador Sérgio da Costa Franco considera a listagem de criadores do distrito ao sul do Piratini com marca de gado registrada como uma “relação dos fundadores da pecuária nos atuais municípios de Jaguarão, Arroio Grande e Herval”<sup>37</sup>. Corroborar ou contestar a afirmação do autor sobre o pioneirismo desses indivíduos com relação a tal atividade nessa área não só não nos é possível, como também escapa aos objetivos deste trabalho. Tal lista,

---

<sup>32</sup> Todas as informações sobre os filhos de Bonifácio contidas nesse parágrafo encontram-se em: Brasil. Rio Grande do Sul. Registros da Igreja Católica. Livros número 6 e 7 de Batismos da Igreja de São Pedro de Rio Grande. Disponíveis em: <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14863-35562-59?cc=2177295&wc=M78X-PWP:371564301,371567402,371610201#uri=https%3A%2F%2Ffamilysearch.org%2Frecapi%2Fsord%2Fwaypoint%2FM78X-3NR%3A371568201%2C371568202%3Fcc%3D2177295>>. Acesso em: 11 de agosto de 2015.

<sup>33</sup> Cabe esclarecer que o segundo desses nove registros, datado de 1802, é o único que não faz menção ao local do batizado, apesar de mencionar que o batizado foi apresentado ao Vigário na Matriz de Rio Grande, tendo sido realizado pelo Padre Felisberto de Faria Santos com licença do mesmo Vigário.

<sup>34</sup> Variando essa nomenclatura da seguinte maneira, além da acima citada: Guarda de São João do Herval, Oratório do Herval, e Capela de São João Batista do Herval. Todas essas informações encontram-se disponíveis em: Brasil. Rio Grande do Sul. Registros da Igreja Católica. Livros número 6, 7, 8 e 10 de Batismos da Igreja de São Pedro de Rio Grande. Disponíveis em: <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14863-35562-59?cc=2177295&wc=M78XPWP:371564301,371567402,371610201#uri=https%3A%2F%2Ffamilysearch.org%2Frecapi%2Fsord%2Fwaypoint%2FM78X-3NR%3A371568201%2C371568202%3Fcc%3D2177295>>.

Acesso em: 11 de agosto de 2015.

<sup>35</sup> FRANCO, Op. Cit.

<sup>36</sup> Não encontramos o registro desse matrimônio. Os biógrafos de João da Silva Tavares, porém, reiteram que o casamento teria ocorrido em Herval, no ano de 1817. Ver, por exemplo: MEDEIROS, Op. Cit. VIEIRA, Op. Cit.

<sup>37</sup> FRANCO, Op. Cit., p. 34.

entretanto, constitui uma amostragem de pessoas que desenvolveram a pecuária em uma região cuja ocupação pelos súditos do Império Português era ainda recente no início do Oitocentos: os campos ao sul do rio Piratini, área que atualmente constitui a parcela oriental da extremidade meridional do estado do Rio Grande do Sul.

A ocupação dessa área estava sendo efetuada por indivíduos que, assim como José da Silva Tavares e sua família, estavam realizando um movimento migratório para aquela região. A partir dos já citados casos dessa família e de Bonifácio José Nunes, é possível afirmar que a vila de Rio Grande era, ao menos para um certo contingente, um ponto de partida desse movimento de avanço ocupacional sobre a área em questão – a qual, não por acaso, estava inserida no território à época conhecido como “Fronteira do Rio Grande”.

Esses migrantes, tendo passado ou não por Rio Grande antes de continuar migrando, eram oriundos das mais diversas partes do Império Português. Os casos de José da Silva Tavares, natural dos Açores, e de Bonifácio José Nunes, natural de Rio Pardo, já ilustram esse fenômeno migratório. No intuito de melhor demonstrá-lo, entretanto, buscamos averiguar o local de nascimento daqueles presentes na já citada lista de criadores estabelecidos na região ao sul do Piratini. Localizamos tais informações para 59 dos 90 listados, as quais apresentamos dispostas no quadro abaixo.

<b>Local de Origem</b>	<b>Quantidade de indivíduos</b>	<b>%</b>
Açores	13	22
Portugal	5	8,5
Brasil	9	15,2
Uruguai	1	1,7
Rio Grande do Sul	31	52,6
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>100</b>

Fontes: Brasil. Rio Grande do Sul. Registros da Igreja Católica. Livros número 6, 7, 8 e 10 de Batismos da Igreja de São Pedro de Rio Grande. Disponíveis em: < <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14863-35562-59?cc=2177295&wc=M78X-PWP:371564301,371567402,371610201#uri=https%3A%2F%2Ffamilysearch.org%2Frecapi%2Fsord%2Fwaypoint%2FM78X-3NR%3A371568201%2C371568202%3Fcc%3D2177295>>. Acesso em 11 de agosto de 2015<sup>38</sup>. FRANCO, Op. Cit.

### **Quadro 1: Origem dos indivíduos presentes na lista de criadores de 1807.**

Para uma melhor disposição dos dados, optamos pelas categorias “Rio Grande do Sul” e “Brasil”, nas quais estão incluídos os indivíduos nascidos, respectivamente, na Capitania de São Pedro do Rio Grande e nas outras Capitanias correspondentes ao território colonial português na América do Sul. As categorias “Açores” e “Portugal”, por sua vez, dizem respeito àqueles nascidos nesses locais.

Os dados demonstram, em primeiro lugar, a predominância de indivíduos nascidos no território correspondente ao atual Brasil, os quais correspondem a 67,8% dos migrantes em questão. Dentre esses, a maioria é composta por aqueles nascidos na própria Capitania (52,6% do total), os quais apresentam os seguintes locais de origem: 7 oriundos da região de Porto Alegre; 4 da região de Rio Pardo e 20 da região de Rio Grande e Pelotas. Ou seja, dentre os migrantes nascidos na Capitania de São Pedro, predominam aqueles nascidos em Rio Grande e arredores, os quais estariam em maior número mesmo que separássemos a localidade de Rio Grande como uma única categoria na tabela acima citada. É importante ressaltar ainda a presença significativa de açorianos, os quais perfazem quase um quarto do total dos indivíduos aqui analisados, dentre os quais está José da Silva Tavares.

<sup>38</sup> Agradecemos à Rachel Marques pelas informações gentilmente cedidas, muitas das quais foram também utilizadas para a composição deste quadro.

A amostragem apresentada acima permite que tenhamos uma ideia sobre a variedade de regiões das quais eram oriundos os migrantes que estavam ocupando essa parte da extremadura meridional da América portuguesa no início do século XIX. É importante ressaltar que essa lista de criadores é uma amostragem de apenas uma parcela dessa população migrante. Por certo, os indivíduos listados realizaram tal movimento migratório acompanhados de suas famílias, cujos membros não listados, por vezes de origens diversas daqueles presentes na lista, também fariam parte da ocupação do espaço aqui analisado e da caracterização de sua população. É o caso da própria família de José da Silva Tavares, açoriano, citado entre os criadores, o qual certamente migrou para o sul do Piratini acompanhado de sua esposa Joana Maria, nascida no Estreito, e por pelo menos quatro dos seus cinco filhos nascidos em Rio Grande<sup>39</sup>.

Outros casos nos permitem ilustrar o proposto acima, como por exemplo os do comerciante Inácio José de Leivas, do tenente Antônio Francisco dos Santos Abreu e o de Bonifácio José Nunes, também presentes na lista de criadores de 1807. Naturais, respectivamente, da “Ilha de Santa Catarina”, de Viamão e de Rio Pardo, esses três indivíduos registraram filhos legítimos na vila de Rio Grande antes de 1800. Em tais registros, suas respectivas esposas foram descritas como sendo naturais, respectivamente, de São Carlos de Maldonado (localidade do atual Uruguai), Viamão e Santo Antônio da Patrulha<sup>40</sup>. Os dados relativos a essas mulheres e crianças, portanto, quando localizáveis, servem para exemplificar ainda melhor o quão diversas eram as origens das pessoas que ocuparam a região ao sul do Piratini no início do século XIX.

Acompanhados, como vimos, por suas famílias (e também por seus escravos<sup>41</sup>), esses indivíduos se estabeleceram em uma área de fronteira, resguardados pela presença de

<sup>39</sup> De acordo com um de seus biógrafos, Joaquim, primeiro filho de José e Joana Maria, teria falecido ainda menor. Ver: VIEIRA, Op. Cit., p. 79.

<sup>40</sup> Referências para tais informações: "Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952," images, FamilySearch (<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-15213-49536-68?cc=2177295&wc=M78N-TZS:371568201,371568202,371891401> : accessed 24 July 2015), Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952 > Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952 > Rio Grande > São Pedro > Batismos 1795, Set-1800, Abr > image 186 of 217; Paróquias Católicas, Rio Grande do Sul (Catholic Church parishes, Rio Grande do Sul); "Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952," images, FamilySearch (<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14863-31116-99?cc=2177295&wc=M78N-YN5:371568201,371568202,372128101> : accessed 23 July 2015), Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952 > Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952 > Rio Grande > São Pedro > Batismos 1810, Maio-1811, Out > image 63 of 107; Paróquias Católicas, Rio Grande do Sul (Catholic Church parishes, Rio Grande do Sul). Acesso em 08 de agosto de 2015. VIEIRA, Op. Cit.

<sup>41</sup> ALADRÉN, Gabriel. *'Sem respeitar fé nem tratados': escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Rio de Janeiro: PPGH/UFF, 2012. (Tese de Doutorado). MATHEUS, Marcelo. Texto de Qualificação do Projeto de Tese “A produção da diferença: escravidão e

acampamentos militares portugueses, nos quais muitos deles também prestaram serviços militares à Coroa Lusitana. Como afirmado anteriormente, alguns biógrafos de João da Silva Tavares asseveraram que seu pai, José da Silva Tavares, teria servido nas forças militares que ocuparam a região ao sul do rio Piratini<sup>42</sup> durante o período aqui abordado. Tais autores, entretanto, não citam a fonte na qual baseiam sua afirmação, a qual também não nos foi possível confirmar a partir da documentação consultada para este trabalho. É importante deixar claro que se essa circunstância não nos permite confirmar tal informação, tampouco permite anulá-la.

À parte isso, nos foi possível verificar que muitos dos indivíduos presentes na lista de criadores prestaram serviços militares à Coroa Portuguesa. Na transcrição dessa listagem, apenas 3 dos listados apresentaram patentes militares, correspondendo a apenas 3,3% do total: o sargento-mor Vasco Pinto Bandeira, o alferes José dos Santos e o ajudante Manuel Marques de Souza. Esse é um importante indício de diferenciação social desses indivíduos, pois conforme assinala Luís Augusto Farinatti,

“essas patentes derivavam da atividade militar e (...) da participação nas reiteradas campanhas de conquista e manutenção daquelas possessões [no caso em questão, a fronteira meridional do atual Rio Grande do Sul]. Contudo, para além do aspecto militar *stricto sensu*, aquelas eram categorias de um modo de hierarquização social”<sup>43</sup>.

Porém, ao cruzarmos esses dados com a “Lista de Praças da Companhia de Cavalaria do Distrito ao Sul do Piratini”<sup>44</sup>, datada de 1803, o número de criadores vinculados ao serviço militar aumenta para 23, incluindo desde o Capitão José Vieira da Cunha, mais graduado da Lista de Praças, até os soldados Joaquim de Medeiros e Laureano de Freitas, passando pelo cabo Bonifácio José Nunes. Adicionadas informações coligidas em outras fontes<sup>45</sup>, esse número passa de 23 para 31, chegando a um terço do total de criadores listados. Tal presença demonstra o peso desse serviço como um dos fatores de motivação migratória no momento aqui analisado, assim como de acesso à posse de terras e gados nessa região. Além disso, é

---

hierarquia social no extremo sul do Brasil meridional (Bagé, c.1830-c.1870)”. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS-PPGH, 2014. (Qualificação de Doutorado)

<sup>42</sup> Ver, por exemplo: MEDEIROS, Op. Cit. VIEIRA, Op. Cit.

<sup>43</sup> FARINATTI, Luís Augusto. “A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835)”. In: História Unisinos, nº 16, set./dez. 2012, pp. 294-306.

<sup>44</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência. Sul do Piratini, 1803. Fundo Autoridades Militares, maço 4, documento nº 21.

<sup>45</sup> BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia. Porto Alegre: EST, 2002. Brasil. Registros da Igreja Católica. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14863-3556259?cc=217725&wc=M78XPWP:371564301,371567402,371610201#uri=https%3A%2F%2Ffamilysearch.org%2Frecapi%2Fsord%2Fwaypoint%2FM78X-3NR%3A371568201%2C371568202%3Fcc%3D2177295>> . Acesso em 09 de Agosto de 2015.

importante destacar que 6 dos criadores da lista eram mulheres, algo que demonstra sua presença frente à lide pecuária na região aqui analisada. Considerando que o serviço militar era uma exclusividade masculina no período aqui analisado, podemos afirmar que essa presença, não sendo contabilizada, aumentaria minimamente a representatividade percentual dos militares dentre os relacionados.

Vinculados ou não às forças militares portuguesas, esses criadores, localizados inicialmente em um espaço de fronteira determinado apenas por sua posição meridional em relação ao rio Piratini, foram gradativamente se aglomerando em torno de três localidades que surgiram nessa região, conforme afirma Sérgio da Costa Franco<sup>46</sup>: Arroio Grande, Herval e Jaguarão. No livro “Origens de Jaguarão”, esse autor demonstra que alguns desses criadores fixaram residência nessa última localidade, formada a partir de uma guarda militar<sup>47</sup>. Seguindo os rastros da família Silva Tavares, entretanto, procuramos visualizar a fixação dessas pessoas nas outras duas localidades citadas pelo historiador, em especial a de Herval. Para tanto, utilizamos uma documentação bastante parecida para esses dois locais: os processos de requerimento de autorização para a edificação de capelas.

De acordo com Marcelo Matheus, os moradores da localidade de Herval, aproveitando da passagem de uma Visita Paroquial por aquela região em 1815, averiguaram a possibilidade de erguer uma capela no povoado em que habitavam<sup>48</sup>. Apesar de terem obtido parecer positivo do Bispo do Rio de Janeiro naquele mesmo ano, os requerentes não deram prosseguimento a essa iniciativa, “devido a falta de recursos e de um espaço adequado para o templo”<sup>49</sup>. A conjuntura de guerra, por certo, também foi um dos fatores que atrasaram tal empreitada, haja vista o avanço bélico das forças lusitanas em direção à Banda Oriental, iniciado em 1816. De maneira semelhante, os habitantes de Arroio Grande também solicitaram a mesma mercê às autoridades eclesiásticas, não obtendo sucesso, entretanto, em relação às suas aspirações<sup>50</sup>. Os moradores de Herval, por sua vez, encaminham novamente o pedido às autoridades da Coroa no Rio de Janeiro, no início da década de 1820, alegando não terem podido levar adiante seus planos em virtude das “críticas circunstâncias” na qual se

---

<sup>46</sup> FRANCO, Op. Cit.

<sup>47</sup> Id. Ibid.

<sup>48</sup> MATHEUS, Op. Cit.

<sup>49</sup> MATHEUS, Op. Cit.

<sup>50</sup> ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Representação dos moradores circunvizinhos do Passo do Arroio Grande, da Freguesia da Lagoa do Jaguarão”. Agradecemos a Marcelo Santos Matheus pela gentil disponibilização da documentação referida.

encontrava a região e requerendo nova permissão para darem prosseguimento àquela empreitada, obtendo parecer favorável às suas pretensões, conforme veremos adiante<sup>51</sup>.

As requisições dos habitantes de Arroio Grande e Herval tiveram em comum o fato de serem acompanhadas por subscrições de seus respectivos habitantes. Apesar de não terem sido elaboradas em um mesmo ano, tais subscrições foram produzidas dentro de um curto intervalo de tempo, o que nos permite ter uma amostragem de um momento relativamente parecido para as duas localidades, no que diz respeito a uma parcela de seus habitantes. Cruzamos os dados dessas duas listagens com a lista de criadores ao sul do Piratini, com o intuito de verificar a distribuição espacial desses indivíduos após alguns anos de ocupação desse território. Dos 90 listados, 14 assinaram a requisição dos moradores de Arroio Grande, datada de 1815, enquanto outros 11 subscreveram enquanto residentes de Herval no início da década de 1820. É importante frisar que nenhum nome se repetiu nas listas das duas povoações, algo que reforça a distribuição espacial desses indivíduos.

Se o número de criadores da lista de 1807 presentes nos abaixo-assinados de cada uma dessas duas localidades é pouco significativo, convém lembrar que alguns deles estabeleceram-se também em Jaguarão, outra localidade situada ao sul do rio Piratini, conforme apontado por Sérgio da Costa Franco e aqui mencionado anteriormente. É possível que alguns desses criadores fossem também absenteístas, algo que dificultaria sua presença nas mencionadas subscrições. Alguns daqueles que assinaram os requerimentos, por sua vez, provavelmente não estivessem listados entre os criadores por serem muito jovens à época, como é o caso de João da Silva Tavares, o qual contava 15 anos em 1807. Apesar disso, certamente João acompanhava seu pai, José da Silva Tavares, quando este fora listado dentre os possuidores de marca de gado registrada ao sul do Piratini.

Se João da Silva Tavares acompanhava seu pai José da Silva Tavares quando da elaboração da lista de criadores de 1807, este já não acompanhava seu filho desde 1813, ano de seu falecimento. Pelas circunstâncias da vida, portanto, não foi possível que José da Silva Tavares se fizesse presente na subscrição elaborada pelos habitantes de Herval do início da década de 1820. Sua viúva Joana Maria, entretanto, assinou a requisição, assim como três dos seus filhos: José da Silva Fagundes, Serafim José da Silva e João da Silva Tavares, o qual

---

<sup>51</sup> ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Representação dos moradores circunvizinhos do Passo do Arroio Grande, da Freguesia da Lagoa do Jaguarão”. Agradecemos a Marcelo Santos Matheus pela gentil disponibilização da documentação referida.

ostenta a patente de alferes na referida lista. Joana Maria não é a única mulher a subscrever o requerimento: das 148 pessoas que assinam o requerimento, 14 são mulheres, um número bastante inferior ao de homens subscreventes, mas que demonstra seu interesse em participar de um processo referente à localidade na qual estão socialmente inseridas, assim como a possibilidade de isso ocorrer. O mesmo não acontece na já mencionada subscrição redigida pelos habitantes de Arroio Grande, na qual nenhuma mulher se faz presente.

Outros 12 dos indivíduos listados dentre os criadores em 1807 faleceram, assim como José da Silva Tavares, antes de 1820, sendo esse um outro fator possível para o reduzido número de nomes que se repetiram nas listas elaboradas entre 1807 e o início da década de 1820. A esse número nos foi possível chegar a partir da localização dos inventários *post mortem* de boa parte das pessoas listadas enquanto criadores em 1807, dentre os quais localizamos o de José da Silva Tavares, aberto no ano de 1813, o mesmo de seu falecimento<sup>52</sup>.

Os inventários *post mortem*, de acordo com Luís Augusto Farinatti, assumem importância singular para o estudo de características econômicas e sociais do contexto aqui abordado. Apesar das limitações inerentes a esse tipo de fonte, tais documentações oferecem significativas informações sobre o patrimônio e a família dos inventariados, sendo “insubstituíveis” como fontes para o estudo da economia e da sociedade que se formava na parcela meridional do território que corresponde atualmente ao Rio Grande do Sul<sup>53</sup>. Para que possamos ter uma ideia aproximada da situação socioeconômica da família Silva Tavares na década de 1810, compararemos os dados do inventário de José da Silva Tavares com algumas características levantadas através de inventários *post mortem* por Gustavo da Silva Gularte, relativas à localidade de Jaguarão<sup>54</sup>. Conforme já mencionado, este local estava igualmente situado ao sul do Piratini, da mesma forma que Herval e Arroio Grande. Mais do que vizinhas, essas localidades possuíam limites que ainda se confundiam na década de 1810.

---

<sup>52</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul. Inventários. O Escravo deixado como herança/Coordenação: Bruno Stelmach Pessi. Volume I. Porto Alegre: CORAG, 2010. Disponível em: <[http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1292864308.Livro\\_Inventarios\\_v.1.pdf](http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1292864308.Livro_Inventarios_v.1.pdf)>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

<sup>53</sup> FARINATTI, Luís Augusto. Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. Ainda no que diz respeito à utilização de inventários *post mortem* para uma melhor compreensão dos contextos aqui analisados, há que se destacar os importantes e pioneiros trabalhos de Helen Osório e Paulo Zarth: OSÓRIO, Helen. O Império Português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. ZARTH, Paulo. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

<sup>54</sup> GULARTE, Gustavo da Silva. Estabelecimentos rurais e trabalho escravo na fronteira do Jaguarão, 1802-1834. Anais do XII Encontro Estadual de História – Anpuh/RS. São Leopoldo, 2014. Disponível em: <[http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405301889\\_ARQUIVO\\_Estabelecimentos\\_ruraisetrabalhoescravonaFronteiradoJaguarao.pdf](http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405301889_ARQUIVO_Estabelecimentos_ruraisetrabalhoescravonaFronteiradoJaguarao.pdf)>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

Além disso, o inventário de José da Silva Tavares encontra-se listado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul dentre os relativos à Jaguarão, assim como alguns outros de indivíduos que se encontravam nas já citadas listas relativas à Herval. cremos, em virtude disso, que a comparação aqui proposta seja pertinente.

Em primeiro lugar, é interessante observar que José da Silva Tavares se enquadra nas características gerais da produção descrita por Gustavo Gularte<sup>55</sup>, quais sejam a presença diversificada de rebanhos, com predominância de gado vacum, e a produção agrícola, em especial a triticultura, sendo que esta última pode ser verificada pela citação, no inventário que a ele diz respeito, de 8 alqueires de trigo que se encontravam plantados em uma seara nas terras do casal. Dentre os animais inventariados, constam 1000 reses de criar, 200 ovelhas, 110 cavalos e éguas, 24 juntas de bois e 15 “bestas”<sup>56</sup>. É importante destacar que as características da produção rural descrita por Gularte não ocorriam homogeneamente em todas as unidades produtivas, apresentando percentuais diferentes de ocorrência no total da amostragem de acordo com o critério em questão (quantidade de gado, produção de trigo, instrumentos agrícolas, etc.).

Analisando os estabelecimentos rurais a partir do critério de posse de reses para todo o período por ele escolhido (1802 a 1834), Gustavo Gularte estabelece 3 categorias<sup>57</sup>: “pequenas unidades produtivas”, com até 100 reses; “pequenas estâncias”, com rebanhos entre 101 e 1000 reses; e “médias e grandes estâncias”, possuindo mais de 1000 cabeças de gado. Considerando as 1000 reses presentes em seu inventário, José da Silva Tavares encontra-se dentre os 48,7% de proprietários de rebanhos descritos enquanto “pequenas estâncias”, os quais concentravam 14,6% do rebanho total para o período. Em um nível regional ampliado<sup>58</sup>, de acordo com os mesmos critérios, o pai de João da Silva Tavares faria parte de um percentual de 39,6% de criadores nessa mesma faixa, os quais detinham 28% do total do rebanho para o período entre 1765 e 1815, conforme demonstra Helen Osório em seu trabalho sobre a produção agrária relativa ao atual estado do Rio Grande do Sul durante o período colonial<sup>59</sup>. É importante ressaltar, entretanto, que o rebanho bovino descrito no

<sup>55</sup> É importante observar que o inventário de José da Silva Tavares não se encontra na amostragem utilizada por Gularte, uma vez que o autor optou por analisar apenas os inventários abertos nos anos pares entre 1802 e 1834, e o inventário em questão data do ano de 1813.

<sup>56</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário post mortem de José da Silva Tavares, Autos 22, Maço 1, Estante 97, Cartório de Órfãos e Ausentes, Jaguarão, 1813.

<sup>57</sup> GULARTE, Op. Cit.

<sup>58</sup> No caso, aquele relativo ao atual Rio Grande do Sul, de acordo com o trabalho de Helen Osório. OSÓRIO, Op. Cit., 2007.

<sup>59</sup> OSÓRIO, Op. Cit., 2007, p. 116.

inventário de José correspondia a uma quantidade limítrofe entre as categorias “pequenas estâncias” e “médias e grandes estâncias”. Nesse sentido, por mais que consideremos José da Silva Tavares enquanto um “pequeno estancieiro” de acordo com a categorização aqui utilizada como parâmetro comparativo, devemos considerar também que seu rebanho encontrava-se no máximo passível de estar compreendido dentro da categoria “pequenas estâncias” e, por isso, em uma situação acima de todos os parâmetros dos estabelecimentos incluídos nessa categoria analítica, no que diz respeito à produção pecuária.

Tais estabelecimentos, na análise de Gularte, apresentaram também produção tritícola, embora com menos frequência que as “pequenas unidades produtivas”. Essa produção, é importante observar, esteve ausente das unidades consideradas “médias e grandes estâncias” por esse mesmo autor, em que pesem as observações feitas acima com relação ao tamanho de seu rebanho e as características de cada categoria aqui utilizada. Conforme já mencionamos, pudemos verificar a presença de uma plantação de trigo no inventário aqui analisado. Considerando os dados relativos ao inventário de José da Silva Tavares de acordo com os critérios estabelecidos por Gustavo Gularte e com as características observadas por esse mesmo autor, podemos afirmar, portanto, que o pai de João da Silva Tavares, ao falecer, poderia ser considerado enquanto um proprietário de “pequena estância” dentro da região na qual estava inserido, na qual este e sua família exerciam as atividades agrícola e pecuária.

Ainda de acordo com o inventário de José da Silva Tavares, pode-se perceber que essa família utilizava também a mão de obra escrava em seu estabelecimento rural. Dessa forma, cabe a análise do perfil a ele relativo no que diz respeito à posse de cativos. Em sua avaliação da presença de mão de obra escrava de acordo com o tamanho dos estabelecimentos rurais, Gustavo Gularte<sup>60</sup> observa ausência de cativos apenas em algumas das “pequenas unidades produtivas”, algo que demonstra, segundo o autor, o quão rápido esse tipo de trabalho se disseminou e pode ser acessado pela grande maioria dos produtores, uma vez que encontravam-se percentualmente mais distribuídos do que o gado vacum, considerando os percentuais relativos à cada uma das categorias estabelecidas pelo autor. Na faixa das “pequenas estâncias”, na qual José da Silva Tavares encontra-se inserido, a média de escravos por inventário era de 6,9 escravos, quantidade que corresponde, na prática, aos 7 escravos presentes no inventário a ele relativo. Esse número estaria minimamente acima da média de 6,2 escravos por plantel levantada por Gabriel Aladrén para as localidades de Rio Pardo,

---

<sup>60</sup> GULARTE, Op. Cit.

Cachoeira e Jaguarão entre os anos de 1811 a 1820<sup>61</sup>. A mesma quantia, porém, estaria minimamente abaixo dos tamanhos médios dos plantéis visualizados por Helen Osório para o Rio Grande do Sul colonial: para o período entre 1790 e 1810, esse número seria de 8,1; já para o momento posterior, entre 1815 e 1825, tal quantia subiria para 9,7<sup>62</sup>.

Com a intenção de melhor visualizar a posição de José da Silva Tavares nesse contexto, no que tange à propriedade escrava, elaboramos uma estrutura de posse de escravos a partir dos inventários abertos para indivíduos da região em questão durante a década de 1810<sup>63</sup>, a qual encontra-se disposta no quadro abaixo.

<b>Tamanho dos plantéis</b>	<b>Quantidade de plantéis</b>	<b>% de plantéis</b>	<b>Quantidade de escravos</b>	<b>% de escravos</b>
<b>Plantéis de 1 a 4 escravos</b>	23	54,8	66	20,8
<b>De 5 a 9 escravos</b>	14	33,3	98	30,9
<b>De 10 a 19 escravos</b>	2	4,8	24	7,6
<b>De 20 a 49 escravos</b>	2	4,8	59	18,6
<b>Com 50 ou mais escravos</b>	1	2,3	70	22,1
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>317</b>	<b>100</b>

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul. Inventários. O Escravo deixado como herança/ Coordenação: Bruno Stelmach Pessi. Volume I. Porto Alegre: CORAG, 2010. Disponível em: <[http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1292864308.Livro\\_Inventarios\\_v.1.pdf](http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1292864308.Livro_Inventarios_v.1.pdf)> Acesso em 09 de agosto de 2015.

## **Quadro 2: Estrutura e concentração da posse escrava em Jaguarão e região (década de 1810).**

Em primeiro lugar, observando a faixa na qual José da Silva Tavares encontra-se inserido (de 5 a 9 escravos), é interessante perceber que esta era a faixa com maior quantidade total de cativos, apesar de não ser a que tinha maior quantidade de plantéis. A média para esta

<sup>61</sup> ALADRÉN, Op. Cit., p. 99.

<sup>62</sup> OSÓRIO, Op. Cit., 2007, p. 71, nota 39.

<sup>63</sup> Para a elaboração deste quadro, foram incluídos os dados relativos aos 38 inventários com escravos descritos para Jaguarão na publicação “Inventários: Documentos da Escravidão no RS” do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, além outros 4 Inventários relativos a indivíduos que estavam presentes na lista de criadores de 1807, mas que tiveram inventários descritos para Rio Grande ou Pelotas. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul. Inventários. O Escravo deixado como herança/ Coordenação: Bruno Stelmach Pessi. Volume I. Porto Alegre: CORAG, 2010. Disponível em: <[http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1292864308.Livro\\_Inventarios\\_v.1.pdf](http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1292864308.Livro_Inventarios_v.1.pdf)> . Acesso em 09 de agosto de 2015. Faz-se necessário frisar que este quadro é uma variação do modelo de estrutura de posse escrava presente no trabalho de Marcelo Santos Matheus, no qual nos baseamos para a elaboração deste quadro. Ver: MATHEUS, Op. Cit.

faixa é de 7,5 escravos por plantel, na prática a mesma quantia encontrada no inventário de José da Silva Tavares, conforme já mencionamos. Cabe lembrar também que esse número é praticamente o mesmo encontrado por Gustavo Gularte, sendo minimamente maior do que os 6,2 apontados enquanto média para essa mesma década por Gabriel Aladrén. Para a avaliação dos dados acima, consideramos a categorização utilizada por André Corrêa e Marcelo Matheus: pequenas escravarias, sendo aquelas com menos de 10 escravos; médias escravarias, apresentando entre 10 e 19 escravos; e grandes escravarias, com 20 cativos ou mais<sup>64</sup>. Estes, apesar de representarem apenas 7,1% dos proprietários, concentravam 40,7% dos cativos presentes na amostragem, enquanto os pequenos escravistas, apesar de perfazerem 88,1% dos proprietários, concentravam 51,7% dos escravos. Tais percentuais são bastante próximos daqueles encontrados por Gabriel Aladrén, para a mesma década, em sua análise das localidades de Cachoeira, Jaguarão e Rio Pardo, onde os escravistas com menos de 10 cativos perfaziam 83,9%, concentrando 50,9% do total de escravos. Nessa área, entretanto, os percentuais para as grandes escravarias são menores do que os visualizados aqui: 3,9% dos escravistas possuíam 24% dos cativos, conforme a análise desse mesmo autor<sup>65</sup>.

Podemos considerar, portanto, que José da Silva Tavares encontrava-se dentre a grande maioria de indivíduos considerados pequenos senhores de escravos da região na qual ele e sua família estavam instalados durante a década de 1810. Fazia parte, ao mesmo tempo, de um contingente classificado por Gustavo Gularte enquanto proprietário de “pequena estância”, apesar de possuir a quantidade máxima de reses referente a essa categoria analítica. Dessa forma, cremos que seja razoável caracterizá-lo enquanto um pequeno produtor, considerando as posses encontradas em seu inventário com relação às características econômicas do contexto no qual José da Silva Tavares e seus familiares estavam inseridos, algo que poderia influenciar na inserção social e na posição desses indivíduos em sua localidade, por mais que isso não ocorresse de maneira automática ou definitiva.

Se a posição econômica da família Silva Tavares, de fato, chegou a pesar negativamente para as relações sociais desses indivíduos, essa situação aparentava estar se modificando no início da década de 1820. Nessa época, quando da elaboração da já mencionada subscrição de moradores do Herval, João da Silva Tavares e seu irmão José

---

<sup>64</sup> CORREA, André do Nascimento; MATHEUS, Marcelo Santos. A escravidão em uma perspectiva comparativa: Caçapava (RS, Brasil) e Brazoria (Texas) – primeira metade do século XIX. Texto Inédito.

<sup>65</sup> ALADRÉN, Op. Cit., p. 100.

Fagundes assinam “a rogos” de outros 12 indivíduos<sup>66</sup>, algo que demonstra uma certa ascensão dos dois irmãos sobre essas pessoas, as quais confiam a eles sua participação no abaixo-assinado. Além de assinar em nome de 6 pessoas, José o faz também em nome de sua própria mãe. Os irmãos não são os únicos a proceder dessa maneira, haja vista que mais 11 participantes da subscrição assinam em nome de outros 21 homens e mulheres.

As listagens utilizadas até agora, apesar de fornecerem informações esparsas, permitem que tenhamos uma ideia sobre os contextos nos quais João da Silva Tavares e sua família estiveram inseridos nas duas primeiras décadas do século XIX, seja fazendo parte de um movimento migratório para uma região de fronteira, de um contingente de criadores de gado, agricultores e senhores de escravos, ou mesmo de um grupo de indivíduos aglomerados em torno de uma das povoações que se originaram no espaço onde essa família concentrou seu projeto de vida através da inserção socioeconômica. Essa família, como vimos, similarmente a inúmeras outras, fez parte de um processo ocupacional o qual, se em 1807 ainda era disperso em uma grande região, foi aos poucos concentrando indivíduos em diferentes aglomerações populacionais, dentre as quais a localidade de Herval.

Como vimos, apenas 11 dos criadores listados em 1807 fizeram parte do abaixo-assinado que os moradores desse povoado elaboraram no início dos anos 1820, seja em virtude da já mencionada dispersão populacional pelo espaço aqui analisado, das consequências relativas a seus respectivos ciclos de vida ou por razões que aqui nos escapam. Em um terceiro momento, quase 20 anos após 1807, apenas 6 desses 11 criadores presentes na lista do início da década de 1820 puderam ser localizados em uma outra documentação produzida sobre a localidade de Herval, somados a outros 6 criadores listados em 1807 e que não subscreveram, no início dos anos 1820, o requerimento dos moradores desse povoado. A documentação em questão é o "Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, e Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas"<sup>67</sup>.

O “Mapa” em questão foi elaborado no ano de 1824, em virtude do já mencionado processo de solicitação para a construção de uma capela na localidade. O requerimento dos moradores de Herval obteve sucesso, e a localidade foi, em decorrência disso, elevada à

---

<sup>66</sup> ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Consulta sobre Erigir-se Freguesia a Capela do Herval, da Província do Rio Grande do Sul de São Pedro”. Agradecemos a Marcelo Santos Matheus pela gentil disponibilização da documentação referida.

<sup>67</sup> Ibidem.

categoria de freguesia no ano de 1824<sup>68</sup>. Tal documento faz um levantamento do número de habitantes da povoação, os quais são descritos a partir dos “fogos” dos quais fazem parte, sendo essa relação um interessante meio para avaliar algumas características sociais da recém-criada freguesia de São João Batista do Herval.

Em primeiro lugar, é importante destacar que o “Mapa” não nomeia todos os integrantes de cada “fogo”, sendo citado apenas o “cabeça de casal”, ou seja, o principal responsável por cada uma dessas unidades, os quais totalizam 171 homens e mulheres. Comparados esses relacionados enquanto “cabeça de casal” com a relação de criadores de 1807, como já mencionamos, apenas 12 nomes se repetiram. Porém, quando efetuamos o cruzamento dos nomeados no “Mapa” com aqueles presentes na subscrição elaborada pelos habitantes de Herval no início dos anos 1820, o número de nomes repetidos aumenta para 74, algo que indica a fixação de grande parte desses indivíduos na nascente localidade. Os nomes que não se repetem, por sua vez, podem estar indicando tanto indivíduos em distintos momentos de seu ciclo de vida, (falecidos ou muito jovens quando da elaboração da primeira lista), quanto pessoas circulando em um movimento migratório (tanto de chegada quanto de partida) ainda efetivo nessa região durante o período em questão.

Como já mencionado, o “Mapa” assinala a presença de 171 fogos, além da quantidade de “brancos” e “escravos” sob responsabilidade do “cabeça de casal” de cada fogo. A respeito dessa divisão, Marcelo Matheus chama a atenção para os termos classificatórios utilizados pelos elaboradores da listagem, considerando que, no caso em questão, a classificação dos indivíduos enquanto “brancos” está diretamente associada à sua condição jurídica, em contraponto à situação de escravidão. O autor ressalta, ainda, que dificilmente todos os livres listados tivessem, de fato, a “tez branca”<sup>69</sup>.

De acordo com o “Mapa”, a população da localidade contava com 1976 “almas”, sendo 803 (40,6%) “brancos” e 1173 (59,4%) “escravos”<sup>70</sup>. Citando um mapa similar, elaborado no ano de 1833, Sérgio da Costa Franco aponta os seguintes dados para a localidade de Jaguarão: 5457 almas, 2856 (52,3%) “brancos”, 2531 (46,3%) “escravos”, 70 (1,4%) “pretos livres”<sup>71</sup>. É interessante observar a diferença para os percentuais majoritários

<sup>68</sup> ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Consulta sobre Erigir-se Freguesia a Capela do Herval, da Província do Rio Grande do Sul de São Pedro”.

<sup>69</sup> MATHEUS, Op. Cit.

<sup>70</sup> Nomenclatura de acordo com a documentação utilizada.

<sup>71</sup> FRANCO, Op. Cit., p. 94

de cada localidade, embora os valores estejam relativamente próximos entre si, com diferenças percentuais de pouco mais de 10%. Além disso, cabe destacar a presença de “pretos livres” no rol de Jaguarão, algo ausente do “Mapa” relativo à Herval.

O Alferes João da Silva Tavares e sua mãe, Joana Maria da Silva, aparecem dentre os “cabeças de casal” da lista: esta, qualificada como viúva, é descrita como responsável por 8 “brancos” e 10 escravos. Os irmãos do Alferes também estão entre os listados: Serafim José da Silva é responsável por 1 “branco” e 2 escravos, enquanto José da Silva Fagundes o é por 6 cativos e 8 “brancos”. O Alferes, por sua vez, tem sob sua responsabilidade 3 escravos e 6 “brancos”. Se não nos é possível adivinhar quem seriam os “brancos” sob responsabilidade de Joana Maria, Serafim e José, o mesmo não ocorre com relação àqueles referentes à Silva Tavares. Tendo contraído matrimônio com Umbelina Bernarda da Assunção Nunes em 1817, nos anos posteriores o casal teve os seguintes filhos: João Nunes (Joca), nascido em 1818; Umbelina Nunes, de 1819; Gertrudes, do ano de 1821; Ludovina, de 1822 e José Facundo, nascido em 1825<sup>72</sup>, sendo essas as 6 “almas” “brancas” que constituíam, até aquele momento, a família de João da Silva Tavares e, portanto, faziam parte do “fogo” sob sua responsabilidade.

Com relação à posse de cativos, um ponto nos chama a atenção: João da Silva Tavares, no mapa de 1824, seria responsável por 3 escravos. Alguns anos antes, em 1822, o já Alferes Silva Tavares adquiria a Chácara do Bomfim, nos arredores de Herval. A compra, realizada em prestações, foi registrada na localidade de Rio Grande, tendo sido a propriedade vendida a Silva Tavares pelo Reverendo Antônio Martins Vieira<sup>73</sup>. No negócio, o Alferes adquiriu também 5 escravos. Por quais razões o número de cativos teria diminuído nesses 3 anos? Por certo é bastante possível que dois escravos tivessem morrido, ou mesmo fugido do cativeiro durante esse período. Há, porém, uma hipótese interessante: em sua História do Herval, Manoel da Costa Medeiros afirma que Silva Tavares negociava escravos nessa localidade, comprando cativos em Rio Grande e os vendendo em Herval “a prazos mais ou menos longos aos moços que, por tomarem o estado de casado, iam estabelecendo novos domicílios nas propriedades paternas”<sup>74</sup>. O autor, entretanto, não cita a fonte de onde extraiu

<sup>72</sup> O casal teve mais duas filhas: Joana, nascida em 1823, e Virgilina, nascida em 1825. Ambas, porém, faleceram ainda novas. Todas as informações relativas ao casamento e ao nascimento dos filhos do casal foram extraídas de VIEIRA, Op. Cit.

<sup>73</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Transmissões e Notas. Rio Grande: 2º Tabelação, Livro 2 a 21 (18.02.1811 – 01.02.1852). Agradecemos a Gabriel Santos Berute pelas informações sobre a documentação referida, por ele gentilmente cedidas.

<sup>74</sup> MEDEIROS, Op. Cit., p. 77.

essa informação, ou mesmo o período no qual Silva Tavares exercera esse “imoral comércio”<sup>75</sup>. Tal afirmação, portanto, fica aqui colocada apenas como uma hipótese, haja vista também não nos foi possível encontrar qualquer evidência que nos permitisse corroborá-la ou negá-la neste trabalho.

Além dos escravos e chácara, a qual possuía “casas, moinho de água e benfeitorias”, foi também incluída no negócio uma quantidade não especificada de gado, constituída por “gado de criar”, bois, cavalos e éguas. Alguns dos valores relativos a essa transação nos permitem estabelecer um paralelo entre as posses adquiridas nesse momento por João da Silva Tavares e aquelas listadas no inventário de seu pai, no ano de 1813. Para tanto, converteremos tais valores para libras esterlinas, o que permitirá que tenhamos uma base de valores mais estável para comparação<sup>76</sup>. A chácara do Bomfim foi vendida a Silva Tavares por 205,20 libras, mesmo valor cobrado pelos 5 cativos. O gado, como um todo, custou 328,33 libras. Os bens avaliados no inventário de seu pai, José da Silva Tavares, tiveram os seguintes valores: a propriedade rural, 1.036,66 libras; os 7 escravos, 390,88 libras e o total de animais, 378,12 libras. Em que pese as variações relativas aos valores “unitários” dos animais, das terras e dos escravos, os quais possuem inúmeras variáveis, tais como quantidade, qualidade e oferta no mercado, cremos que é possível afirmar que Silva Tavares iniciava sua vida de proprietário, em termos meramente econômicos, em um patamar abaixo do que o seu pai apresentava quando do seu falecimento. Podemos corroborar essa afirmação a partir da evolução dos preços no Rio Grande do Sul colonial demonstrada por Helen Osório: entre os períodos de 1790-1810 e 1815-1825, os preços das cabeças de gado e das unidades produtivas tiveram altas de 114% e 85,8%, respectivamente, em decorrência dos conflitos que afetavam a região<sup>77</sup>. Da mesma forma, o valor médio de um escravo do sexo masculino com idade entre 20 e 30 anos aumentou 56% no mesmo período<sup>78</sup>. Conforme Gabriel Aladrén, o preço médio

<sup>75</sup> MEDEIROS, Op. Cit., p. 77.

<sup>76</sup> Em sua tese, Gabriel Berute justifica a conversão aqui efetuada: “Tendo em vista a desvalorização do *Mil-réis* relacionada à inflação e as flutuações das taxas de câmbio, assim como para uma melhor avaliação da evolução dos valores monetários ao longo do período, optei por utilizar os valores expressos em libras esterlinas. Para a conversão dos valores foi utilizada a tabela ‘Taxa de câmbio média anual da libra esterlina (réis por pence) na praça do Rio de Janeiro (RJ) [1809-1939]’.” “Até a adoção do sistema decimal pelo Reino Unido (1971), cada libra valia 20 *shillings*, que por sua vez valia 12 *pence*, logo uma libra equivalia a 240 *pence*. O Mil-réis, por sua vez, era um sistema de base milesimal. De tal modo, para o cálculo da conversão foi aplicada a seguinte fórmula: Valor em Libras (£) = |(Valor em Mil-réis (\$) x Taxa de câmbio “*pence*”) : 240| : 1000.” BERUTE, Gabriel Santos. Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: Negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2011, p. 101, nota 217. A tabela citada pelo autor está disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> . Acesso em 09 de agosto de 2015.

<sup>77</sup> OSÓRIO, Op. Cit., 2007, p. 72.

<sup>78</sup> Id. Ibid., p. 71, nota 39.

de um escravo na faixa etária entre 15 e 40 anos sofreu, apenas durante o período entre 1816 e 1820, um aumento de 24%<sup>79</sup>.

Se a diferença já é gritante no que diz respeito ao valor das propriedades rurais de pai e filho, torna-se ainda maior caso consideremos os aumentos percentuais demonstrados, nesse quesito, por Helen Osório. Em termos de posse de reses, a proximidade dos valores dos dois rebanhos diminui consideravelmente, ao que levemos em consideração a alta do preço do gado vacum entre os dois períodos, a qual também é demonstrada por essa autora. Isso nos leva a crer que João da Silva Tavares estivesse adquirindo um rebanho bem menor do que as 1000 cabeças de gado vacum presentes no inventário de seu pai. Apesar disso, cremos que Silva Tavares estivesse na mesma categoria que seu pai, de acordo com a categorização de Gustavo Gularte, sendo considerado um proprietário de “pequena estância”, uma vez que tal categoria abarcava proprietários cujos rebanhos apresentavam entre 100 e 1000 reses. No que diz respeito à propriedade escrava, considerando a quantidade de cativos em detrimento dos valores acima citados, João estaria também dentre os senhores de pequenas escravarias, assim como seu pai. Dessa forma, cremos que nos seja possível classificar João da Silva Tavares, no início da década de 1820, enquanto um pequeno proprietário, tal qual seu pai fora na década anterior, de acordo com a classificação por nós aqui utilizada, mas situado economicamente em um patamar abaixo do que seu pai possuía em 1813.

À parte essa classificação, podemos também observar a posição de João da Silva Tavares em relação à economia local, considerando ainda a propriedade escrava como parâmetro. Para tanto, elaboramos aqui uma estrutura de posse de escravos, utilizando os dados do já citado “Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, e Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas”, os quais alocamos no quadro abaixo.

---

<sup>79</sup> ALADRÉN, Op. Cit., p. 114.

Tamanho dos plantéis	Quantidade de plantéis	% de plantéis	Quantidade de escravos	% de escravos
Plantéis de 1 a 4 escravos	82	48	178	15,2
De 5 a 9 escravos	57	33,3	395	33,7
De 10 a 19 escravos	27	15,8	347	29,6
De 20 a 49 escravos	3	1,8	118	10
Com 50 ou mais escravos	2	1,1	135	11,5
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100</b>	<b>1.173</b>	<b>100</b>

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas”.

**Quadro 3: Estrutura e concentração da posse escrava a partir do “Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, e Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas” (1824)<sup>80</sup>.**

Conforme já mencionamos, João da Silva Tavares possuía 3 escravos quando da elaboração do “Mapa”, número bem menor não só do que a média encontrada para essa mesma documentação (6,8), como também do que a quantia de 8,4 verificada por Gabriel Aladrén em sua análise sobre as localidades de Cachoeira, Jaguarão e Rio Pardo durante a década de 1820<sup>81</sup>. Dessa forma, Silva Tavares encontra-se, assim como seus irmãos, entre os 147 habitantes que possuíam os menores plantéis da localidade, com menos de 10 cativos. Estes englobam 81,3% do total de escravistas, os quais detinham 48,9% do número total de escravos. Ou seja, em relação aos outros habitantes da localidade, os homens da família Silva Tavares podem ser considerados enquanto pequenos senhores de escravos. O mesmo não ocorre, entretanto, com a matriarca da família: possuindo 10 cativos, Joana Maria estava dentre os 27 “cabeças de casal” considerados enquanto médios senhores de escravos, os quais perfaziam 15,8% do total de escravistas e concentravam 29,6% do total de cativos. Essa posição poderia interferir diretamente no status de Silva Tavares e seus irmãos, caso consideremos a utilização partilhada de bens e escravos por membros de uma mesma família<sup>82</sup>. Ou seja, é bastante provável que os escravos desses quatro “cabeças de casal” fossem utilizados de forma partilhada, sem que isso significasse uma situação

<sup>80</sup> É preciso deixar claro que esta é uma adaptação da estrutura de posse presente na qualificação de doutorado de Marcelo Matheus, a qual elaboramos para melhor realizarmos as comparações aqui presentes. MATHEUS, Op. Cit., p. 46.

<sup>81</sup> ALADRÉN, Op. Cit., p. 99.

<sup>82</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010.

hierarquicamente inferior a esses indivíduos. O mesmo, entretanto, pode ser válido para outros membros dessa localidade, obviamente. Porém, assim como não dispomos de dados para afirmar o proposto acima, o mesmo vale para as outras famílias constantes na relação em questão. No mesmo patamar de Joana Maria encontrava-se Bonifácio José Nunes, sogro de João da Silva Tavares e um dos indivíduos presentes na lista de criadores de 1807, cujo plantel era composto por 15 escravos.

Se João da Silva Tavares ocupava uma posição economicamente pouco expressiva dentre os proprietários de escravos de Herval, este se destacava, porém, segundo um outro aspecto: dentre os 171 “cabeças de casal”, apenas 12 apresentavam patentes militares<sup>83</sup>, totalizando 7% dos indivíduos listados. Silva Tavares já apresentava a mesma patente de Alferes na subscrição de moradores de Herval do início da década de 1820, na qual apenas 7 dos 148 subscreventes tiveram seu posto militar citado, correspondendo a 4,7% do total de presentes nessa lista. Há que se considerar, é claro, as 22 mulheres presentes enquanto “cabeça de casal”, perfazendo 12,8% do total, algo que tornaria o percentual de homens com patentes mais significativo, conforme já afirmamos, caso não as contabilizássemos.

Cabe ressaltar ainda que é bastante provável que os indivíduos citados nessas duas listas não sejam os únicos homens de Herval a possuir patentes militares. Um pequeno teste, aos moldes dos cruzamentos que efetuamos com a listagem de criadores de 1807, pode confirmar tal assertiva: dentre os 11 subscreventes de Herval que estavam também na relação de criadores de 1807, 4 apresentaram alguma relação com o serviço militar à Coroa, o que nos permite inferir que muitos outros indivíduos também apresentariam tal relação, caso efetuássemos outros cruzamentos nesse mesmo sentido. Isso não diminui, entretanto, a posição de destaque ocupada pelos indivíduos relacionados com suas patentes, especialmente no “Mapa” de 1824, no qual foram nomeados apenas os membros principais de cada “fogo”.

Como se pode ver, as informações sobre a realidade na qual João da Silva Tavares e sua família estiveram inseridos nas duas primeiras décadas do século XIX são bastante parciais, em virtude da amostragem que as fontes para o período nos possibilitam. Apesar disso, cremos que elas ainda são úteis para compreender o contexto no qual essas pessoas se encontravam, ainda mais considerando a escassez (ou quase ausência completa) de fontes de caráter demográfico. As listas obtidas para a região de Herval, dessa forma, se não abarcam a totalidade de seus habitantes, nos permitem ter uma ideia sobre algumas características desses

---

<sup>83</sup> MATHEUS, Op. Cit.

indivíduos que estavam ocupando essa região. Mais do que isso, cremos que tais informações possibilitam uma melhor compreensão do contexto no qual João da Silva Tavares viveu as primeiras décadas de sua vida. Esse contexto, assim como a trajetória de Silva Tavares, seria marcado por outros fatores, conforme veremos adiante.

## 1.2 ENVEREDAR-SE EM UM NOVO IMPÉRIO (1822 - 1835)

Aos vinte dias do mês de novembro do ano da graça de 1826, os habitantes da recém-criada Freguesia de São João Batista do Herval “fizeram subir à Muita Augusta Presença<sup>84</sup>” de Sua Majestade Imperial uma representação, na qual demonstravam a “honrosa satisfação” de terem sido ouvidos seus votos para a “desmembração daquela Freguesia”. No mesmo documento, entretanto, tais indivíduos expunham “igualmente o dissabor de não terem deferimento algum” sobre a súplica que também haviam enviado ao Rio de Janeiro, na qual rogavam pela manutenção do Padre João Freitas de Santo Agostinho enquanto responsável pelo pasto espiritual daquela localidade.

Os suplicantes justificavam a repetição de tal pedido alegando terem motivos para suspeitar do descaminho de sua petição, suplicando que fosse concedido o dito Padre João “para o seu Pároco Colado na sobredita Igreja de São João Batista de Herval”, uma vez que estavam “bem convencidos da Paternal benignidade com que Vossa Majestade Imperial se digna ouvir e atender as súplicas de seus súditos”, apesar da “grande distância” que separava tais indivíduos do Trono. Essa distância foi simbolicamente reduzida pouco mais de três meses após o envio da súplica, quando os suplicantes foram atendidos recebendo a mercê real para seu pedido<sup>85</sup>.

Acompanhava o requerimento dos habitantes de Herval uma subscrição, encabeçada pelo Tenente João da Silva Tavares. Além deste, subscreveram tal petição mais 80 pessoas, dentre as quais o Capitão Astrogildo Pereira da Costa e a viúva Maria Antônia Muniz. Também fizeram constar suas assinaturas Joana Maria da Silva, José da Silva Fagundes e

---

<sup>84</sup> ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Consulta sobre Erigir-se Freguesia a Capela do Herval, da Província do Rio Grande do Sul de São Pedro”.

<sup>85</sup>Ibidem.

Serafim José da Silva, mãe e irmãos, respectivamente, do citado Tenente<sup>86</sup>. Essas pessoas buscavam, à sua maneira e da forma como lhes fosse necessário ou mesmo possível, sua inserção no recém-independente Império do Brasil, conectando-se ao Trono com distintos fins e através de diferentes caminhos, apesar de encontrarem-se, conforme eles mesmos compreendiam, em um dos longínquos extremos do recente Império, assim como outros tantos habitantes de sul a norte do país. Essa aproximação simbólica entre súditos e Coroa podia ocorrer tanto no sentido de acessar recursos ou suplicar mercês, como exemplificado acima, quanto no de manifestar fidelidade ao Trono, conforme ocorrera alguns anos antes, em 1823.

Em maio daquele ano, Bonifácio José Nunes, Comandante do Distrito no qual a futura freguesia de Herval se localizava, dirigia-se através de carta ao Deputado do Governo e Secretário dos Negócios Políticos da Junta de Governo Provisório da Província de São Pedro, Manoel Maria Ricalde Marques<sup>87</sup>, por certo em resposta aos comunicados enviados à Câmara da Vila de Rio Grande tanto pelo próprio Ricalde Marques<sup>88</sup> quanto pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado do Brasil, Martim Francisco Ribeiro de Andrada<sup>89</sup>. Em tais comunicações estes dois últimos solicitavam providências para que se realizassem “subscrições voluntárias” nas localidades, com o intuito de arcar com as despesas referentes às lutas pela consolidação da Independência do Brasil. Ao respondê-las, Bonifácio listara os habitantes da localidade que “voluntariamente oferecerão com todo o prazer com que podião na ocasião presente concorrer para ajuda das despesas do nosso Império”, de acordo com suas palavras<sup>90</sup>, demonstrando seu alinhamento e o de seus conterrâneos da longínqua Herval, naquele momento, com o nascente Império do Brasil<sup>91</sup>. Através disso, esses indivíduos se enveredavam no Estado que se construía, optando pelo projeto que visualizava, naquelas

---

<sup>86</sup> ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Consulta sobre Erigir-se Freguesia a Capela do Herval, da Província do Rio Grande do Sul de São Pedro”.

<sup>87</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência. Herval, 1823. Fundo Autoridades Militares, lata 177, maço 91.

<sup>88</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência Recebida. Câmara Municipal de Rio Grande. 02 de janeiro de 1823. Fundo Autoridades Municipais, lata 142, Maço 167.

<sup>89</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência Recebida. Câmara Municipal de Rio Grande. 04 de março de 1823. Fundo Autoridades Municipais, lata 142, Maço 167.

<sup>90</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência. Herval, 1823. Fundo Autoridades Militares, lata 177, maço 91.

<sup>91</sup> Para questões relativas a participação das elites regionais na construção do Estado Brasileiro ver, por exemplo: FARINATTI, Luís Augusto; VARGAS, Jonas. “A nossa causa é a causa deles”: Elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820 – c. 1880). In: BARATA, Alexandre Mansur; MARTINS, Maria Fernanda Vieira; BARBOSA, Silvana Mota. (Org.). Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX. 1ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014, pp. 225-256.

circunstâncias, a unidade territorial da então ex-colônia portuguesa e D. Pedro I como seu soberano. Essa, entretanto, não era a primeira vez que os habitantes de Herval se manifestavam com relação às suas expectativas no que diz respeito ao que se configuraria no atual Estado Brasileiro.

No dia 9 de março de 1822, a Gazeta do Rio publicou, em um suplemento à edição de número 30 daquele ano, uma subscrição enviada à Corte, intitulada “Representação, que os Habitantes da Villa do Rio Grande da Província de S. Pedro dirigirão à Câmara da mesma Villa”<sup>92</sup>. Nesse documento, datado de 23 de janeiro do mesmo ano, os subscreventes, “moradores de todas as classes desta Villa, protestando a mais respeitosa submissão, tanto ao Poder Legislativo, como Executivo do Reino Unido, e por isso bem longe de pertenderem, nem por hum momento, manifestar a mais leve opposição às Deliberações e Ordens d’aquelles Soberanos Poderes”, expõem sua preocupação com a possível ausência de seu Príncipe Regente,

“considerando também com desgosto, e até com susto o desastroso resultado de dificuldades e males, que pode trazer ao Brazil a retirada de Sua Alteza Real o Senhor Príncipe Regente, deixando os habitantes deste Reino, como em hum estado de orfandade, e mesmo na funesta desconfiança de hirem a perder a sua Cathegoria, e consideração, de que tem gozado, e de voltarem ao antigo lastimoso systema de Colonia, sem terem entre si huma Authoridade Suprema com atribuições de graça e justiça a quem recorrão, e por quem possão ser socorridos oportunamente debaixo do Regulamento Constitucional”<sup>93</sup>.

Para além das preocupações desses indivíduos, relativas ao contexto de instabilidade política pelo qual o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves passava naquele momento, cabe-nos destacar a presença de 2 nomes dentre os 109 subscreventes<sup>94</sup> ditos moradores da Vila de Rio Grande: Roberto Pereira Machado e João da Silva Tavares. A presença desses indivíduos na “Representação” acima descrita é significativa, uma vez que eles também se fizeram em pelo menos uma de outras duas listagens abordadas neste trabalho: um abaixo-assinado dos moradores de Herval, do início da década de 1820, e o “Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, e Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e

<sup>92</sup> REPRESENTAÇÃO que os habitantes da Vila do Rio Grande da Província de S. Pedro dirigirão a Câmara da mesma Villa. Jornal “Gazeta do Rio de Janeiro”. Suplemento ao nº 30, Rio de Janeiro, 09 de março de 1822. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749664&PagFis=4579&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

<sup>93</sup> Ibidem.

<sup>94</sup> Cremos que houve algum equívoco, da parte do editor, no momento da elaboração da edição do jornal, uma vez que 56 dos 165 nomes encontram-se repetidos na listagem. Eliminados os que se repetiram chegamos, portanto, ao número total de 109 subscreventes.

Léguas"<sup>95</sup>, datado de 1824. Ou seja: mesmo habitando uma outra localidade, a qual pertencia ao território concernente à Vila de Rio Grande, esses indivíduos se fizeram presentes na “Representação” dos moradores da dita vila. Sua presença nesse ato simbolizava a dos demais habitantes de sua comunidade, vinculando sua localidade à Rio Grande e, em consequência disso, à Corte e ao então Reino Unido. Eram mediadores entre Herval e a Câmara de Rio Grande.

De acordo com Jonas Vargas, os “*mediadores* eram pessoas que possuíam características diferenciadas dentro da sua ‘aldeia’ e que eram responsáveis em ligar a sua comunidade com o mundo exterior, defendendo interesses diversos”, geralmente dominando os códigos de conduta dos dois sistemas que conectavam<sup>96</sup>. Essa diferenciação podia variar, cremos, de acordo com as diferentes conjunturas nas quais essas pessoas eram consideradas aptas a ocupar a posição de mediador, algo que passava, por certo, pelo prestígio que tais indivíduos granjeavam dentre seus pares no âmbito local, o qual podia ter fatores generativos distintos. No caso de João da Silva Tavares, descrito na “Representação” de 1822 enquanto “Alferes de Milícias”, cremos que a conexão com as Coroas Lusitana e Brasileira através do mundo da guerra tenha sido o principal desses fatores. Tal conexão era socialmente expressa pelas patentes militares, as quais, além de serem um símbolo de prestígio, “traziam, implícitas, uma história de reconhecimento por parte de instâncias superiores quanto ao valor e às qualidades da pessoa”<sup>97</sup>.

Ademais, é importante salientar que no contexto em questão erguia-se, na fronteira meridional do Império Lusoamericano e, posteriormente, Brasileiro, uma sociedade fortemente marcada pelo fator bélico, o qual permitiu não só a apropriação do espaço em que João da Silva Tavares e seus conterrâneos estavam se inserindo, mas também que “várias famílias melhorassem sua situação e algumas pessoas de baixa extração social pudessem

---

<sup>95</sup> ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Consulta sobre Erigir-se Freguesia a Capela do Herval, da Província do Rio Grande do Sul de São Pedro”. ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, e Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas”.

<sup>96</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a Paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010. Grifos do Autor.

<sup>97</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2012. É preciso destacar que a sociedade que se erguia nesse contexto reproduzia também, segundo esse mesmo autor, a estrutura social extremamente desigual existente nas áreas mais antigas de povoamento luso-brasileiro. A mobilidade social através do mundo da guerra era uma possibilidade, como demonstra Luís Augusto Farinatti através dos casos de ascensão socioeconômica de José de Abreu e Bento Manuel Ribeiro. O mesmo autor alerta, entretanto, para o cuidado que se deve tomar com esses exemplos: “Eles não podem dar a ideia de que a fronteira aberta era uma terra da promessa, de teor muito mais igualitário do que as áreas de povoamento antigo.” FARINATTI, Op. Cit., 2010, p. 247.

ascender social e economicamente”, utilizando a guerra para construir tanto seus patrimônios quanto sua posição social<sup>98</sup>. Anteriormente vimos como os habitantes de Herval buscaram conectar-se, coletivamente organizados e de acordo com o contexto, aos Impérios Lusitano e Brasileiro. Muitos deles buscaram fazê-lo, também, através das armas, conforme pudemos perceber a partir das listas analisadas na primeira parte deste capítulo. É bastante plausível que a ascendência desses indivíduos tenha influenciado João da Silva Tavares a se inserir no mundo da guerra, pois conforme já sugerimos, foi por essa vereda que Silva Tavares buscou efetuar sua conexão com as Coroas Lusitana e Brasileira.

Conforme alguns de seus biógrafos, o início da vida militar de João da Silva Tavares teria ocorrido em 1811, ano no qual teria se alistado como voluntário, “juntamente com outros hervalenses”, nas forças do Exército Pacificador comandado por Dom Diogo de Souza<sup>99</sup>. À época, o jovem Silva Tavares contava 19 anos, por certo podendo se engajar a essas forças, caso tomemos o critério de idade enquanto baliza: retomando a “Lista de Praças da Companhia de Cavalaria do Distrito ao Sul do Piratini”<sup>100</sup>, datada de 1803, constatamos que a média de idade de engajamento dentre aqueles indivíduos era de 18 anos. Caso consideremos apenas os 52 soldados da lista, essa média cai para 14,9 anos. Dos 92 listados, nada menos do que 63 (68,4%) haviam se alistado tendo entre 11 e 19 anos. Mesmo no momento de elaboração da lista, 24 soldados tinham idade igual ou menor do que 20 anos. Nenhum dos oficiais desse rol, é interessante ressaltar, tinha menos do que 25 anos. Ou seja: se nem tantos soldados listados apresentavam idade igual ou inferior à que Silva Tavares tinha em 1811, grande parte daquele efetivo havia engajado com os mesmos 19 anos ou menos.

Além disso, de acordo com Luís Ernani Caminha Giorgis, o Exército formado sob as ordens de D. Diogo de Souza em 1811 fora composto, dentre outros, pelo Batalhão de Infantaria e por dois Esquadrões de Cavalaria de Milícias de Rio Grande<sup>101</sup>. Se levarmos em conta que a localidade de Herval encontrava-se, à época, nessa jurisdição, o fato de tais unidades fazerem parte das forças acima citadas aumenta a possibilidade acima levantada, considerando que tais efetivos eram formados por indivíduos recrutados dentre os seus habitantes. Dessa forma, por mais que não tenhamos nenhuma evidência do efetivo

---

<sup>98</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2012. FARINATTI, Op. Cit., 2010.

<sup>99</sup> Ver, por exemplo: MEDEIROS, Op. Cit. VIEIRA, Op. Cit.

<sup>100</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência. Sul do Piratini, 1803. Fundo Autoridades Militares, maço 4, documento nº 21.

<sup>101</sup> GIORGIS, Luís Ernani Caminha. As Campanhas de 1810-1820 na Região do Prata. In: AXT, Gunter (Org.). As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

engajamento de Silva Tavares em 1811, cremos que essa seja uma possibilidade bastante plausível.

Outros biógrafos de João da Silva Tavares manifestam-se de maneira um tanto confusa ou mesmo vaga sobre o início de sua vida militar, citando, com certa imprecisão, as “Guerras Cisplatinas” como marco inicial<sup>102</sup>. Tarcísio Taborda, por sua vez, em discurso proferido e posteriormente publicado<sup>103</sup>, afirma que Silva Tavares teria se iniciado nas armas em 1816, aos 24 anos, citando de maneira esparsa a sua “Fé de Ofício”<sup>104</sup>, documento o qual não nos foi possível localizar. Essas informações vão ao encontro do que consta em matéria da edição de 4 de janeiro de 1837 do *Jornal do Comércio*, publicado no Rio de Janeiro<sup>105</sup>, segundo a qual Silva Tavares teria sentado praça como “soldado em um corpo da 2ª linha, na campanha a que deu começo o general Carlos Frederico Lecor, depois Visconde da Laguna”<sup>106</sup>. Essas afirmações, carentes de fontes, não anulam a possibilidade levantada anteriormente, caso consideremos que os soldados da supracitada lista de praças de 1803 estavam servindo nesse mesmo posto, em média, durante 9 anos. Era bastante possível, portanto, que Silva Tavares estivesse servindo ainda enquanto soldado em 1816, apenas 5 anos após o início do avanço do Exército Pacificador de D. Diogo de Souza.

Por mais que não nos tenha sido possível precisar o momento de entrada de João da Silva Tavares no mundo das armas, ocorre que este encontrava-se, no ano de 1819, em meio às atividades bélicas da campanha iniciada em 1816 pela Coroa Portuguesa nas fronteiras

<sup>102</sup> São os casos de Walter Spalding e Álvaro Tavares de Souza. Este, apesar de citar que João da Silva Tavares sentara praça pela primeira vez sob as ordens do “Ten. Gal. Carlos Frederico Lecor (ou seja, nas campanhas de 1816-1821), aponta posteriormente que Silva Tavares fora “assíduo combatente nas campanhas do sul (1810 a 1825)”. O primeiro, em breve nota biográfica que antecede a publicação de alguns documentos relativos à Revolução Farroupilha, cita apenas as “Guerras Cisplatinas”, sem precisar em qual das intervenções luso-brasileiras no prata Silva Tavares teria iniciado sua vida nas armas. Ver: SOUZA, Álvaro Tavares de. Barão e Visconde de Serro Alegre – Duas Vezes Grande do Império – Feitos e Serviços. Publicação: 1970. SPALDING, Walter. João da Silva Tavares (Visconde de Serro Alegre). IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. III Trimestre. Ano XVIII. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1938.

<sup>103</sup> TABORDA, Tarcísio Antônio da Costa. Visconde de Serro Alegre. Discurso proferido pelo historiador Tarcísio Antônio da Costa Taborda ao tomar posse da Cadeira nº 18 na Academia Brasileira de História reunida em sessão solene na sala do Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 29 de abril de 1977. Bagé: Faculdades Unidas de Bagé/Fundação Átilla Taborda, S/d.

<sup>104</sup> Conforme José Iran Ribeiro, a “Fé de Ofício” é uma “espécie de histórico profissional do militar”, na qual constam informações como ano e local de nascimento, algumas características físicas, “a condição de ingresso no Exército, recrutado ou voluntário; as unidades em que serviu o militar, as movimentações de que participou; se for o caso, promoções, licenças, entradas nos hospitais, punições; sendo que alguns destes documentos são mais completos que outros.” RIBEIRO, José Iran. “De tão longe para sustentar a honra nacional”: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado)

<sup>105</sup> Esta matéria encontra-se transcrita em RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Apontamentos para a história da revolução de 1835-1845. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IV Trimestre. Ano VII. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1927.

<sup>106</sup> RODRIGUES, Op. Cit.

meridionais de seu território sul-americano. É o que demonstra uma correspondência trocada entre Silva Tavares e o Furriel Francisco Barbosa de Vasconcelos<sup>107</sup>, tratado por aquele como “senhor”, algo que demonstra sua posição inferior, com relação ao Furriel, na hierarquia militar<sup>108</sup>. Silva Tavares, por sua vez, sequer assinala alguma patente militar junto à sua assinatura, algo que nos leva a crer que este ainda não tivesse obtido nenhuma promoção até aquele momento da guerra<sup>109</sup>.

Na missiva, João da Silva Tavares relata que encontrara dois “camaradas” que estavam em “retirada fugindo dos Insurgentes”, os quais lhe informaram o ataque surpresa às tropas do Coronel José de Abreu, sendo que este havia sido derrotado em tal ação. Escrevendo da Fazenda de Antônio Alves, Silva Tavares informa também ao Furriel que não tinha notícias do “Senhor Brigadeiro Bento” (provavelmente Bento Correa da Câmara), e que seguiria naquele local até “saber o destino do *nosso* Brigadeiro”, o qual provavelmente era também superior direto do Furriel, conforme nos leva a crer o termo utilizado por Silva Tavares e por nós grifado. A correspondência, datada de 14 de dezembro, faz referência ao ataque sofrido pelo Coronel José de Abreu nesse mesmo dia, o qual se encontrava “estacionado na região do Ibirapuitã-Chico, território do Rio Grande do Sul, quando foi surpreendido por Andrés Latorre”, conforme Luís Ernani Caminha Giorgis<sup>110</sup>. Ainda segundo o autor, Abreu conseguira retirar-se com parte de suas tropas até o Passo do Rosário, reunindo-se com as tropas do Brigadeiro Bento Correa da Câmara, o que corrobora nossa hipótese acerca do Brigadeiro mencionado por Silva Tavares na carta acima citada.

De acordo com Manoel da Costa Medeiros, João da Silva Tavares teria sido promovido a alferes em campo de batalha, juntamente com outros hervalenses, pelo Conde da Figueira<sup>111</sup>. Apesar de não nos ter sido possível confirmar essa afirmação, ocorre que na

---

<sup>107</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência. Fazenda de Antônio Alves, 1819. Fundo Autoridades Militares, lata 209, maço 73.

<sup>108</sup> De acordo com Vitor Izecksohn, a patente de Furriel, na hierarquia militar do período colonial, era superior às patentes de Anspeçada e Cabo de Esquadra, além, é claro, da posição de soldado. IZECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.) O Brasil Colonial, Volume 3, (ca.1720-ca.1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 483-522.

<sup>109</sup> Isso pode ser corroborado, de certa forma, pela afirmação de Luís Augusto Farinatti com relação à utilização de patentes militares como um designativo em documentos. Conforme o autor: “A praxe, nos documentos oficiais, era explicitar a patente do sujeito sempre que se fosse referir seu nome. E isso não apenas em correspondências militares ou administrativas, mas também em escrituras públicas, contratos, inventários *post mortem*, processos criminais, ações cíveis. (...) Ao invés de uma designação profissional das forças armadas, eram formas de expressar um modo de hierarquização social, construído a partir dos cabedais militares de cada um.” FARINATTI, Op. Cit., 2010, p. 221.

<sup>110</sup> GIORGIS, Op. Cit.

<sup>111</sup> MEDEIROS, Op. Cit., p. 94

“Representação, que os Habitantes da Villa do Rio Grande da Província de S. Pedro dirigirão à Câmara da mesma Villa<sup>112</sup>”, datada de janeiro de 1822, Silva Tavares assina enquanto Alferes de Milícias, conforme já mencionado, o que evidencia que a promoção efetivamente ocorrera, tendo sido efetuada à maneira relatada por Costa Medeiros ou não. A conexão com a Coroa pode ter sido um outro caminho para essa promoção, assim como para outras, conforme afirma Vitor Izecksohn. Segundo o autor,

“No início da década de 20 do século XIX, a proximidade das guerras de independência e a necessidade de persuadir os poderes locais a aceitar a legitimidade do príncipe regente tornaram a adesão à ‘causa do Brasil’ um critério importante nas requisições de promoções, de benesses e para o acesso aos cargos oficiais militares.”<sup>113</sup>.

Nesse sentido, portanto, também é possível que Silva Tavares tenha se valido de seu posicionamento em apoio ao recém-criado Império do Brasil para ter acesso à patente que então ostentava. Sobre ela, encontramos, em documentação do ano posterior, uma definição mais específica, feita pelo próprio Silva Tavares, o qual se declara enquanto “Alferes do 2º Regimento de Cavalaria Milicianiana da Fronteira do Rio Grande do Sul”<sup>114</sup>. Cabe aqui lembrar que este fora um dos esquadrões que compuseram o Exército Pacificador da campanha iniciada em 1811. Para além disso, é interessante observar que essa informação confirma as afirmações de Tabora e Rodrigues<sup>115</sup>, segundo os quais Silva Tavares teria iniciado sua vida militar em um corpo de 2ª linha, sendo esta uma outra denominação para os corpos de milícias. De acordo com José Iran Ribeiro, as unidades de 2ª linha ou de Milícias “eram organizações permanentes e como uma força de 2ª linha tinham por função auxiliar o Exército em tudo que se fizesse necessário”<sup>116</sup>. Deveriam ser, de acordo com o decreto de 7 de agosto de 1796, “semelhantes à tropa de 1ª linha em tudo”<sup>117</sup>, sendo formadas por “indivíduos que não exerciam as atividades militares profissionalmente, mas que eram reunidos sob ordem de alguma autoridade instituída no caso de haver necessidade das forças profissionais serem auxiliadas”<sup>118</sup>, havendo mais unidades de 2ª do que de 1ª linha no Rio Grande do Sul durante a década de 1820<sup>119</sup>.

---

<sup>112</sup> REPRESENTAÇÃO, Op. Cit.

<sup>113</sup> IZECKSOHN, Op. Cit., p. 509.

<sup>114</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Ação de Possessoria. Autos 713, Maço 28, Estante 16, 1º Cartório do Cível, Rio Grande, 1823.

<sup>115</sup> TABORDA, Op. Cit. RODRIGUES, Op. Cit.

<sup>116</sup> RIBEIRO, José Iran. Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845). Santa Maria: Editora da UFSM, 2005, p. 26.

<sup>117</sup> Id. Ibid.

<sup>118</sup> Id. Ibid., p. 28.

<sup>119</sup> Id. Ibid., p. 27.

Os milicianos eram recrutados dentre aqueles indivíduos considerados isentos do serviço na 1ª linha, em virtude de serem casados, maiores de 35 anos ou envolvidos em determinadas atividades determinadas por lei, como por exemplo aquelas relativas à grande produção agrícola e pecuária, ao comércio ou a prestação de determinados serviços, além de alguns outros motivos específicos, relativos à estrutura familiar<sup>120</sup>. Como já vimos, João da Silva Tavares havia contraído matrimônio ainda na década de 1810, estando por essa razão isento de servir na 1ª linha<sup>121</sup>. É possível que também trabalhasse em atividades agropecuárias nas terras de sua mãe, especialmente após o falecimento de seu pai, em 1813. Retornando da guerra, entretanto, Silva Tavares rearticulava suas atividades econômicas: em 1822, como já vimos na primeira parte deste capítulo, o então Alferes Silva Tavares adquire a Chácara do Bomfim, nos arredores de Herval, juntamente com gado e escravos, envolvendo-se na atividade pecuária enquanto proprietário e reforçando, dessa maneira, sua posição enquanto “isento” do serviço na 1ª linha.

Ainda na década de 1820, João da Silva Tavares se insere de forma mais efetiva, através das armas, na vida política da localidade. No ano de 1825, tendo sido promovido a Tenente, Silva Tavares passa a ocupar o cargo de Comandante do Distrito de Herval, conforme demonstram algumas correspondências por ele remetidas a José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo e, na época, Presidente da Província<sup>122</sup>. Essa mesma posição fora ocupada, pouco tempo antes disso, por seu sogro, Bonifácio José Nunes, conforme mencionamos anteriormente. Em sua História do Herval, Manoel da Costa Medeiros narra alguns episódios coletados a partir de relatos de antigos habitantes da localidade, nos quais Bonifácio atua enquanto uma espécie de árbitro informal de algumas contendas entre particulares<sup>123</sup>. Em tais narrativas, Medeiros demonstra a ascendência que Bonifácio possuía dentre seus conterrâneos, descrevendo inclusive um dito popular da cultura local: “O que o compadre Bonifácio disser é o que se faz”<sup>124</sup>. Esses relatos, associados à ocupação do cargo de Comandante de Distrito por Bonifácio José Nunes, nos permitem adivinhar não só sua ascendência social naquela localidade, como também a possibilidade de que esse prestígio tenha influenciado positivamente na trajetória de ascensão social e política de seu genro, João da Silva Tavares. Por mais que não tenhamos subsídios para efetuarmos

<sup>120</sup> RIBEIRO, Op. Cit., 2005.

<sup>121</sup> É importante frisar que tais regras de recrutamento, de acordo com José Iran Ribeiro, nem sempre eram seguidas à risca, ainda mais em períodos de atividade bélica. RIBEIRO, Op. Cit., 2005.

<sup>122</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência. Herval, 1825. Fundo Autoridades Militares, lata 179, maço 98.

<sup>123</sup> MEDEIROS, Op. Cit.

<sup>124</sup> Id. Ibid., p. 81.

afirmações sobre essa questão, não deixa de ser interessante o fato de sogro e genro terem ocupado, em um curto espaço de tempo, um mesmo posto de comandância local, o qual também era diretamente conectado aos poderes provinciais.

O Comandante de Distrito era nomeado pelo Governador das Armas da Província<sup>125</sup>, sendo subordinado tanto ao Presidente da Província quanto ao Comandante de Fronteira da qual seu distrito fizesse parte<sup>126</sup>. Eram responsáveis, na esfera local, pelos recrutamentos e pela elaboração de listas de indivíduos que deveriam servir nas Milícias ou nas Ordenanças<sup>127</sup>, sendo sua capacidade de arregimentar homens para a guerra uma das formas através da qual esses Comandantes “construíam seu prestígio junto às autoridades imperiais”, algo que passava também por sua eficiência em conseguir recursos e por seu sucesso nos campos de batalha<sup>128</sup>.

Os Comandantes de Distrito eram, em virtude disso, “conhecedores das populações distritais, sabedores de quem eram os milicianos dispersos, os desertores e os homens recrutáveis”<sup>129</sup>. A já mencionada correspondência trocada entre o Tenente João da Silva Tavares e o Presidente da Província demonstra exatamente isso, pois nela o dito Tenente remete informações acerca de um desertor de seu distrito<sup>130</sup>. No caso em questão, o soldado miliciano Ricardo Joaquim de Brum havia fugido por ter sido “contemplado” pela lista que Silva Tavares recebera, na qual constavam os nomes daqueles que deveriam seguir para a “Campanha”. O Tenente referia-se à Campanha da Cisplatina, iniciada naquele ano, quando o governo das Províncias Unidas do Prata, decidido a anexar a Banda Oriental (atual Uruguai) declarou guerra ao Brasil<sup>131</sup>.

Apesar de seus biógrafos citarem sua participação nessa guerra, não encontramos nenhuma evidência da mobilização de João da Silva Tavares para as frentes de batalha desse conflito. Para esse período específico, localizamos apenas três missivas assinadas por Silva Tavares, tendo sido todas remetidas de Herval, conforme o próprio remetente. Há que se

<sup>125</sup> Decisão da Guerra n. 49 de 08/04/1823 – CLI 1823, p. 36 APUD RIBEIRO, Op. Cit., 2005, p. 52, nota 67.

<sup>126</sup> Antônio José Gonçalves Chaves, na obra cuja referência fornecemos nesta mesma nota, afirma ser a Fronteira do Rio Grande dividida, à época que escreveu seu livro, em 12 distritos, nos quais “o comandante general da fronteira e o capitão-general têm um comandante de distrito que executa as ordens de qualquer destas autoridades”. CHAVES, Antônio José Gonçalves. Memórias Econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 166.

<sup>127</sup> RIBEIRO, Op. Cit., 2005, p. 33. FARINATTI, Op. Cit., 2010.

<sup>128</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2012. FARINATTI, Op. Cit., 2010.

<sup>129</sup> RIBEIRO, Op. Cit., 2005, p. 51.

<sup>130</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência. Herval, 1825. Fundo Autoridades Militares, lata 179, maço 98.

<sup>131</sup> RIBEIRO, Op. Cit., 2005.

destacar, porém, que Silva Tavares já assina enquanto Capitão na carta por ele remetida em 1828<sup>132</sup>. Essa promoção pode ser um indício de sua participação na referida campanha, embora nossas informações não nos permitam fazer essa afirmação.

De acordo com José Iran Ribeiro,

“as tropas de auxiliares atuavam basicamente dentro dos limites das localidades onde viviam seus integrantes, enquanto as tropas de 1ª linha poderiam ser enviadas a qualquer momento para onde se fizesse necessário seu emprego. Todavia, com isso, não se deve entender que os auxiliares nunca seriam enviados a outras localidades para acudir a qualquer necessidade, mas que as tropas profissionais seriam as primeiras enviadas e que, só depois que elas tivessem sido empregadas, as forças milicianas seriam chamadas.”<sup>133</sup>

Considerando isto, é bastante possível que Silva Tavares tenha permanecido mobilizado apenas em sua localidade durante o período de guerra, sem que isso implicasse, necessariamente, em sua ausência das atividades bélicas. Isso é ainda mais válido no conflito em questão, caso consideremos a invasão de tropas estrangeiras a algumas localidades da província, dentre as quais a própria Herval: conforme correspondência emitida pela Câmara de Vereadores de Rio Grande, datada de setembro de 1828, aquela localidade e a de Jaguarão encontravam-se, nessa data, invadidas<sup>134</sup>. Segundo um de seus biógrafos, João da Silva Tavares teria sido incumbido, quando dessa invasão, de evacuar Herval, levando os moradores para Piratini<sup>135</sup>. Dessa forma, cremos que seja bastante plausível afirmar que Silva Tavares, mesmo sem sair de sua localidade, tenha tido participação efetiva nas atividades bélicas da Guerra da Cisplatina, a qual se encerraria em dezembro de 1828.

Além de promovido a Capitão, João da Silva Tavares passava a acumular, após a Guerra da Cisplatina, o comando dos distritos de Herval e Arroio Grande<sup>136</sup>, algo que demonstra o aumento de sua influência e prestígio em sua região de atuação. Estes, entretanto, não seriam os únicos indícios nesse sentido: em 22 de março de 1829, a mesa eleitoral da freguesia de São João Batista de Herval informava aos vereadores da Câmara de Rio Grande a eleição de João da Silva Tavares como juiz de paz daquele distrito<sup>137</sup>. O cargo eletivo de juiz de paz havia sido criado pelo governo imperial ainda durante a Guerra da Cisplatina, através

<sup>132</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência. Herval, 1825 a 1828. Fundo Autoridades Militares, lata 182, maço 3.

<sup>133</sup> RIBEIRO, Op. Cit., 2005, p. 32-33.

<sup>134</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Rio Grande. 27 de setembro de 1828. Fundo Autoridades Municipais, lata 218, Maço 174.

<sup>135</sup> VIEIRA, Op. Cit., p. 23

<sup>136</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência. Herval, 1825 a 1828. Fundo Autoridades Militares, lata 182, maço 3.

<sup>137</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência Recebida. Câmara Municipal de Rio Grande. 22 de março de 1829. Fundo Autoridades Municipais, lata 143, Maço 175.

da lei de 15 de outubro de 1827. Devendo existir em todas as freguesias do Império, o cargo de juiz de paz acumulava amplos poderes na esfera local, com atribuições administrativas, policiais e judiciais<sup>138</sup>.

Ivan Vellasco, baseando-se em informações por ele levantadas e também no pioneiro trabalho de Thomas Flory, aponta para o “prestígio social dos homens que ocuparam o cargo”<sup>139</sup> de juiz de paz, o qual teria sido ocupado, ao menos nos momentos iniciais da nova instituição, por indivíduos situados nos mais altos estratos das elites regionais<sup>140</sup>. Ou seja: apesar de não se encontrar, apenas alguns anos antes de sua eleição, dentre os membros da elite econômica da freguesia de Herval, à maneira que demonstramos anteriormente, João da Silva Tavares gradativamente se inseria na elite daquela localidade. Através do mundo da guerra, conforme demonstrava sua patente de Capitão, Silva Tavares ia se realocando na hierarquia social da localidade, colhendo os frutos do prestígio que construía para si por meio das armas, o qual não só refletia nos cargos locais que assumia, como também era por eles retroalimentado.

De acordo com Richard Graham, uma

“hierarquia social nítida não impedia a possibilidade de mobilidade social mas, pelo contrário, dela retirava sua força. O fato de alguns subirem ou descerem um ou dois degraus tanto legitimava a escala de estratificação quanto tornava mais necessário insistir na sua existência. Mudar de lugar social exigia que o indivíduo constantemente definisse e redefinisse sua própria posição em relação aos outros.”<sup>141</sup>

Nesse sentido, a mobilidade social de João da Silva Tavares dependia, também, da relação que este estabelecia com os seus conterrâneos. Dessa forma, Silva Tavares buscava definir seu status local utilizando da via institucional e do cargo que ocupava, atuando como mediador entre a população pobre daquela paróquia e a Câmara da Vila à qual Herval era, naquele momento, subordinada<sup>142</sup>. No mesmo ano de 1829, já no cargo de juiz de paz, João da Silva Tavares intercedia junto à Câmara de Vereadores em nomes de “algumas famílias pobres” que existiam em seu distrito, solicitando a presença de um cirurgião e o fornecimento de remédios, os quais deveriam ser financiados pelo Estado, uma vez que tais famílias estavam

<sup>138</sup> VELASCO, Ivan. *As seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19*. Bauru: EDUSC, 2004. FLORY, Thomas. *El Juez de Paz y el Jurado em el Brasil Imperial, 1808-1871*. Control social y estabilidad política em el nuevo Estado. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986.

<sup>139</sup> VELLASCO, Op. Cit., p. 128

<sup>140</sup> Id. Ibid.

<sup>141</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 52.

<sup>142</sup> No livro “A Herança Imaterial”, Giovanni Levi aponta para o fato de que a ocupação de cargos locais podia atribuir, de acordo com suas características, a posição de mediador àqueles que ocupassem tais cargos. LEVI, Op. Cit., 2000.

“nas circunstâncias de serem protegidos pela Nação”<sup>143</sup>. No mesmo sentido, Silva Tavares intercedia também em nome daqueles hervalenses de mais posses: em correspondência remetida à mesma Câmara em maio do ano seguinte, solicitava que os negociantes e taberneiros do seu termo fossem dispensados das multas que lhes cabiam, em virtude de terem sido prejudicados com a guerra finda a pouco mais de um ano<sup>144</sup>. Dessa maneira, João da Silva Tavares agia no sentido de cultivar o favor e a lealdade de seus conterrâneos, apropriando-se do aparato estatal que, naquele momento, vinha em processo de construção no ainda jovem Império do Brasil envolvendo também a freguesia de Herval e seus habitantes.

Agir nesse sentido, por certo, resultava em implicações políticas. Ainda segundo Graham, “formar um grupo de seguidores, locais ou nacionais, obviamente implicava assegurar a lealdade de outros”<sup>145</sup>. De acordo com o mesmo autor, vencer eleições em sua esfera de atuação seria, além de uma das formas de demonstração efetiva dessa fidelidade<sup>146</sup>, um meio de consolidação da “ordem hierárquica nitidamente estratificada”<sup>147</sup>. Por sua vez, a posse de tais cargos ampliava a influência daqueles que o ocupassem, tanto em sua esfera de atuação quanto no próprio processo eleitoral em si. Para o período em questão, como salienta Graham, o juiz de paz seria a “chave da eleição”, presidindo a junta de qualificação de votantes, a qual, em geral, era formada ao menos por dois aliados ou mesmo parentes do presidente.<sup>148</sup>

Discorrendo sobre o “teatro das eleições”, Richard Graham descreve, baseado em um relato, o que seria um cenário de eleição paroquial:

“Não havia qualquer dúvida de sua autoridade quando, na manhã do dia da eleição, o juiz de paz entrava a passos largos na igreja de um vilarejo remoto e, destemido, ocupava seu lugar ‘no topo da mesa’, com dois membros da junta em cada lado, e ‘tendo à sua esquerda a mim, escrivão’. Uma vez que, como fazendeiro, estancieiro ou homem de outras posses, ele tinha fontes adicionais de autoridade, o lugar do presidente da mesa mostrava e afirmava a organização apropriada da sociedade, e os outros atores assim eram instruídos sobre as posições protetoras ou deferentes próprias aos seus respectivos lugares. Tal como testemunhada e exercida, a natureza hierárquica da sociedade representava-se aí repetidas vezes.”<sup>149</sup>

<sup>143</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência Recebida. Câmara Municipal de Rio Grande. 11 de setembro de 1829. Fundo Autoridades Municipais, lata 143, Maço 175.

<sup>144</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência Recebida. Câmara Municipal de Rio Grande. 21 de maio de 1829. Fundo Autoridades Municipais, lata 144, Maço 177.

<sup>145</sup> GRAHAM, Op. Cit., p. 104

<sup>146</sup> Id. Ibid.

<sup>147</sup> Id. Ibid., p. 139.

<sup>148</sup> GRAHAM, Op. Cit., p. 46.

<sup>149</sup> Id. Ibid., p. 150.

Se esse “remoto vilarejo” fosse a freguesia de São João Batista do Herval, tal cena poderia muito bem ter ocorrido no dia 7 de setembro de 1832: o juiz de paz, João da Silva Tavares, sendo um estancieiro<sup>150</sup> e possuindo outras fontes de autoridade (no caso, a patente de Capitão) estaria ocupando o lugar de presidente à frente dos 152 indivíduos classificados como votantes pela junta de qualificação, dos quais nada menos do que 144 definiram<sup>151</sup>, naquela ocasião, a reeleição do juiz de paz, demonstrando o prestígio que Silva Tavares granjeara junto àquelas pessoas. À sua esquerda, formando a mesa eleitoral, estaria Antônio Pedro da Fonseca Lobo, o qual ocupava o cargo de escrivão daquela localidade desde 1829, ano no qual encaminhara requerimento para ocupar tal posição à Câmara de Rio Grande. Para que seu parecer fosse favorável, os vereadores solicitaram referências ao juiz de paz de Herval, o qual recomendou positivamente o aspirante a escrivão, como não poderia deixar de ser: sendo o juiz de paz de Herval, à época, João da Silva Tavares, este dificilmente faria oposição à ocupação do cargo de escrivão por Antônio Pedro, haja vista que este era cunhado de Silva Tavares. O juiz de paz, nesse caso, era, de fato, acompanhado por um parente seu à mesa da junta de qualificação, à mesma maneira que afirmara Richard Graham. As informações sobre esse sufrágio foram remetidas ao Jornal O Noticiador, de Rio Grande, e publicadas na sessão de correspondências da edição de 27 de setembro de 1832. Nessa mesma carta, o remetente descreve, além da eleição paroquial, uma outra ocasião: no dia seguinte ao pleito, “se reunio a Companhia das Guardas Nacionaes, para reconhecerem os seus Officiaes, e à frente d’ella, fez o muito benemérito Juiz de Paz, e o seu Tenente, os eloquentes discursos, que lhe invio;”<sup>152</sup>. Esse era uma prática, ao mesmo modo da eleitoral, bastante recente: a Guarda Nacional fora criada apenas alguns meses antes, em 18 de agosto de 1831. Sua criação, no âmbito local, estaria a cargo dos juizes de paz, ficando também subordinada a esses agentes da justiça local, por se tratar de uma “instituição de caráter essencialmente civil”<sup>153</sup>.

A Guarda Nacional “foi organizada em todo o território brasileiro, sob a tutela dos municípios, a fim de estabelecer e resguardar a ordem e a tranquilidade pública e auxiliar o

---

<sup>150</sup> Considerando, aqui, a classificação por nós utilizada anteriormente neste trabalho, baseada na categorização de Gustavo Gularte, segundo a qual Silva Tavares foi considerado, no ano de 1822, enquanto um proprietário de “pequena estância”. GULARTE, Op. Cit. Como veremos adiante, cremos que o patamar econômico de Silva Tavares já houvesse sido alterado positivamente ao longo desses 10 anos.

<sup>151</sup> CORRESPONDÊNCIAS. Jornal “O Noticiador”, Rio Grande, 27 de setembro de 1832. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230270x&PagFis=273&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

<sup>152</sup> CORRESPONDÊNCIAS, Op. Cit..

<sup>153</sup> RIBEIRO, Op. Cit., 2005.

Exército na manutenção da paz em fronteiras e costas”<sup>154</sup>. José Iran Ribeiro afirma que, com a criação da Guarda Nacional, o Governo Central reconhecia a “primazia do poder político e econômico dos grupos locais no espaço do município, ao mesmo tempo que se fazia presente em todos os recantos do Império”<sup>155</sup>. Dessa maneira, legitimavam-se os poderes locais através do fortalecimento dessas autoridades em detrimento do poder central<sup>156</sup>. Em virtude disso, ressalta o autor, a organização dessas unidades paroquiais não foi nada fácil, uma vez que as forças locais deveriam se entender por conta própria. Esse processo, por certo, enalteceria algumas diferenças faccionais em muitas localidades, como demonstra o autor. Esse, entretanto, não pareceu ser o caso da localidade de Herval, talvez em virtude de uma outra circunstância: em 1832, era decretada a emancipação de Jaguarão, ficando Herval nessa jurisdição a partir daquele ano<sup>157</sup>.

O certo é que, em 1832, João da Silva Tavares já atuava, enquanto juiz de paz, à frente da Companhia de Guardas Nacionais de Herval, conforme demonstra a edição de 30 de agosto do jornal *O Noticiador*, de Rio Grande<sup>158</sup>. Em notícia de capa, eram relatadas as atividades criminosas do bando de Joaquim Alves de Moraes, o “Barbacena”. Após percorrer a região entre Pelotas e Jaguarão “a exercer os seus actos de pilhagem”, Barbacena e sua quadrilha adentraram o distrito de Herval onde

“o digno Juiz de Paz, o Sr. Capitão João da Silva Tavares, com uma partida de bravos Guardas Nacionaes, inclusive o seu Alferes, e inferior, os Snrs. Jeronimo Nunes, e Manoel Madruga, os atacam no lugar denominado Jaguarão Chico, e depois de renhido combate, e forte resistência dos malvados, que muitos tiros de bala dirigirão aos atacantes, forão mortos Barbacena, trez dos seus companheiros, e uma china vestida de homem.”<sup>159</sup>

Essa ação, exaltada pelos redatores do jornal, demonstra algumas das atribuições relativas ao juiz de paz e, desde fins de 1831, aos guardas nacionais, em especial as atividades policiais, conforme já mencionamos.

<sup>154</sup> CANCIANI, Leonardo; MUGGE, Miquéias. *As Guardas Nacionais e seus comandantes – um ensaio comparativo: as províncias de Buenos Aires e do Rio Grande do Sul (século XIX)*. IN: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miquéias (org.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil do século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

<sup>155</sup> RIBEIRO, Op. Cit., 2005, p. 140.

<sup>156</sup> Id. Ibid., p. 142

<sup>157</sup> FORTES, Amyr Borges. WAGNER, João Baptista Santiago. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

<sup>158</sup> INTERIOR. *Jornal “O Noticiador”*, Rio Grande, 30 de agosto de 1832. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230270x&pesq=%22silva%20tavares%22&pasta=ano%20183>>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

<sup>159</sup> Ibidem.

Naquele mesmo ano, em novembro, o jornal “A Aurora Fluminense”, publicado no Rio de Janeiro, publicava a íntegra de uma correspondência a eles enviada pela “Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional em São Francisco de Paula” (Pelotas)<sup>160</sup>. Na missiva, é relatado o fim da “revolução do Estado vizinho” (Uruguai), a qual, segundo o autor da carta, assombrava os habitantes da província de São Pedro do Rio Grande. Além disso, os membros daquela sociedade fazem questão de narrar alguns acontecimentos ocorridos na Fronteira do Rio Grande, dentre os quais destacamos o seguinte:

“Cumpre mais noticiar-vos que apesar da repugnancia que mostrarão os Guardas Nacionaes de correr à fronteira, sem se darem os casos que a lei indica, comtudo, apenas constou na freguezia do Erval, e povoações visinhas que se aproximavão à linha os dous partidos, correrão espontaneamente às armas com todos os paizanos daquelles districtos; e tendo à sua frente o benemerito Juiz de paz João da Silva Tavares, reforçarão em grosso numero a nossa tropa, e com ella se conservarão, em quanto foi necessario.”<sup>161</sup>

Os membros da referida Sociedade pelotense, assim como o antes mencionado jornal riograndino “O Noticiador”, ao destacar as atividades do juiz de paz João da Silva Tavares frente às Guardas Nacionais, contribuía com o aumento do seu prestígio não só no âmbito local, mas também na esfera regional, haja vista o alcance da repercussão de suas atividades.

Os reflexos dessa projeção na vida de João da Silva Tavares podem ser percebidos já no ano seguinte: em março, é ele o eleitor mais votado dos 5 escolhidos pela paróquia de Herval para representa-los no pleito que ocorreria no mês subsequente, para o Conselho Geral da Província<sup>162</sup>. Apesar de conseguir angariar votos no Colégio Eleitoral de Jaguarão, Silva Tavares não é eleito para esse mandato<sup>163</sup>. Em julho do mesmo ano, é eleito pela terceira vez consecutiva para o cargo de juiz de paz de Herval<sup>164</sup>. Ocupando tal cargo, Silva Tavares participa, ainda em 1833, da escolha dos jurados da Vila e Termo de Jaguarão, juntamente com outros juízes de paz, párocos e vereadores da Câmara daquela vila. Criados pelo Código do Processo Criminal de 1832, os jurados eram escolhidos uma vez por ano, havendo um

<sup>160</sup> INTERIOR - RIO DE JANEIRO. Jornal “Aurora Fluminense”, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1832. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pesq=%22silva%20tavares%22&pasta=ano%20182>>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

<sup>161</sup> INTERIOR - RIO DE JANEIRO, Op. Cit.

<sup>162</sup> FREGUESIA DO HERVAL - ELEITORES. Jornal “O Noticiador”, Rio Grande, 07 de março de 1833. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230270&pesq=%22silva%20tavares%22&pasta=ano%20183>>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

<sup>163</sup> CORRESPONDÊNCIAS. Jornal “O Noticiador”, Rio Grande, 22 de abril de 1833. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230270&pesq=%22silva%20tavares%22&pasta=ano%20183>>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

<sup>164</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência Recebida. Câmara Municipal de Jaguarão. 20 de julho de 1833. Fundo Autoridades Municipais, Caixa 35, Maço 79.

Conselho de Jurados para cada termo. Os únicos requisitos para que um indivíduo pudesse servir enquanto jurado eram, além de sua probidade, a elegibilidade para participar das eleições de segundo grau (no caso, como eleitor)<sup>165</sup>.

Dentre os jurados escolhidos em 1833, além do próprio João da Silva Tavares, estavam seus irmãos José e Serafim<sup>166</sup>. Estes dois foram novamente indicados para o mesmo cargo nos anos de 1834 e 1835, ao contrário de Silva Tavares, que só se fez presente nas duas primeiras listas (de 1833 e 1834)<sup>167</sup>. Não sabemos quais motivos fizeram com que João da Silva Tavares não estivesse incluído dentre os jurados listados para 1835, ou mesmo dentre os juízes de paz que elaboraram tal lista, como nos anos anteriores. Talvez este tivesse sido afastado desse cargo em virtude de ter sido eleito, pela mesma vila de Jaguarão, para Major das Guardas Nacionais daquele município, o que ocorreu em agosto de 1834. Sua promoção, através da via eleitoral, demonstra que seu prestígio seguia não só aumentando, mas expandindo-se regionalmente.

Naquele mesmo ano, João da Silva Tavares expandia também suas atividades econômicas: em janeiro, arrendara uma charqueada na cidade de São Francisco de Paula de Pelotas, em sociedade com o Coronel Tomás José de Campos. Para tal empreendimento, os sócios adquiriram escravos e um iate denominado “Lecor”<sup>168</sup>, algo que demonstra, em virtude do investimento, a elevação do patamar econômico de Silva Tavares desde o meado da década de 1820. Daquele período até 1835, aumentava também a família de Silva Tavares. Até o início da década de 1830, nasceriam Bento, em 1828, e Joaquim, em 1829, sendo que apenas este último sobreviveu. Entre 1831 e 1835, Silva Tavares seria pai de mais três rebentos: Cipriano, nascido em 1831; Virgilina, em 1833; e Joana, em 1835. Esta última e Cipriano viriam a óbito ainda na década de 1830<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> FLORY, Op. Cit.

<sup>166</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência Recebida. Câmara Municipal de Jaguarão. 20 de setembro de 1833. Fundo Autoridades Municipais, Caixa 35, Maço 79.

<sup>167</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência Recebida. Câmara Municipal de Jaguarão. 15 de abril de 1834. Fundo Autoridades Municipais, Caixa 35, Maço 79. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência Recebida. Câmara Municipal de Jaguarão. 03 de fevereiro de 1835. Fundo Autoridades Municipais, Caixa 35, Maço 79.

<sup>168</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Transmissões e Notas. Rio Grande: 2º Tabelionato, Livro 2 a 21 (18.02.1811 – 01.02.1852). Agradecemos a Gabriel Santos Berute pelas informações sobre a documentação referida, por ele gentilmente cedidas.

<sup>169</sup> Todas as informações relativas ao casamento e ao nascimento dos filhos do casal foram extraídas de VIEIRA, Op. Cit.

É nesse outro patamar socioeconômico que João da Silva Tavares chega, como veremos no capítulo seguinte, ao ano de 1835: aos 43 anos, tornara-se o patriarca de uma família com amplos investimentos rurais, além de um homem de considerável prestígio regional, algo que conquistara através do mundo das armas e também do enveredar-se às estruturas civis criadas em função da construção do Estado Imperial Brasileiro.

## 2 MOVER-SE

Neste capítulo, nosso intuito é o de analisar aquela que consideramos ser uma fase marcante da trajetória de João da Silva Tavares, desde os momentos imediatamente anteriores à Revolução Farroupilha até sua migração para a localidade de Bagé, nos anos que se seguem ao término desse conflito. Para tanto, dividimos este capítulo em duas partes.

A primeira parte engloba a atuação de Silva Tavares durante o período da Revolução Farroupilha, o qual consideramos como um divisor de águas em sua trajetória. Estando ligado ao Governo Provincial nos momentos antecedentes à eclosão da Revolução, Silva Tavares mantém-se do lado legalista quando iniciam os conflitos, mantendo-se em defesa do Império até a pacificação da Província.

A segunda parte trata sobre o movimento migratório que João da Silva Tavares e sua família realizam após o término da Revolução Farroupilha, decorrente das circunstâncias na qual Silva Tavares se encontrava nesse momento. Para uma melhor visualização desse movimento, buscamos compreendê-lo dentro de um contexto de fluxo migratório que caracterizava o sul da então Província de São Pedro, fazendo-o principalmente através da análise das migrações para Bagé, local onde Silva Tavares e sua família estabelecem residência em meados do século XIX.

### 2.1 – ALTEAR-SE E CAIR EM NOME DO IMPÉRIO (1835-1845)

Se o ano de 1835 foi marcante para a Província de São Pedro do Rio Grande, em virtude da eclosão da Revolução Farroupilha<sup>170</sup>, o mesmo pode ser afirmado também para a

---

<sup>170</sup> Optamos pela utilização do termo “Revolução Farroupilha”, neste trabalho, por este ser o mais usualmente utilizado pela bibliografia relativa ao tema. Este termo, entretanto, não é uma unanimidade na historiografia. Helga Piccolo, por exemplo, sugere a utilização da expressão “Guerra Civil” na abordagem desses mesmos eventos. Autores como Moacyr Flores e Maria Medianeira Padoin, por sua vez, utilizam o termo “Revolução Farroupilha” por compreenderem que houveram mudanças na esfera política, apesar de não terem ocorrido transformações significativas nos âmbitos econômico e social. Ver, por exemplo: FLORES, Moacyr. Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo no espaço fronteiriço platino. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1999. (Tese de Doutorado). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Política Rio Grandense no II Império. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa em História, 1974.

trajetória de João da Silva Tavares e, conseqüentemente, à de sua família. Enveredando-se através do aparato estatal, Silva Tavares construíra uma relação com o Império na qual ambos serviam um ao outro: enquanto o Estado fazia-se existir através de seus serviços, este se utilizava do aparato estatal para construir seu prestígio e seu patrimônio. Tal relação seria ainda mais estreitada naquele ano, em virtude do posicionamento de Silva Tavares frente aos acontecimentos relativos ao movimento liderado por Bento Gonçalves da Silva, o qual vinha sendo definido já a alguns meses, antes mesmo do acirramento das tensões na Província.

Como vimos no capítulo anterior, João da Silva Tavares ocupava o posto de Major das Guardas Nacionais da vila de Jaguarão, para o qual havia sido eleito, desde agosto de 1834, comandando o batalhão daquela localidade. Em novembro daquele mesmo ano, Silva Tavares recebe ordens diretas do Presidente da Província de São Pedro, uma das autoridades às quais a Guarda Nacional estava subordinada nesse período<sup>171</sup>, para efetuar a prisão de emigrados uruguaios, dentre os quais é citado o militar oriental Juan Antonio Lavalleja<sup>172</sup>. A Presidência da Província era ocupada, à época, por Antônio Rodrigues Fernandes Braga, cuja nomeação para tal cargo datava de 14 de fevereiro de 1834, tendo sua posse ocorrido no dia 2 de maio daquele mesmo ano<sup>173</sup>. Sua relação com o Império Brasileiro, entretanto, precedia essa nomeação: tendo adquirido o diploma de bacharel em direito em Coimbra, no ano de 1827, assumira o cargo de Ouvidor da Comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1831. Posteriormente, com a extinção de tal cargo pelo Código de Processo Criminal, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Pedro do Rio Grande em agosto de 1833<sup>174</sup>. Nesse sentido, consideramos a possibilidade de Braga e Silva Tavares já possuírem certa proximidade anteriormente a 1834, haja vista que Silva Tavares ocupara o posto de Juiz de Paz do distrito de Herval durante os primeiros anos da década de 1830, conforme vimos anteriormente, mesmo período no qual Braga ocupara o cargo de Ouvidor da Comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul. É possível, portanto, que as atividades referentes ao exercício da justiça tenham aproximado, mesmo que minimamente, a Silva Tavares e Fernandes Braga.

---

<sup>171</sup> De acordo com José Iran Ribeiro, a Guarda Nacional, em virtude de ser uma instituição de caráter essencialmente civil, era subordinada também aos Juizes de Paz, aos Juizes Criminais e ao Ministro da Justiça. RIBEIRO, Op. Cit., 2005.

<sup>172</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência expedida pelo Presidente da Província a autoridades provinciais. Correspondência para diversas autoridades. Livro A - 5.69, 1834 - 1835 (caixa 34).

<sup>173</sup> SPALDING, Walter. A Epopeia Farroupilha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963, pp. 64 - 65.

<sup>174</sup> LAGO, Laurenio. Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos 1828 - 2001. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001, pp. 113 - 114.

Ocorre que tal proximidade, previamente existente ou não, se intensifica ao final de 1834. A partir do recebimento das ordens do Presidente da Província para efetuar a prisão dos emigrados do Estado Oriental, conforme acima citado, João da Silva Tavares passa a trocar correspondências com Antônio Rodrigues Fernandes Braga, as quais tratam, em geral, das tensões que estavam ocorrendo na fronteira entre a Província de São Pedro e aquele Estado, matéria de grande preocupação para Braga. Tais tensões diziam respeito não só às hostilidades promovidas pelo uruguaio Juan Antonio Lavalleja, o qual novamente insurgia-se contra o governo de seu país, mas também às implicações que tais ações poderiam trazer aos territórios da Província de São Pedro<sup>175</sup>.

No início de 1835, a proximidade com o governo da Província traria frutos a João da Silva Tavares: em fevereiro, o Major era nomeado pelo Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, Comandante das Armas da Província, para o Comando do Departamento da Fronteira de Rio Grande<sup>176</sup>. A 25 do mesmo mês, Silva Tavares encaminhava ao Presidente da Província a cópia do ofício a ele enviado pelo Comandante das Armas em 13 de fevereiro, através do qual Sebastião Barreto o nomeara<sup>177</sup>. Essa nomeação fazia parte de uma verdadeira “dança das cadeiras” promovida pelo Comandante das Armas: Silva Tavares substituíra, em tal comando, o Capitão Sebastião Rodrigues Dias, o qual havia ocupado interinamente tal cargo em substituição a Bento Gonçalves da Silva<sup>178</sup>, dispensado dessa função pelo mesmo Comandante das Armas ainda em dezembro do ano anterior<sup>179</sup>. Em virtude de suas alianças, João da Silva Tavares encontrava-se, dessa forma, no epicentro dos acontecimentos que levariam à eclosão da Revolução Farroupilha, considerando as consequências que essas mudanças de comando acarretariam.

---

<sup>175</sup> Foge à intenção deste trabalho discorrer sobre esse tema, o qual é bastante caro à historiografia referente à Revolução Farroupilha. Ver, por exemplo: LEITMAN, Spencer. Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835 - 1845). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1997. (Tese de Doutorado). SPALDING, Op. Cit., 1963.

<sup>176</sup> A partir da correspondência analisada, pudemos perceber que as autoridades provinciais referiam-se tanto ao “Departamento da Fronteira de Rio Grande” quanto à “Fronteira do Departamento de Rio Grande” ou “Fronteira de Jaguarão”, quando da realização dessa substituição. Tratava-se, entretanto, de uma mesma jurisdição, algo que pudemos concluir através da observação das substituições ocorridas no comando dessa fronteira durante o período em questão. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência expedida pelo Presidente da Província a autoridades provinciais. Correspondência para diversas autoridades. Livro A - 5.69, 1834 - 1835 (caixa 34). ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência de João da Silva Tavares. Fundo Autoridades Militares, Maço 119.

<sup>177</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência de João da Silva Tavares. Fundo Autoridades Militares, Maço 119.

<sup>178</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência expedida pelo Presidente da Província a autoridades provinciais. Correspondência para diversas autoridades. Livro A - 5.69, 1834 - 1835 (caixa 34).

<sup>179</sup> *Ibidem*.

A produção historiográfica relativa à Revolução de 20 de setembro enfatiza o peso dessa troca de comando como uma das motivações para o acirramento dos ânimos na Província<sup>180</sup>. Ela não fora, entretanto, a única a ser realizada pelas autoridades da Província naquela conjuntura<sup>181</sup>. Em 10 de janeiro de 1835, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, já ciente da substituição efetuada pelo Comandante das Armas, escrevia ao então Ministro dos Negócios do Império, Antônio Pinto Chichorro da Gama, relatando as substituições que efetuara em algumas comandâncias existentes na Província. Braga alegava agir contra um “partido desorganizador”, dos quais conhecia “tanto os chefes quanto os agentes”, considerando “sumamente impolítico conservá-los como Comandante de Força Armada”. Na mesma missiva, o Presidente da Província relata o assassinato de José Teodoro da Silva e um ataque sofrido por João da Silva Tavares, os quais eram, nas palavras de Braga, “tidos como inimigos do Padre Caldas e do seu partido”, qual fosse, o mesmo “partido desorganizador” citado por Fernandes Braga, ao qual também estaria ligado o oriental Lavallega, de acordo com o Presidente Provincial. Acirravam-se, assim, as tensões políticas na Província, ficando cada vez mais claras as alianças estabelecidas tanto entre aqueles que apoiavam Braga quanto entre os seus dissidentes.

Ainda sem saber da nomeação do Major João da Silva Tavares para o Comando da Fronteira de Rio Grande, Fernandes Braga com ele correspondia-se, demonstrando certa confiança no Major frente ao acirramento das tensões naquela região. Em 28 de fevereiro, Braga escrevia ao Comandante Interino da mesma Fronteira, Capitão Sebastião Rodrigues Dias, para que este fornecesse “o que for preciso e requisitar o Major Comandante do Esquadrão de Guardas Nacionais desse município, João da Silva Tavares, para armar as Companhias de que se compõem o dito esquadrão”<sup>182</sup>. Como afirmamos anteriormente, Silva Tavares escrevera três dias antes a Braga, informando-lhe sobre sua nomeação, efetuada pelo Comandante das Armas. A essa missiva o Presidente da Província apenas responderia em 04 de abril, declarando estar conforme com tal nomeação, “louvando muito o seu patriotismo em aceitar o emprego apesar do sacrifício que lhe resulta”, ao mesmo tempo em que declarava

---

<sup>180</sup> Ver, por exemplo: LEITMAN, Op. Cit.; GUAZZELLI, Op. Cit.; SPALDING, Op. Cit., 1963.

<sup>181</sup> Dentre as quais podemos citar, por exemplo, a deposição de Bento Manuel Ribeiro do Comando da Fronteira de Alegrete. FARINATTI, Op. Cit., 2010.

<sup>182</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência expedida pelo Presidente da Província a autoridades provinciais. Correspondência para diversas autoridades. Livro A - 5.69, 1834 - 1835 (caixa 34).

esperança em que se pusesse “termos às desordens dessa Fronteira, e às correrias dos Lavalleguistas”<sup>183</sup>.

Em meio a essa turbulenta situação, João da Silva Tavares dava mais uma demonstração do crescente prestígio que angariava para si: havia sido eleito para a Assembleia Provincial, a qual iniciaria seus trabalhos em 20 de abril de 1835. Além dele, outros indivíduos próximos a Antônio Rodrigues Fernandes Braga<sup>184</sup> foram eleitos para a mesma legislatura, dentre os quais podemos citar o Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves<sup>185</sup> e João Francisco Vieira Braga. A este último o supracitado Pedro escrevera ainda em fevereiro de 1835, tratando sobre as prévias das mesmas eleições, as quais iam chegando ao seu conhecimento. Na missiva, Chaves declara a João Francisco Vieira Braga, a quem trata por “amigo do coração”, o seguinte:

“Recebi a sua última que acompanhava a lista do Rio Grande. Envio a dos Colégios que tem chegado ao meu conhecimento. Por ora a maioria é nossa, e espero que não nos faltem os Colégios de fora, como Caçapava, Missões e porque estão debaixo da influência do Marechal<sup>186</sup>. (...) Apesar de tudo a vitória conto que seja nossa”<sup>187</sup>.

Esse excerto deixa clara não só a vinculação desses indivíduos, mas também o cunho político-eleitoral de sua aliança, assim como a extensão de sua influência. A esse mesmo grupo, estava ligado João da Silva Tavares, o que podemos inferir não somente a partir de sua ligação com o Presidente Braga e o Marechal Barreto, mas também a partir da correspondência trocada entre Silva Tavares e João Francisco Vieira Braga<sup>188</sup>. Através do prestígio angariado dentre os habitantes de sua região de atuação e das alianças estabelecidas com indivíduos cuja influência alcançara diferentes esferas de poder do Império, João da Silva Tavares expandia seu prestígio à esfera provincial, colocando seu nome entre os indivíduos que maior prestígio e influência possuíam naquele turbulento período.

Não nos é possível, porém, afirmar se João da Silva Tavares tomara ou não posse enquanto Deputado Provincial. Em ofício enviado de Pelotas em 14 de abril, Silva Tavares comunica ao Presidente da Província sobre a interrupção de sua viagem à capital para tomar assento na Assembleia, pois houvera sido informado sobre questões na fronteira sob seu

<sup>183</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência expedida pelo Presidente da Província a autoridades provinciais. Correspondência para diversas autoridades. Livro A - 5.69, 1834 - 1835 (caixa 34).

<sup>184</sup> Também eleito para a mesma legislatura.

<sup>185</sup> Irmão do Presidente da Província.

<sup>186</sup> No caso, o Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto.

<sup>187</sup> SPALDING, Op. Cit. 1963, pp. 73-74.

<sup>188</sup> SPALDING, Op. Cit., 1938.

comando que faziam necessária sua presença<sup>189</sup>. Uma correspondência remetida pelo Presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga a Silva Tavares, datada de 25 de abril<sup>190</sup>, aparentemente confirma nossa hipótese, considerando que a Assembleia Provincial iniciara seus trabalhos no dia 20 desse mesmo mês<sup>191</sup>. Nessa mesma sessão, o Presidente Braga, em sua fala de abertura, denunciaria os planos do grupo que anteriormente nominara “partido desorganizador”, nomeando alguns de seus líderes e os vinculando a “algumas autoridades da fronteira”<sup>192</sup>. Tal denúncia centralizou os debates da Assembleia, cujas “atas das sessões da 1ª legislatura espelham a evolução dos acontecimentos que desembocaram no 20 de setembro”<sup>193</sup>. Com a invasão de Porto Alegre em tal data, tinha início a Revolução Farroupilha.

Face aos acontecimentos, o Presidente Braga foge de Porto Alegre, estabelecendo-se em Rio Grande a 28 do mesmo mês<sup>194</sup>, de onde passa a mobilizar apoio a seu governo enviando missivas aos seus poucos apoiadores, dentre os quais está o agora Tenente-Coronel João da Silva Tavares, conforme demonstra o tratamento utilizado na correspondência dirigida ao Tenente-Coronel tanto por Braga quanto pelo Comandante das Armas Sebastião Barreto Pereira Pinto, sinalizando a promoção recebida por Silva Tavares entre o período de atividades da Assembleia Provincial e a tomada de Porto Alegre pelas forças de Bento Gonçalves. Um dia após sua chegada, Fernandes Braga escreve longa missiva a Silva Tavares, relatando a este que “no dia 19 para 20 do corrente mês teve lugar em Porto Alegre um acontecimento extraordinário que já tinha sido preconizado por V. Mce.”<sup>195</sup>, demonstrando, dessa forma, o conhecimento prévio da intenção de Bento Gonçalves por Silva Tavares, o qual alertara ao então Presidente da Província. Declarando o Tenente-Coronel e o Comandante das Armas enquanto as duas pessoas que “faziam sombra” a Bento Gonçalves (o

<sup>189</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência de João da Silva Tavares. Fundo Autoridades Militares, Maço 119.

<sup>190</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência expedida pelo Presidente da Província a autoridades provinciais. Correspondência para diversas autoridades. Livro A - 5.69, 1834 - 1835 (caixa 34).

<sup>191</sup> PICOLLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). Coletânea de discursos parlamentares da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835/1889. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998, p. 30.

<sup>192</sup> Relatório do Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Rodrigues Fernandes Braga à Assembleia Legislativa Provincial no acto da primeira sessão da primeira legislatura. Transcrito em: ROCHE, Jean. L'administration de la province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847: d'après les rapports inédits du président du Rio Grande do Sul devant le Conseil Général, puis l'Assemblée Législative Provinciale. Porto Alegre: Gráfica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1961.

<sup>193</sup> PICCOLO, Op. Cit., 1998.

<sup>194</sup> Correspondência de Antônio Rodrigues Fernandes Braga a João da Silva Tavares. Transcrita em SPALDING, Op. Cit., 1938.

<sup>195</sup> Correspondência de Antônio Rodrigues Fernandes Braga a João da Silva Tavares. Transcrita em SPALDING, Op. Cit., 1938.

qual, segundo Braga, alardeava o assassinato de ambos), pede a Silva Tavares o envio de forças a Rio Grande, reiterando a confiança que nele depositava no que diz respeito ao seu posicionamento frente à crise na qual se encontrava a Província. Ao mesmo tempo, informa a Silva Tavares que já estava ciente das ações deste para “manter a ordem e a as autoridades legais no seu Departamento”<sup>196</sup>.

De fato, João da Silva Tavares mantivera-se fiel à Braga, posicionando-se do lado legalista, pelo qual lutaria desde o princípio da Revolução Farroupilha, como sugerira Braga na carta acima descrita, até a pacificação definitiva da Província. Defendia, dessa forma, o Estado Imperial Brasileiro que se construía, em cujas instituições Silva Tavares gradativamente inserira-se nos anos anteriores a Revolução Farroupilha, mantendo-se nas veredas do Império que já anteriormente trilhava. Conforme alguns manuscritos anônimos do arquivo da família<sup>197</sup>, Silva Tavares teria sido informado sobre os planos de deposição de Braga pelo próprio Bento Gonçalves, o qual o teria convocado pessoalmente a tomar parte na sedição. Por mais que não nos seja possível asseverar a ocorrência de tal encontro, ocorre que Silva Tavares estava mesmo ciente dos movimentos de Bento Gonçalves e seus aliados, como demonstra um dos trechos da correspondência citada no parágrafo anterior, enviada por Fernandes Braga a Silva Tavares<sup>198</sup>. Na madrugada de 22 de setembro, dois dias após a tomada de Porto Alegre, a casa de João da Silva Tavares era atacada. Este, porém, não estava nela presente, pois teria acampado nos arredores com um grupo de homens de sua confiança, os quais havia reunido para aguardar o desenrolar dos planos Farroupilhas. Dentre esses indivíduos, estava o Capitão Jerônimo José Nunes, cunhado do Tenente-Coronel Silva Tavares.

É interessante ressaltar o acionamento, por Silva Tavares, de seus familiares durante o conflito, como demonstra uma lista publicada na edição de 4 de janeiro de 1837 do *Jornal do Comércio*, impresso no Rio de Janeiro<sup>199</sup>. Além de seu filho mais velho João Nunes da Silva Tavares (conhecido como Joca Tavares), o qual contava apenas 17 anos no início do conflito, a lista assinala a presença de 7 cunhados do Tenente-Coronel: José Caetano Alves Vieira, Amálio José Nunes, o Tenente-Ajudante José Vieira Nunes, o Alferes Serafim Alves Vieira, o

<sup>196</sup> Correspondência de Antônio Rodrigues Fernandes Braga a João da Silva Tavares. Transcrita em SPALDING, Op. Cit., 1938.

<sup>197</sup> “Apontamentos de 1835” e “Feitos e Serviços prestados na Revolução Farroupilha da Província do Rio Grande do Sul pelo Visconde de Serro Alegre”. Transcritos em VIEIRA, Op. Cit.

<sup>198</sup> Correspondência de Antônio Rodrigues Fernandes Braga a João da Silva Tavares. SPALDING, Op. Cit., 1938.

<sup>199</sup> Reproduzida em VIEIRA, Op. Cit.

Tenente Pedro José Nunes, o Major Davi Francisco Pereira e o já citado Capitão Jerônimo, morto quando o grupo chefiado por Silva Tavares respondeu ao ataque à sua casa, ao qual nos referimos no parágrafo anterior. Também o acompanhavam, ainda segundo a mesma lista, 17 primos seus (sendo 4 deles oficiais), dentre os quais Pedro Muniz Fagundes, o qual era também acompanhado por quatro filhos. Ou seja, um número considerável de indivíduos arregimentados por Silva Tavares nesse momento de crise estava a ele ligado, em maior ou menor grau, por relações de parentesco, o que demonstra a importância dessas relações para a construção do cabedal desse potentado<sup>200</sup>. Mesmo a uma certa distância, tais relações podiam ser acionadas, como demonstra a correspondência trocada nos primeiros dias do conflito entre Silva Tavares e o Capitão Jorge de Mazaredo<sup>201</sup>, na qual este trata a Silva Tavares como “parente e amigo”. Após passar informações sobre os movimentos de guerra, o Capitão finaliza declarando ao Tenente-Coronel Silva Tavares ser “com a maior consideração, seu parente afetuosíssimo Jorge de Mazaredo”, destacando a relação de parentesco existente entre os dois.

Tais relações, entretanto, não garantiam o posicionamento de indivíduos aparentados sob uma mesma causa, ou mesmo sua arregimentação em tempos de conflito. É o que demonstra, por exemplo, uma carta enviada por Modesto Franco a Silva Tavares, datada de 7 de outubro de 1835<sup>202</sup>: tratando a este por “primo e amigo”, o remetente faz vivas à causa Farroupilha e ao valor de Bento Gonçalves, ao mesmo tempo em que remete “proclamações para se espalhar por aí”, finalizando assim a missiva em clara demonstração de desconhecimento da posição do Tenente-Coronel frente aos acontecimentos:

“Como me pediste que te desse novidades são as que ocorrem restando-se somente conhecer agora quais são os Brasileiros livres, e quais os escravos, cá te espero e mais alguns patricios em nosso socorro”<sup>203</sup>.

O próprio Bento Gonçalves, segundo alguns biógrafos de Silva Tavares, seria compadre deste, o que reforça nossa ressalva, por mais que esta fosse uma relação de parentesco ritual e não consanguíneo. Apesar disso, cremos que as relações de parentesco, por mais que não garantissem a associação de indivíduos, eram um importante meio através do qual tais associações ocorriam, dentre as quais podemos certamente incluir o arregimentar de tropas, conforme demosramos acima.

---

<sup>200</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010.

<sup>201</sup> Correspondência de Antônio de Mazaredo a João da Silva Tavares. Transcrita em SPALDING, Op. Cit., 1938.

<sup>202</sup> Correspondência de Modesto Franco a João da Silva Tavares. Transcrita em SPALDING, Op. Cit., 1938.

<sup>203</sup> Ibidem.

A possibilidade de arregimentação, fosse de parentes ou não, era um importante mecanismo de diferenciação social na Província de São Pedro. Conforme Luís Augusto Farinatti, os comandantes “construíam seu prestígio junto às autoridades imperiais por sua capacidade de arregimentar homens para a guerra, conseguir suprimentos e, naturalmente, por seu sucesso no campo de batalha”<sup>204</sup>. Além de prover prestígio, um cabedal militar também “embasava o grau de *autonomia* relativa” dos potentados militares, ou seja, possibilitava que esses comandantes se posicionassem da maneira que considerassem mais vantajosa nas “guerras e alianças instáveis do sul”, uma vez que tais cabedais faziam com que esses potentados fossem aliados desejáveis para os lados em conflito<sup>205</sup>. Em virtude disso, tal prestígio repercutia nas mais altas instâncias do Governo Imperial. Em sessão do Senado datada de 5 de agosto de 1841, na qual a pauta era o estado de beligerância da Província de São Pedro, arguia o Marquês de Barbacena:

“Nós, infelizmente, não podemos levar tropa de cavalaria de outras províncias para o sul; temos necessidade de lançar mão da cavalaria dali, *onde não se atende a autoridade do general em chefe, mas a de certos indivíduos; chamam-se homens do Sr. Fulano, homens do Sr. Sicrano; e, quando estes indivíduos não querem marchar, fazem desaparecer toda a sua gente, todos os seus homens*<sup>206</sup>”.

Em sessão anterior, datada de 16 de julho do mesmo ano, o Senador Francisco de Paula Souza e Melo argumentava no mesmo sentido, afirmando que “estas chamadas Guardas Nacionais do Rio Grande do Sul não são as Guardas Nacionais da lei, são *homens que se reúnem por convite de chefes acreditados*, e estes, então, é que formam a Guarda Nacional<sup>207</sup>”, ao mesmo tempo em que citava nominalmente o próprio Silva Tavares dentre tais potentados. Por mais que fosse alvo de críticas por algumas partes, a capacidade de mobilização pessoal de contingentes era vista como algo indispensável para a manutenção da guerra e, dessa forma, fazia desses “chefes acreditados” homens de cuja influência o Estado Imperial não podia dar-se ao luxo de abrir mão. Tal condição era percebida por esses potentados, os quais utilizavam de sua influência pessoal e do prestígio dela advindo também para negociar com as autoridades imperiais<sup>208</sup>. Em correspondência dirigida, em setembro de 1837, ao então Presidente da Província Feliciano Nunes Pires, argumentava a este Silva Tavares:

“Não pretendia ir à reunião dessa Assembleia, só que para isso tivesse positiva ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, e determinando-me a quem devia entregar o comando da força de

<sup>204</sup> FARINATTI, Luís Augusto. Op. Cit., 2012. FARINATTI, Op. Cit., 2010.

<sup>205</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010, p. 221.

<sup>206</sup> Sessão de 05 de agosto de 1841. Transcrita em: SENADO FEDERAL. Anais do Senado do Império do Brasil. Livro 4. Brasília: Subsecretaria de Anais, 1978. Grifos nossos.

<sup>207</sup> Sessão de 05 de agosto de 1841. Transcrita em: SENADO FEDERAL, Op. Cit. Grifos nossos.

<sup>208</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010.

cavalaria, nem só por conhecer a falta que faço para estar à testa das notícias dos movimentos dos anarquistas para providenciar no que for mister, como para a conservação da mencionada força, porque me parece que ao momento que eu me separe dela a maior parte se dispersa;<sup>209</sup>”

Se a capacidade de mobilizar indivíduos era aqui utilizada por Silva Tavares como forma deste negociar sua tomada de posição frente ao Presidente da Província, o mesmo também podia ser por ele efetuado no sentido de reiterar seu prestígio perante aquele que postulasse tal cargo. Às contínuas solicitações de Antônio Rodrigues Fernandes Braga, o qual temia pela situação de Pelotas frente à crise que instaurara-se na Província a 20 de setembro de 1835, “visto o desalento dos habitantes da cidade por falta de alguma força e de um chefe, pessoa de influência”<sup>210</sup>, respondia Silva Tavares assegurando à Braga que colocava-se “em marcha para aquele lugar com duzentos homens a marchar”<sup>211</sup>, utilizando-se da influência que possuía frente aos homens que comandava para atender ao chamado do então Presidente da Província, ao mesmo tempo em que reiterava o mesmo prestígio com Fernandes Braga.

Utilizando desse prestígio, portanto, Silva Tavares arregimentara tropas com o intuito de defender a posição pela qual optara, mantendo-se ao lado do Presidente da Província e, por conseguinte, do Governo Central. A capacidade de arregimentação do Tenente-Coronel, através da qual sustentara seu apoio a Braga durante os primeiros dias da Revolução, passava pela negociação verticalizada com indivíduos situados em posições distintas naquela sociedade marcada pela forte hierarquização social<sup>212</sup>. Se esta dependia também dos seus sucessos nos campos de batalha, conforme afirma Farinatti, os insucessos poderiam também interferir diretamente na manutenção de tropas mobilizadas, como ocorria ainda em 1835 à “gente de Silva Tavares”<sup>213</sup>: encontrando-se em situação desvantajosa frente ao avanço das tropas revoltosas, este optou por dispersar seus arregimentados e evadir-se para o Estado Oriental, no intuito de reorganizar-se, conforme correspondência enviada a Fernandes Braga em outubro de 1835<sup>214</sup>. Frente ao agravamento da crise, e também ciente da evasão de Silva Tavares, Braga parte de Rio Grande em direção à Corte, sendo enviado José de Araújo

<sup>209</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência de João da Silva Tavares. Fundo Guarda Nacional, Caixa 18, Maço 35.

<sup>210</sup> Correspondência de Antônio Rodrigues Fernandes Braga a João da Silva Tavares. Transcrita em SPALDING, Op. Cit., 1938.

<sup>211</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência de João da Silva Tavares. Fundo Autoridades Militares, Maço 119. Grifos nossos.

<sup>212</sup> FARINATTI, Luís Augusto. Op. Cit., 2012. FARINATTI, Op. Cit., 2010.

<sup>213</sup> Expressão utilizada por Domingos José de Almeida, um dos homens fortes da República Rio-Grandense, em correspondência datada de 1837. RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Volume 2. Porto Alegre: 1978, p. 185.

<sup>214</sup> Correspondência de Antônio Rodrigues Fernandes Braga a João da Silva Tavares. Transcrita em SPALDING, Op. Cit., 1938.

Ribeiro para assumir a Presidência da Província em seu lugar. Enquanto isso, o Vice-Presidente da Província Marciano José Pereira Ribeiro, tendo assumido o posto de Presidente com o apoio dos Farroupilhas<sup>215</sup>, demitia João da Silva Tavares do Comando da Fronteira do Rio Grande em 9 de novembro daquele mesmo ano, nomeando o Capitão Domingos Crescêncio de Carvalho para o seu lugar<sup>216</sup>.

Apesar dessa situação, Silva Tavares permanece mobilizado, conforme o próprio Braga afirmara antes de evadir-se para a Corte, ressaltando o nome do Tenente-Coronel como um dos principais potentados militares a se posicionar entre as tropas legalistas da província<sup>217</sup>, para a qual Silva Tavares retornara em janeiro de 1836. Reconhecendo sua fidelidade à Coroa, Antônio Paulino Limpo de Abreu, então Ministro da Justiça, emite decreto em 26 de maio de 1836<sup>218</sup>, nomeando o Tenente-Coronel João da Silva Tavares para o cargo de Comandante Superior das Guardas Nacionais da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul<sup>219</sup>. No mesmo Correio Oficial no qual fora publicado tal decreto, consta também a demissão, pelo mesmo Ministro, do antecessor de Silva Tavares: o Coronel Bento Gonçalves da Silva. Este havia sido nomeado para tal cargo através de decreto emitido a 1 de abril de 1835 por Manuel Alves Branco, antecessor de Limpo de Abreu na pasta da Justiça, em substituição ao Coronel Teodoro José da Silva<sup>220</sup>, o qual fora afastado do cargo pelo Presidente da Província em dezembro de 1834<sup>221</sup>. Apenas um mês após tal afastamento, Braga afastaria vários comandantes de seus cargos em função das tensões políticas que agitavam a

<sup>215</sup> SPALDING, Op. Cit., 1963, p. 64.

<sup>216</sup> ARTIGOS OFICIAIS - PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA. Jornal “O Mensageiro”, Porto Alegre, 04 de dezembro de 1835. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=811734&pesq=%22silva%20tavares%22&pasta=ano%201835>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>217</sup> Correspondência de Antônio Rodrigues Fernandes Braga a João da Silva Tavares. Transcrita em SPALDING, Op. Cit., 1938.

<sup>218</sup> PARTE OFICIAL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Correio Oficial, Rio de Janeiro, 09 de junho de 1836. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230270x&PagFis=273&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>219</sup> Conforme José Iran Ribeiro, a primeira menção de nomeação de um Comandante Superior na então Província de São Pedro data de 1833. Através da troca de Comandantes descrita pelo autor, percebe-se que se tratava do Comandante Superior da Guarda Nacional da Província. RIBEIRO, Op. Cit. 2005. p. 159 - 163. Esse cargo existiu, aparentemente, até 1850, ao menos na Província de São Pedro. Conforme André Fertig, nesse ano entrou em vigor uma nova legislação, a qual “previa que a Guarda Nacional seria organizada através da instalação, pelo governo imperial, de Comandos Superiores nas localidades em que o poder imperial achasse necessário, desde que não houvesse mais de um em cada município. A autoridade máxima de cada comando caberia ao comandante superior, que teria a graduação de coronel”. FERTIG, André. Clientelismo Político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850 – 1873). Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

<sup>220</sup> PARTE OFICIAL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Correio Oficial, Rio de Janeiro, 08 de abril de 1835. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=4242&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>221</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência expedida pelo Presidente da Província a autoridades provinciais. Correspondência para diversas autoridades. Livro A - 5.69, 1834 - 1835 (caixa 34).

Província, conforme já mencionado neste capítulo. Apesar de estar ciente de tal nomeação, como demonstram as atas da Assembleia Provincial daquele mesmo ano<sup>222</sup>, Bento Gonçalves não tomara posse do cargo: em seu lugar, permaneceu o Coronel Bibiano José Carneiro da Fontoura, o qual havia sido nomeado Comandante Superior Interino por Fernandes Braga. Bento Gonçalves só assumiria tal cargo, ainda que de maneira provisória, em 14 de novembro de 1835, como informa o ofício de Marciano Pereira Ribeiro<sup>223</sup>, empossado como Presidente da Província pelos Farroupilhas na ausência de Antônio Rodrigues Fernandes Braga, conforme já mencionamos. Curiosamente, o Ministro da Justiça Antônio Paulino Limpo de Abreu já havia, nessa data, emitido a demissão de Bento Gonçalves do Comando Superior da Província<sup>224</sup>. Tal demissão só seria oficializada, entretanto, após o Ministério da Justiça enviar pela terceira vez o mesmo comunicado à Presidência da Província<sup>225</sup>, o que revela não só as atribuições referentes ao estado bélico e às repetidas trocas de Presidente Provincial naquele ínterim, mas também a sobreposição de cargos e comandos legitimados, a nível provincial, por forças legalistas ou farroupilhas.

Além de aumentar o prestígio regional de Silva Tavares, a promoção ao cargo de Comandante Superior das Guardas Nacionais da Província projetara também seu nome ao mundo da Corte. Periódicos como o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Aurora Fluminense*, publicados à época naquela cidade, estampavam não só suas ações pelas forças legalistas, mas também muitas de suas correspondências, as quais geralmente traziam notícias sobre suas movimentações, exaltações a seus feitos ou mesmo proclamações por ele efetuadas<sup>226</sup>. Tal posicionamento, é importante frisar, não era uma unanimidade nos jornais da Corte, caso consideremos a edição de 01 de maio de 1837 do *Pharol do Império*, por exemplo, na qual é publicada uma correspondência encaminhada à redação daquele jornal, assinada apenas pelo

<sup>222</sup> PICCOLO, Op. Cit., 1998.

<sup>223</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência expedida pelo Presidente da Província a autoridades provinciais. Correspondência para diversas autoridades. Livro A - 5.71, 1835 - 1836 (caixa 86).

<sup>224</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência recebida pelos governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central. Avisos do Ministério da Justiça. Livro B - 1.106, 1830 - 1835.

<sup>225</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência recebida pelos governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central. Avisos do Ministério da Justiça. Livro B - 1.107, 1836 - 1840.

<sup>226</sup> VÁRIOS. Jornais “*Diário do Rio de Janeiro*” e “*Aurora Fluminense*”. Disponíveis em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_01&PagFis=21213&Pesq=%22silva%20tavares%22](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=21213&Pesq=%22silva%20tavares%22)> e <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&PagFis=4875&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

codinome “Verdadeiro Legalista”, o qual tece diversas acusações à Silva Tavares, às quais remetem tanto ao período da Revolução quanto aos anos que a ela antecederam<sup>227</sup>.

Ao mesmo tempo, o agora Comandante Superior das Guardas Nacionais aproxima-se, em virtude de sua posição, de indivíduos ligados à política da Corte. A edição de 21 de outubro de 1837 do jornal *O Sete d’Abril*, também publicado no Rio de Janeiro, estampa correspondência trocada entre Francisco Gê Acayuba de Montezuma, recém nomeado Ministro da Justiça, e João da Silva Tavares<sup>228</sup>. Ao mesmo tempo em que deposita confiança no atual Ministério para “curar os males da Província” e solicita o envio de “forças suficientes para obriga-los [os Farroupilhas] a abandonar o caminho de seus crimes”, Silva Tavares encaminha informações sobre a suspensão de armas articulada entre o Comandante das Forças Navais John Pascoe Greenfell e Domingos Crescêncio de Carvalho, denunciando as más intenções dos “rebeldes” em tal ato, as quais alega comprovar com documentação que encaminha anexa à tal missiva, composta por correspondências trocadas inclusive entre o próprio Silva Tavares e alguns oficiais Farroupilhas<sup>229</sup>. Antônio Paulino Limpo de Abreu, que em 1840 ocupava novamente o Ministério da Justiça após ter deixado esse mesmo cargo em 1836, também mantinha correspondência com Silva Tavares. É o que demonstram os anais da sessão do Senado de 04 de agosto de 1840, na qual, estando em debate a situação na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Limpo de Abreu afirma trocar missivas com habitantes da referida Província:

“e se me perguntar com quem direi que honro-me de ter essas correspondências, porque as tenho com os principais dos chefes da legalidade, com aqueles que desde o começo da luta tem prestado os mais importantes serviços à legalidade, que tem defendido com perseverança a integridade do Império; tais o coronel Loureiro, o coronel Silva Tavares, o major Osório, e outros varões tão distintos como estes. Eis aqui, Srs., com quem entretenho correspondências; as cartas eu as conservo em meu poder, e poderei facilitá-las ao nobre senador, se se dignar vê-las.”<sup>230</sup>

Depreende-se, de tal trecho, que mesmo sem estar incumbido de cargos ligados ao Governo Central na Corte, Limpo de Abreu mantivera contato com aqueles elencados pelo mesmo enquanto os “principais dos chefes da legalidade”, dentre os quais está João da Silva Tavares.

<sup>227</sup> CORRESPONDÊNCIA. Jornal “Pharol do Império”, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1837. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702846&pesq=%22silva%20tavares%22&pasta=ano%20183>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>228</sup> RIO GRANDE DO SUL. Jornal “O Sete d’Abril”, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1837. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&pesq=%22silva%20tavares%22&pasta=ano%20183>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>229</sup> Ibidem.

<sup>230</sup> Sessão de 04 de agosto de 1840. Transcrita em: SENADO FEDERAL. Anais do Senado do Império do Brasil. Livro 5. Brasília: Subsecretaria de Anais, 1978.

Dessa maneira, esses indivíduos trocavam informações com o mundo da Corte, ao mesmo tempo em que reforçavam suas conexões com aquela esfera de poder.

Conforme Jonas Vargas, os indivíduos que ocupavam cargos políticos na Corte faziam parte das elites políticas de suas províncias, constituindo-se, dessa forma, em *mediadores políticos* entre as paróquias e a Corte<sup>231</sup>. Destacando o papel central que os Ministros, assim como os Senadores e os Deputados Gerais, ocupavam no mundo da política imperial, Vargas observa o seguinte:

“Se por um lado os ministros eram os responsáveis por governar e dirigir os negócios da nação, por outro, recebiam a função de diminuir o abismo espacial e temporal que separava as suas paróquias de origem da Corte. Ao romperem com a barreira que dividia estes dois mundos eles tornavam-se mediadores políticos, interligando as suas aldeias com a capital do Império.”<sup>232</sup>

Como pudemos ver através dos exemplos acima, entretanto, tais atribuições podiam ir além da ligação dos *mediadores políticos* com as suas regiões de origem, a qual é muito bem demonstrada por Vargas<sup>233</sup>. Ao menos em períodos de guerra, como o da Revolução Farroupilha, esses *mediadores políticos*, ao ocuparem postos intimamente ligados a questões relativas aos conflitos, podiam realizar a mesma mediação política com indivíduos que ocupassem lideranças locais nas áreas de conflito, como ocorre entre Silva Tavares e os Ministros da Justiça.

Os Ministros, por sua vez, contatavam Silva Tavares também pelo fato de visualizá-lo, naquela conjuntura, enquanto um mediador entre a Corte e a Província de São Pedro, por mais que ele não se tratasse, naquele momento, de um *mediador político* conforme as definições de Jonas Vargas<sup>234</sup>. Partindo das reflexões de Sydel Silverman<sup>235</sup>, Vargas também estabelece que

<sup>231</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010, p. 34.

<sup>232</sup> Id. Ibid., p. 21.

<sup>233</sup> Faz-se necessário destacar que Vargas, analisando os mediadores políticos da Província de São Pedro, demonstrou também que a maioria desses indivíduos apresentavam relações de parentesco ou amizade com famílias das elites de outras províncias, em especial aquelas do centro do país. Sobre isso, afirma o autor: “Aqueles que não possuíam tais vínculos, uma vez na Corte, trataram de estabelecê-los. *Isto indica que estes mediadores não possuíam seu poder centrado apenas na sua província.* É possível perceber que a sua relativa facilidade em conectar-se ao mundo da Corte também era fruto da presença de parentes e amigos fora do Rio Grande do Sul.” VARGAS, Op. Cit., p. 116. Grifos nossos. Estendendo essa característica aos mediadores políticos de outras províncias (os Ministros aqui em questão), a afirmação de Vargas aproxima-se do que estamos propondo, por mais que não fosse esse o caso da relação entre os Ministros acima citados e Silva Tavares.

<sup>234</sup> É importante ressaltar que Jonas Vargas define os Deputados Provinciais também enquanto *mediadores políticos*. A partir disso, poderíamos atribuir tal posição a Silva Tavares. Conforme demonstramos anteriormente, porém, não sabemos se Silva Tavares, de fato, tomara posse em tal cargo quando eleito em 1835. Além disso, a Assembleia Provincial da Província de São Pedro esteve desativada durante grande parte do período da Revolução Farroupilha. VARGAS, Op. Cit., 2010. Ver também: SPALDING, Op. Cit., 1963.

“o mediador é um tipo específico de intermediário, responsável por estabelecer uma conexão entre um sistema local e outro nacional, onde aquele está necessariamente inserido neste. Seria como um município dentro de um estado ou uma aldeia dentro de um reino, por exemplo. No entanto, para uma melhor utilização do termo, Silverman deixa claro aspectos fundamentais. Primeiro, o mediador é um indivíduo que reúne em si (portanto são atributos pessoais e não transmissíveis) a habilidade de interagir tanto com o sistema local quanto com o nacional. Além disso, o seu poder na comunidade local está sustentado exatamente na sua exclusiva capacidade de atingir o mundo exterior e dele trazer recursos e informações necessárias para a segurança e o desenvolvimento do sistema local.”<sup>236</sup>

Nesse sentido, tendo em conta a posição que Silva Tavares ocupava na Província de São Pedro naquele contexto, cremos que seja possível considera-lo enquanto um mediador, através do qual as esferas local e regional conectavam-se com a Corte, conforme as definições acima descritas. Trilhando as veredas do Império e atuando em sua defesa, João da Silva Tavares projetara-se, gradativamente, desde uma posição de mediador entre sua aldeia e a Vila de Rio Grande, até a posição de mediador entre a Corte e sua área de atuação, atuando neste polo dessa relação. Efetuara também a mediação entre sua região e o centro político da província, quando estivera no cargo de Comandante da Fronteira de Rio Grande. Ademais, não podemos deixar de citar que, ainda que Silva Tavares não tenha ocupado a posição de Deputado Provincial, fora considerado, por seus conterrâneos, como um indivíduo apto a efetuar a mediação política entre as esferas local e provincial.

A conexão de Silva Tavares com a Corte não se dava apenas através de mediadores políticos ou das vias institucionais, como demonstra sua correspondência com João Francisco Vieira Braga, indivíduo também ligado a Antônio Rodrigues Fernandes Braga, conforme mencionado anteriormente. Em virtude dessa conexão e da manutenção desse posicionamento com o eclodir da Revolução Farroupilha, João Francisco, futuro Conde de Piratini, retirara-se do Rio Grande para a Corte, onde permaneceu até a pacificação da Província<sup>237</sup>. Do Rio de Janeiro, mantinha contato com João da Silva Tavares, conforme evidencia um trecho da missiva por este encaminhada a João Francisco em 23 de dezembro de 1838:

“Respeitável amigo e Sr. Fico de posse das suas cartas de 17 e 28 do mez p. p. e a de 12 deste mez, a primeira remetendo-me a carta Imperial que confirma a pensão que me foi concedida, e dando-me o seu parecer para promover o negócio de apólices, e fazendo-me conhecer a vantagem que posso colher, sobre o que estou por hora vacilante no que devo obrar, à vista do estado de cousas nesta Província, e de estar V. S. com o projecto de regressar, e ficar por isso ahi sem a sua proteção para este objeto. A segunda remetendo o aviso do Sr. Ministro da Fazenda para se verificar

<sup>235</sup> SILVERMAN, Sydel. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SCMHIDT, S. W. (Ed.). *Friends, Followers and Factions: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of California, 1977, p. 293 - 304.

<sup>236</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010, pp. 40-41.

<sup>237</sup> SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Vol. I. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1969, p. 138.

nesta Província o pagamento da citada pensão. A última acusando o recebimento da minha carta de 10 de novembro findo com o requerimento que dirigi ao Governo de S. M. I. e que o tinha entregado em mão ao Sr. Ministro da Justiça<sup>238</sup>, e pela decisão fico ansioso, e incluindo três periódicos intitulados o ‘Sete d’Abril’, o ‘Chronista’, e o ‘Diário do Rio de Janeiro’, e ficando ciente do que relatam sobre o estado de cousas nesta Província, direi-lhe que achei inexatidão no primeiro porque até fala no intrépido Coronel Gabriel Gomes, que há mais de 17 mezes morreu no campo de batalha, e o conta como um dos chefes que estão em serviço, e visto que se lembrou dele, parece justo exorte ao Governo para agraciar a infeliz família com a pensão que lhe foi conferida, que está cheia de miséria, porque os rebeldes lhe tem roubado todos os bens, dando assim provas de que não olha só para os filhos desta Província, enquanto precisa de seus serviços.<sup>239</sup>”

O excerto evidencia as vantagens que podiam ser obtidas através de uma conexão com um mediador inserido no mundo da Corte. A presença de um mediador na capital do Império era capaz de garantir proteções em questões relativas a negócios, como deixa transparecer Silva Tavares ao ressaltar sua preocupação com a efetivação do negócio de apólices frente ao possível retorno de Vieira Braga à Província, algo que, segundo o próprio Tavares, o deixaria sem a proteção de João Francisco para tal objeto. Nessa mesma questão, fica claro que essa relação possibilitava também um canal privilegiado de fornecimento de informações daquele mundo, as quais podiam dizer respeito tanto a matérias de negócios, quanto a notícias gerais sobre o Império através dos periódicos, além dos avisos e decisões do governo. Como vimos, Vieira Braga entregara em mãos ao Ministro da Justiça um requerimento que Silva Tavares encaminhara ao Governo Imperial, algo que certamente só poderia ser feito por indivíduos bem relacionados com o mundo da política na Corte. Conforme afirma Jonas Vargas, os mediadores “possuíam fortes ligações (consanguíneas, fictícias ou de amizade) tanto com as paróquias, quanto com a Corte, o que favorecia o seu exercício de mediação.”<sup>240</sup> Por mais que esse autor estivesse, nesse caso, referindo-se aos *mediadores políticos*, cremos que o exposto acima permite inferir que Vieira Braga, apesar de não ocupar, nesse momento, nenhum cargo político, partilhava desses atributos<sup>241</sup>, a partir do que consideramos Vieira Braga enquanto um mediador na Corte.

No outro polo dessa relação, Silva Tavares angariava as vantagens de ser um mediador em atuação nas esferas regional e local. Ao analisar a atuação do mediador Caldre e Fião em

<sup>238</sup> Nesse período, Bernardo Pereira de Vasconcelos.

<sup>239</sup> Correspondência de João da Silva Tavares a Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Transcrita em SPALDING, Op. Cit., 1938.

<sup>240</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010, p. 213.

<sup>241</sup> Vieira Braga, assim como Silva Tavares, também havia sido eleito para a legislatura de 1835, o que também o enquadraria na definição de *mediador político* de Jonas Vargas. Nesse momento, porém, estando na Corte, não ocupava nenhum cargo político. O mesmo autor ressalta a estreita vinculação que Vieira Braga possuía com o Governo Imperial, o que o levaria à obtenção do título de Conde de Piratini. VARGAS, Op. Cit., 2010, p. 191-192.

sua paróquia, Vargas afirma que “seu poder na comunidade local estava sustentado exatamente na sua exclusiva capacidade de atingir o mundo exterior e dele obter informações e favores – atributos necessários aos mediadores<sup>242</sup>.” Como fica evidente no trecho da correspondência acima citada, Silva Tavares, mesmo não ocupando um dos cargos políticos descritos por Vargas, partilhava da mesma capacidade possuída por Caldre e Fião, possível através de sua relação com Vieira Braga. Tal relação, por certo, contribuía consideravelmente para o aumento do poder e do prestígio de Silva Tavares em suas esferas de atuação. Além disso, a relação com um mediador na Corte poderia auxiliar na obtenção de mercês da Coroa. Como vimos, Silva Tavares intercede pelos familiares do falecido Coronel Gabriel Gomes junto à João Francisco Vieira Braga, solicitando a este que “exorte ao Governo para agraciar a infeliz família com a pensão que lhe foi conferida”. Pelo exposto na missiva acima transcrita, o “intrépido” Coronel Gabriel aparentemente já recebera tal pensão, a qual Silva Tavares buscava repassar à família de tal militar em virtude de seu falecimento. De fato, na edição de 22 de fevereiro do Correio Oficial havia sido publicado o decreto regencial que concedia uma pensão anual de Oitocentos Mil Reis, em remuneração aos serviços prestados pelo Coronel Gabriel à “causa da legalidade”<sup>243</sup>. Na mesma edição, eram também agraciados outros oficiais legalistas, dentre os quais o próprio João da Silva Tavares, o qual deveria receber uma pensão também anual, no valor de Um Conto e Duzentos Mil Reis. A concessão em definitivo de tais pensões dependia, entretanto, da aprovação da Assembleia Geral Legislativa, conforme determinavam os mesmos decretos.

Apesar do que se pode inferir da missiva que Silva Tavares encaminhara a João Francisco Vieira Braga, não nos foi possível confirmar se a pensão de Gabriel Gomes houvera sido posteriormente aprovada. O mesmo não se pode dizer sobre Tavares, pois na mesma correspondência este deixa clara a aprovação da pensão, conforme lhe informava Vieira Braga. A mercê tramitara durante mais de um ano nas instituições da Corte: fora aprovada pela Câmara dos Deputados na sessão de 13 de agosto de 1838<sup>244</sup>, tendo sido confirmada pelo decreto regencial número 43, de 20 de setembro de 1838<sup>245</sup>. No expediente de 22 de

<sup>242</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010, p. 132

<sup>243</sup> PARTE OFICIAL - DECRETOS. Correio Oficial, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1837. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=4203&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>244</sup> RIO DE JANEIRO - CÂMARA DOS DEPUTADOS. Jornal “Diário do Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1838. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_01&PagFis=20519&Pesq=%22silva%20tavares%22](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=20519&Pesq=%22silva%20tavares%22)>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>245</sup> PARTE OFICIAL. Correio Oficial, Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1838. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=4203&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

novembro de 1838, o Ministro da Fazenda emitia ordem ao Inspetor da Tesouraria da Província de São Pedro para o pagamento da referida pensão<sup>246</sup>. Essa não seria, entretanto, a única mercê recebida do Governo Imperial por João da Silva Tavares durante a Revolução Farroupilha: por despacho emitido em 02 de dezembro de 1841, por ocasião do aniversário do Imperador D. Pedro II, João da Silva Tavares era nomeado Comendador da Ordem de Cristo, tendo sido referido nessa data não só pelo posto de Comandante Superior das Guardas Nacionais, mas também pela patente de Coronel Honorário do Exército<sup>247</sup>, demonstrando a nova promoção que este obtivera.

A conexão de João da Silva Tavares com o Império, através de mediadores ou de sua atuação militar, teria outros desdobramentos: na mesma carta enviada pelo ainda Tenente-Coronel Silva Tavares a Vieira Braga, era mencionada também a contenda entre o Comandante Superior das Guardas Nacionais e o Presidente da Província Antônio Elzeário de Miranda e Brito. O Marechal de Campo Antônio Elzeário assumira, a 3 de novembro de 1837, não só o cargo de Presidente, como também o de Comandante das Armas da Província, tomando a frente das operações militares<sup>248</sup>. Suas ações ao longo do ano de 1838, porém, o colocariam em atrito com Silva Tavares, o qual permanecia no cargo de Comandante Superior das Guardas Nacionais, para o qual fora nomeado em 1836, conforme vimos anteriormente. Como demonstra o excerto acima transcrito da correspondência enviada por Silva Tavares a João Francisco Vieira Braga, o Tenente-Coronel remetera a este um requerimento dirigido ao “Governo de S.M.I.”, o qual fora entregue em mãos por Vieira Braga a Bernardo Pereira de Vasconcelos, então Ministro da Justiça<sup>249</sup>.

A “Representação de Silva Tavares”, como ficaria conhecida através da imprensa da época tal requerimento, foi publicada na íntegra pelo jornal Aurora Fluminense, em sua edição de 12 de dezembro de 1838. Nesse documento, Silva Tavares dirige-se diretamente a Sua Majestade Imperial, a quem “com bastante desprazer” expõe as circunstâncias pelas quais levava “perante o Trono” seu requerimento. Declarando servir à causa legalista desde o “20 de setembro”, informa estar desde então em sua defesa, obedecendo “restritamente aos

<sup>246</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. Correio Oficial, Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1838. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=6340&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>247</sup> RELAÇÃO DOS DESPACHOS. Jornal “Diário do Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1841. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_01&PagFis=20519&Pesq=%22silva%20tavares%22](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=20519&Pesq=%22silva%20tavares%22)>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>248</sup> SPALDING, Op. Cit., 1963.

<sup>249</sup> Correspondência de João da Silva Tavares a João Francisco Vieira Braga. Transcrita em SPALDING, Op. Cit., 1938.

diferentes Presidentes que a Província tem tido”, e tendo para tanto reorganizado um Corpo de Guardas Nacionais quando do seu retorno do Estado Oriental, em janeiro de 1836. Esse Corpo, nomeado enquanto 1ª Brigada de Cavalaria das Guardas Nacionais, estaria sob o Comando do próprio Silva Tavares desde então. Assumindo o Comando das Armas, o Marechal Antônio Elzeário teria, a 10 de janeiro de 1838, emitido ordem para que se reorganizassem os Corpos de Guardas Nacionais, desautorizando, dessa forma, o Comandante Superior Silva Tavares. Além disso, pela mesma ordem, o também Presidente da Província submetera as Guardas Nacionais aos regulamentos das forças de linha, fato que também revoltara ao Comandante Superior, o qual não se manifestara em contrário “por julgar que naquela época e circunstâncias seria prejudicial à causa qualquer desinteligência”. Vira, porém, “desfalcarem-se as fileiras da Brigada, desaparecendo porção de Guardas Nacionais e cidadãos armados que faziam parte delas”, os quais temiam a aplicação de tais regulamentos. A 4 de junho, teria o Marechal Elzeário emitido ordem para “pranchar os Guardas Nacionais” em punição, à qual Silva Tavares não cumpriu. Frente a isso, e no intuito de fazer submeter as Guardas Nacionais aos regulamentos punitivos das forças de linha, Elzeário nomeou o Brigadeiro Felipe Nery de Oliveira para Comandante Geral de toda a Cavalaria, submetendo as forças de Silva Tavares a tal Comando a partir de ordem emitida em 28 de outubro.

Dando parte contra o Brigadeiro Nery, o qual teria se posicionado ao lado dos Farroupilhas no início do conflito, João da Silva Tavares segue expondo o que o levava a encaminhar sua representação à Corte. Frente à ordem emitida pelo Marechal Elzeário em 28 de outubro, Silva Tavares encaminha ofício a este já no dia seguinte, considerando-se, em virtude de tal ordem, “desonerado da responsabilidade que tem como Comandante Superior” e, por essa razão, pedindo permissão ao Presidente da Província para retirar-se “para onde lhe convenha ou para onde V.Ex.<sup>a</sup> determinar”<sup>250</sup>. Tendo recebido negativa a tal solicitação, Silva Tavares encaminha, a 30 de outubro, novo ofício a Elzeário, reiterando seu desejo de se retirar do serviço, para o qual recebe novamente negativa. Frente à manutenção de Felipe Nery no Comando Geral da Cavalaria, encaminha Silva Tavares sua representação ao Governo Central, utilizando da mediação de João Francisco Vieira Braga na Corte para fazer chegar esse requerimento às mãos das autoridades imperiais.

---

<sup>250</sup> REPRESENTAÇÕES DE SILVA TAVARES. Jornal “O Parlamentar”, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1838. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702854&pesq=%22silva%20tavares%22&pasta=ano%20183>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

Em apoio à Silva Tavares, 23 oficiais da 1ª Brigada de Cavalaria encaminham requerimento ao Presidente Elzeário no dia 14 de novembro. Nesse documento, transcrito sem assinaturas na mesma edição do *Aurora Fluminense* na qual fora publicada a “Representação de Silva Tavares”<sup>251</sup>, esse grupo de oficiais declara ao Presidente e Comandante das Armas que “a nenhuma confiança que tem no Brigadeiro Felipe Nery de Oliveira os torna desgostosos de servirem debaixo de suas ordens”. Expondo contra Nery argumentos semelhantes àqueles utilizados por Silva Tavares em suas representações, os oficiais declaram preferir

“continuarem a serem comandados pelo seu muito Benemérito Comandante Superior da Guarda Nacional João da Silva Tavares, Comandante e Companheiro inseparável dos Suplicantes na fortuna, e na desgraça, e em quem os Suplicantes reconhecem todo o mérito e capacidade para os dirigir, mérito por inumeráveis e gloriosos feitos demonstrados e reconhecidos pelo Governo da Nação, e seus Representantes”.

Agravava-se, dessa forma, a crise ao redor da Presidência da Província. Confiando no prestígio que construíra com seus serviços ao Império, João da Silva Tavares fizera subir à Corte seu requerimento, acionando o Governo Central contra aquele que concentrava a autoridade máxima da guerra e da administração na esfera provincial. Ao mesmo tempo, grande parte do oficialato do Batalhão diretamente comandado por Silva Tavares representava também contra o Presidente da Província e Comandante das Armas, demonstrando o prestígio que aquele comandante granjeara entre seus inferiores, o qual projetara seu nome às autoridades imperiais. Em dezembro, a contenda chega não só a tais autoridades na Corte, como também à imprensa do Rio de Janeiro. Dando grande repercussão à “Representação de Silva Tavares”, dividira-se a imprensa entre aqueles que saudavam o “patriotismo” do Comandante Superior e aqueles que o nomeavam “traidor”, denunciando sua insubordinação.

Os debates na imprensa estenderam-se ao ano de 1839, assim como as repercussões do ocorrido<sup>252</sup>. Alguns dias antes do início desse ano, o Brigadeiro Felipe Nery de Oliveira era afastado do posto de Comandante Geral da Cavalaria, sendo encaminhado em missão a Montevideo<sup>253</sup>. Em fevereiro de 1839, o próprio Ministro da Guerra Sebastião do Rego Barros

<sup>251</sup> ESTADO POLÍTICO DAS PROVÍNCIAS. Suplemento do Jornal “Aurora Fluminense”, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1838. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&PagFis=4875&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>252</sup> VÁRIOS. Jornal “Aurora Fluminense”, Rio de Janeiro, várias edições, 1839. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&PagFis=5333&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>253</sup> CARTAS DE OFICIAIS LEGALISTAS. Jornal “Aurora Fluminense”, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1839. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&PagFis=5333&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

vinha à Província de São Pedro, onde aparentemente “empenhou-se com algumas pessoas para escreverem a Silva Tavares, a fim de obstar a qualquer representação contra o Elzeário, dizendo que este passo traria a queda do Ministério<sup>254</sup>”, demonstrando o cunho político que tomara a contenda entre o Comandante das Guardas Nacionais e o Marechal Elzeário. O próprio Ministro, porém, retornara às pressas para a Corte, em virtude da notícia de sua demissão<sup>255</sup>. O último capítulo de tal embate ocorreria em 12 de junho de 1839, quando Antônio Elzeário de Miranda e Brito, desgastado por tais acontecimentos e pelos constantes reveses frente às forças farroupilhas, deixava os cargos de Comandante das Armas e Presidente da Província de São Pedro<sup>256</sup>. João da Silva Tavares, por sua vez, teria saído fortalecido da contenda, pois manteve-se no cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional da Província até 1845, quando foi demitido pelo Ministro da Justiça por recomendação do Conde de Caxias, à época Presidente da Província de São Pedro.

Luís Alves de Lima e Silva assumira a Presidência da Província e o Comando das Armas da Província de São Pedro a 9 de novembro de 1842. Tendo então o título de Barão de Caxias, Lima e Silva substituíra o Presidente Saturnino de Souza e Oliveira<sup>257</sup>. Após o término da Revolução Farroupilha, Caxias recebia o aviso do Ministério da Justiça, através do qual o Governo Central, em resposta ao ofício por ele encaminhado a 14 de julho e “atendendo as razões nele ponderadas”<sup>258</sup>, demitia o Coronel João da Silva Tavares do posto de Comandante Superior das Guardas Nacionais da Província. A demissão, encaminhada a Caxias em 8 de agosto de 1845, foi emitida através de decreto de 7 de agosto do mesmo ano<sup>259</sup>. As razões que levaram Caxias a tal decisão nos escapam, pois não nos foi possível encontrar referido ofício através do qual este expusera seus motivos ao Ministério da Justiça. Alguns acontecimentos ocorridos ao longo do Governo de Caxias, entretanto, podem nos dar pistas para algumas prováveis situações que teriam culminado na demissão de Silva Tavares.

---

<sup>254</sup> O RIO GRANDE DO SUL. Jornal “Aurora Fluminense”, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1839. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&PagFis=5333&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>255</sup> Ibidem.

<sup>256</sup> SPALDING, Walter. Op. Cit., 1963.

<sup>257</sup> Id. Ibid.

<sup>258</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência recebida pelos governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central. Avisos do Ministério da Justiça. Livro B - 1.108, 1841 - 1849.

<sup>259</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sumário de Códices. Registro de correspondência recebida pelos governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central. Avisos do Ministério da Justiça. Livro B - 1.108, 1841 - 1849.

Com o intuito de reorganizar as tropas sob seu comando, Caxias as dividiu, em fevereiro de 1843, em 3 divisões. Para a 3ª Divisão, nomeou o Coronel João da Silva Tavares, em aparente demonstração de consideração a este comandante<sup>260</sup>. No mesmo ano, entretanto, Caxias demitiu todos os oficiais da Guarda Nacional, organização da qual Silva Tavares ainda era Comandante Superior. Este, porém, foi mantido no posto comandante de uma das divisões do Exército Imperial pelos serviços prestados à Coroa<sup>261</sup>. Em março de 1844, Caxias dava nova organização às suas tropas, dividindo-as agora em duas divisões. Silva Tavares, porém, não é mencionado em nenhuma função de comando nessa reorganização.

Não sabemos determinar as causas que levaram a tal situação. É possível que Silva Tavares tenha caído em descrédito com Caxias. Um dos motivos poderia ser o teor do relatório entregue por Saturnino de Souza e Oliveira quando este passara a Presidência da Província ao Barão de Caxias, em fins de 1842<sup>262</sup>. Em tal material, Saturnino levantava suspeitas sobre a participação de Silva Tavares em alguns negócios de compra de gados e cavalos para as forças imperiais. Sem concluir a respeito de tais questões, Saturnino as deixava em aberto para seu substituto, o qual pode ter dado andamento às averiguações relativas a isso. Um outro motivo poderia ter sido alguma insubordinação de João da Silva Tavares para com o Presidente e Comandante das Armas. Quando do seu atrito com o então Presidente Antônio Elzeário em 1838, Silva Tavares foi acusado, conforme já mencionamos, de estar agindo de maneira insubordinada a seu superior não só pela imprensa, mas também por membros do Governo Imperial, como o Marquês de Barbacena<sup>263</sup>. No início de 1843, Silva Tavares era acusado pelo Diário do Rio de Janeiro de estar descumprindo ordens de Caxias, efetuando “carrerias” no intuito de “saciar vinganças”, tendo sido ordenado pelo Barão de Caxias para que cessasse tais atividades<sup>264</sup>. De acordo com o mesmo periódico, os desmandos dos subordinados de Caxias seriam a causa do estado de coisa na Província de São Pedro. Nesse sentido, é possível que Silva Tavares, em caso de confirmação de tais acusações,

---

<sup>260</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Guerra dos Farrapos. Ordens do dia do General Barão de Caxias (1842 - 1845). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

<sup>261</sup> MENDES, Jeferson dos Santos. O Barão de Caxias na guerra contra os Farrapos. Passo Fundo: PPGH/IFCH, 2010, p. 23. (Dissertação de Mestrado)

<sup>262</sup> S. PEDRO DO SUL. Jornal “O Brasil”, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1842. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709565&PagFis=983&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>263</sup> Sessão de 05 de agosto de 1841. Transcrita em: SENADO FEDERAL. Anais do Senado do Império do Brasil. Livro 4. Brasília: Subsecretaria de Anais, 1978.

<sup>264</sup> NOTÍCIAS DIVERSAS. Jornal “Diário do Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1843. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_01&PagFis=25923&Pesq=%22silva%20tavares%22](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=25923&Pesq=%22silva%20tavares%22)>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

tivesse sido afastado de postos de comando por Caxias, como uma maneira de coibir tais atos e, ao mesmo tempo, evitar uma punição mais severa a Silva Tavares.

Por outro lado, também é possível que Silva Tavares tenha se afastado das forças legalistas por suas próprias razões. De acordo com um dos manuscritos da família, Silva Tavares teria solicitado dispensa do serviço militar no final do conflito, com o intuito de tratar de assuntos familiares. Dessa dispensa, teria retornado já quando as tratativas para a pacificação estavam bastante adiantadas<sup>265</sup>. É possível que Silva Tavares tenha pedido afastamento frente a algumas decisões de Caxias: além da demissão em massa dos oficiais da Guarda Nacional, os quais estavam sob comando direto de Silva Tavares, Caxias aproximara-se de Felipe Nery de Oliveira, pivô dos atritos ocorridos em 1838 entre Silva Tavares e o então Presidente da Província Antônio Elzeário, como vimos anteriormente. O próprio Elzeário, assim como Felipe Nery, fazia parte, desde janeiro de 1843, do Estado Maior General das Forças Imperiais na Província, juntamente com um outro desafeto de Silva Tavares: o Brigadeiro Bento Manuel Ribeiro<sup>266</sup>, o qual Silva Tavares tratava por “traidor”, culpando-o por sua prisão, ainda em 1836, pelas forças Farrroupilhas<sup>267</sup>. Essa aproximação de Caxias com os desafetos de Silva Tavares, portanto, pode ter sido uma das razões de tal afastamento. Da mesma forma, a política de Caxias com relação às anistias concedidas aos Farrroupilhas pode ter sido um outro fator a gerar desavenças entre este e Silva Tavares. Como consta na edição de 7 de agosto de 1847 da Gazeta Oficial do Império do Brasil, João da Silva Tavares teria encaminhado ao Senado uma representação posicionando-se contrariamente a tais anistias<sup>268</sup>. No mesmo jornal, constam as representações enviadas por este ao próprio Caxias, na posição de Presidente da Província, pedindo a este que ordenasse às autoridades judiciárias que dessem seguimento às ações relativas à reivindicação dos “bens que lhe foram roubados e destruídos durante a rebelião”. Em resposta a Silva Tavares, Caxias emitira despacho em 17 de setembro de 1845, declarando o seguinte:

“São tão claras e terminantes as palavras do decreto de 18 de Dezembro de 1844, em que declara que não sejam os anistiados perseguidos ou inquietados judicialmente, ou por outra qualquer maneira, pelos atos que cometeram durante a revolução desta Província, que não me julgo autorizado para deferir o que pede o suplicante”<sup>269</sup>.

<sup>265</sup> VIEIRA, Op. Cit.

<sup>266</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, Op. Cit.

<sup>267</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência de João da Silva Tavares. Fundo Guarda Nacional, Caixa 18, Maço 35. Ver Também SOUZA, Álvaro, Op. Cit.

<sup>268</sup> GAZETA OFFICIAL. Gazeta Oficial do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 07 de agosto de 1847. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749435&PagFis=44&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

<sup>269</sup> Ibidem.

Frente ao intransigente posicionamento de Caxias, o qual por certo desgastara a relação entre os dois, Silva Tavares acionou o Governo Central, o qual, em 18 de junho de 1846, também negou providências ao suplicante<sup>270</sup>, sendo este o motivo pelo qual Silva Tavares encaminhava novamente, em 1847, uma representação ao Governo Central. É bastante possível, portanto, que o desgaste relativo a essas questões tenha motivado o afastamento de Silva Tavares, fosse por sua vontade própria, fosse por determinação de Caxias.

Creemos que esse conjunto de situações tenha reduzido consideravelmente o prestígio que Silva Tavares construía perante as autoridades do Governo Central, a qual certamente teria se refletido em sua relação com indivíduos hierarquicamente inferiores a ele. Tal situação tinha implicações diretas na situação econômica de Silva Tavares, considerando sua intenção de recuperar suas propriedades com o término dos conflitos, as quais, de acordo com José Cypriano Nunes Vieira, teriam sido perdidas durante o decênio farroupilha<sup>271</sup>. De fato, Silva Tavares dissolvera, em 1838, a sociedade através da qual possuía uma charqueada em Pelotas, em virtude desta estar em posse dos Farroupilhas<sup>272</sup>. O mesmo teria acontecido com sua estância em Herval, como demonstra a correspondência trocada, no ano de 1839, entre os farroupilhas João Simplício Ferreira e Domingos José de Almeida, na qual aquele menciona o arrendamento das propriedades de Silva Tavares em Herval<sup>273</sup>. De fato, o arrendamento de terras de legalistas, assim como a apropriação de gados de dissidentes dos farroupilhas, era uma prática da República Rio-grandense, como demonstra Anderson Marcelo Schmitt<sup>274</sup>.

Tal era a situação de João da Silva Tavares ao final do conflito. O prestígio que construía frente às autoridades imperiais aparentemente desgastara-se, como demonstram os despachos emitidos por Caxias a este, no qual o Presidente da Província tomava parte pelos farroupilhas anistiados, os mesmos contra os quais Silva Tavares posicionara-se, angariando, em virtude disso, o prestígio que agora via esvanecer. Ainda em 1846, Silva Tavares tentava colher frutos de seu prestígio com o Governo Imperial: encaminhava à Câmara dos Deputados uma representação na qual suplicava providências frente ao “gravame” em que se

---

<sup>270</sup> GAZETA OFFICIAL, Op. Cit.

<sup>271</sup> VIEIRA, Op. Cit.

<sup>272</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Transmissões e Notas. Rio Grande: 2º Tabelação, Livro 2 a 21 (18.02.1811 – 01.02.1852).

<sup>273</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Volume 8. Porto Alegre: 1984, p. 179.

<sup>274</sup> SCHMITT, Anderson Marcelo. “Não admitindo escusa alguma”: confiscos e recrutamentos na guerra civil rio-grandense (1835 - 1845). Passo Fundo: PPGH/IFCH, 2014. (Dissertação de Mestrado)

encontrava<sup>275</sup>. Até onde nos foi possível averiguar, não houve resposta positiva a tal solicitação. Próximo aos seus 55 anos de idade, Silva Tavares teria que rearticular suas atividades por conta própria. Faria isso através não só de algum prestígio que ainda possuía, mas também apropriando-se da mesma estratégia que seu pai utilizara no início do século XIX: a migração.

## 2.2 MENEAR E MIGRAR NAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO BRASILEIRO (1845 – 1860)

A mobilidade espacial, ao longo dos quase 10 anos de Revolução Farroupilha, foi uma constante na vida de João da Silva Tavares e sua família. Em virtude das movimentações relativas às atividades bélicas, Silva Tavares circulou ativamente entre o norte do atual Uruguai (em especial na região de Cerro Largo) e o sudeste da Província de São Pedro do Rio Grande, principalmente entre as localidades de Rio Grande, Pelotas, Herval e Jaguarão. Essa região, na qual Silva Tavares atuara e construíra seu prestígio no período anterior à Revolução foi, ao longo de todo o conflito, sua principal área de atuação.

Sua família, da mesma forma, era diretamente afetada pelas contingências da guerra. Apesar das dificuldades e das incertezas inerentes ao período, a vida cotidiana da família seguia, como demonstram os nascimentos ocorridos durante esse íterim. Entre 1836 e 1845, Silva Tavares registrou mais seis filhos: na cidade de Herval, batizou Felicíssima, em 1838; em Rio Grande, registrou Maria Cecília, em 1839; Rita, em 1840; Maria Cecília, em 1842; Francisco, em 1844; e José Bonifácio, em 1845. Os três primeiros acima citados faleceram ainda crianças durante o conflito. Como podemos ver, 5 dos filhos de João da Silva Tavares foram registrados em Rio Grande, centro de resistência legalista, no qual a família Silva Tavares passou grande parte do período de guerra, após ter sido retirada para o Estado Oriental e retornado à Província, ainda no início do conflito. É importante lembrar, também, que Joca Tavares, filho mais velho do Coronel Silva Tavares, participou ativamente dos

---

<sup>275</sup> RIO DE JANEIRO - CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS. Jornal “Diário do Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1846. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_01&PagFis=26212&Pesq=%22silva%20tavares%22](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=26212&Pesq=%22silva%20tavares%22)>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

conflitos, atuando muitas vezes ao lado de seu pai<sup>276</sup>, assim como outros aparentados desse mesmo Coronel, conforme demonstramos anteriormente.

Com o findar da Revolução Farroupilha, o então Coronel e Comendador João da Silva Tavares encontrava-se em uma delicada situação econômica, como sugere representação por ele à Câmara dos Deputados em 1846, já anteriormente citada. De acordo com José Cypriano Nunes Vieira, o Coronel teria perdido todas as suas propriedades durante o decênio farroupilha<sup>277</sup>. Como vimos na primeira parte deste capítulo, Silva Tavares dissolvera, em 1838, a sociedade através da qual arrendava uma charqueada em Pelotas. Vimos também que sua propriedade em Herval fora apropriada pelos Farroupilhas durante o período de guerra. Sobre esta, não nos foi possível verificar sua situação no período após o término da Revolução. Essas duas propriedades, entretanto, não seriam as únicas possuídas por Silva Tavares antes do início da Farroupilha.

Como afirmamos acima, o Coronel constantemente movimentou-se entre o Estado Oriental e a Província de São Pedro ao longo da Revolução. Em suas evasões para o Departamento de Cerro Largo, naquele Estado, Silva Tavares teria permanecido na Estância do Taquari, a qual, de acordo com seus biógrafos, era também de sua propriedade<sup>278</sup>. Não nos foi possível localizar quaisquer informações sobre o período no qual João da Silva Tavares adquirira tal propriedade, ou mesmo através de qual expediente o fizera. Os relatos biográficos de Silva Tavares, porém, nos fazem crer que este já possuía a Estância do Taquari antes de 1835, ano da eclosão da Revolução Farroupilha, em cujos últimos meses o então Tenente-Coronel teria se dirigido para suas terras no Estado Oriental<sup>279</sup>. Se nada podemos afirmar acerca de tal propriedade no período anterior ao decênio farrapo, o mesmo não pode ser dito em relação ao momento imediatamente posterior ao término desse conflito: conforme a “Relação das estâncias que os Brasileiros possuem no Estado Oriental na parte correspondente a esta fronteira de Jaguarão”<sup>280</sup>, encaminhada pelo Presidente da Província do Rio Grande ao Governo Imperial em agosto de 1850, João da Silva Tavares ainda estava de posse de suas terras no Taquari. Tal propriedade, descrita nesse mesmo documento como tendo 5 léguas de extensão, portanto, não havia sido perdida por Silva Tavares após o término

---

<sup>276</sup> VIEIRA, Op. Cit.

<sup>277</sup> Id. Ibid.

<sup>278</sup> Ver, por exemplo: SOUZA, Álvaro, Op. Cit. VIEIRA, Op. Cit.

<sup>279</sup> Ver, por exemplo: SOUZA, Álvaro, Op. Cit. VIEIRA, Op. Cit.

<sup>280</sup> “RELAÇÃO das estâncias que os Brasileiros possuem no Estado Oriental na parte correspondente a esta fronteira do Jaguarão”. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/index.html>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

dos conflitos na Província de São Pedro, o que nos leva a crer que seus biógrafos estivessem fazendo referência apenas às suas propriedades localizadas em território pertencente ao Império do Brasil.

No ano de 1847, o Comendador Silva Tavares buscava rearticular suas atividades econômicas, adquirindo junto a Israel Soares de Paiva a estância do Serro Alegre, sendo a escritura de compra registrada em Rio Grande<sup>281</sup>. Além da propriedade de mais de 9 léguas, adquire também 7.000 reses alçadas, parcelando a compra em sete prestações anuais a serem pagas a partir de 1849, ficando a própria estância hipotecada como garantia de pagamento<sup>282</sup>. Essa propriedade, durante o período Farroupilha, foi apropriada e arrendada pelo Governo Republicano Farrapo, em virtude de pertencer a indivíduos “dissidentes” aos Farroupilhas. Em novembro de 1838, Cândida Olinda de Freitas acionava a Presidência da República Rio-grandense, discorrendo sobre a situação da propriedade de Serro Alegre: sendo esta pertencente ao esposo de Cândida, José Antônio de Freitas, em sociedade com Israel Soares de Paiva e seu irmão Antônio Soares de Paiva, seria arrendada, frente ao falecimento de José Antônio, de acordo com a já mencionada prática dos Farrapos de arrendar propriedades de legalistas<sup>283</sup>. O arrendamento, porém, diria respeito apenas à parcela referente aos irmãos Soares de Paiva, considerando sua ligação com o Governo Imperial. Nesse sentido, Cândida Olinda solicitou ao Governo Republicano que tivesse preferência em tal negócio, ao que foi atendida<sup>284</sup>. Ao que parece, essa sociedade foi dissolvida com o fim da Revolução Farroupilha, considerando que na escritura de venda da propriedade a Silva Tavares consta apenas Israel Soares de Paiva como sendo seu proprietário<sup>285</sup>.

Tendo em vista a compra efetuada a crédito, cremos que tal negócio possa ter sido viabilizado através de uma proximidade existente entre Silva Tavares e os irmãos Soares de Paiva, a qual pode ter sido cultivada ao longo do período Farroupilha, tendo em vista o posicionamento em comum que esses indivíduos tomaram frente à Revolução. Ao realizar esse negócio, portanto, Silva Tavares provavelmente acionara não só suas relações

---

<sup>281</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Transmissões e Notas. Rio Grande: 2º Tabelionato, Livro 2 a 21 (18.02.1811 – 01.02.1852). Agradecemos a Gabriel Santos Berute pelas informações sobre a documentação referida, por ele gentilmente cedidas.

<sup>282</sup> VIEIRA, Op. Cit.

<sup>283</sup> SCHMITT, Op. Cit.

<sup>284</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Volume 9. Porto Alegre, 1985, pp. 99-101.

<sup>285</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Transmissões e Notas. Rio Grande: 2º Tabelionato, Livro 2 a 21 (18.02.1811 – 01.02.1852). Agradecemos a Gabriel Santos Berute pelas informações sobre a documentação referida, por ele gentilmente cedidas.

construídas ao longo do período Farroupilha ou antes dele, mas também o restante do prestígio que construíra para si através de sua dedicação ao Estado Imperial Brasileiro. Para além disso, seria através da compra dessa estância que João da Silva Tavares reestabeleceria suas atividades econômicas através na produção pecuária.

A compra da Estância do Serro Alegre, portanto, levaria o Coronel Silva Tavares a migrar com sua família para Bagé, localidade na qual a propriedade se situava. Conforme consta na escritura de compra e venda, João da Silva Tavares residia em Rio Grande quando da realização desse negócio, tendo sido tal compra registrada nessa mesma cidade. Apesar da compra da propriedade, entretanto, a família aparentemente não se muda de imediato para Bagé: por mais que nossos dados sejam insuficientes para afirmar tal proposição, é significativo o fato de sua filha Felicíssima ser batizada em 1848 na cidade de Rio Grande e ter seu óbito registrado no mesmo ano na cidade de Pelotas<sup>286</sup>, algo que pode estar demonstrando a circulação da família nesse momento.

Em meados da década de 1850, porém, a família já se encontrava instalada em Bagé, como demonstra o Livro de Registro de Marcas de Gado daquela localidade: em 3 de outubro de 1855, o “Coronel João da Silva Tavares, morador no 2º distrito desta Vila”, registrava o símbolo destinado à marcação do gado de sua propriedade. Na mesma data, o mesmo fizeram seus filhos João Nunes (Joca Tavares), Joaquim e José Facundo, tendo sido todos descritos enquanto moradores do mesmo 2º distrito<sup>287</sup> e, dessa forma, confirmando a migração de Silva Tavares e sua família para Bagé. Nesse mesmo período, os membros da família Silva Tavares passam a comparecer à pia batismal naquela localidade de maneira reiterada, o que corrobora nossa afirmação acerca da efetiva mudança dessa família para a Vila de Bagé, assim como seu enraizamento naquela localidade. Como alguns trabalhos recentes têm demonstrado, os assentos batismais podem ser também bastante úteis, na ausência de fontes como registros de entrada e saída de moradores ou mesmo listas de fogos, para a visualização de movimentos migratórios<sup>288</sup>.

---

<sup>286</sup> VIEIRA, Op. Cit.

<sup>287</sup> MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA. Livro Número 1 de Registro de Registro das Marcas do Município de Bagé (1849 - 1885). Coleção Jorge Reis, livro número 326.

<sup>288</sup> MATHEUS, Marcelo. OLIVEIRA, Leandro Rosa de. Das migrações para a fronteira (BAGÉ, c.1830-c.1860). In: História, Verdade e Ética: anais / XII Encontro Estadual de História de 11 a 14 de agosto de 2014 / Organizadores: José Carlos da Silva Cardozo; Jonathan Fachini da Silva; Denize Terezinha Leal Freitas. - Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014. FARINATTI, Luis Augusto. Territórios sobrepostos: as migrações na constituição de uma sociedade de fronteira (paróquia de Alegrete, 1821-1844). Anais do Seminário Internacional ‘Migrações: mobilidade social e espacial’. São Leopoldo: Unisinos, 2010a. FARINATTI, Luís Augusto. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-

A migração dos Silva Tavares para Bagé se insere em um movimento migratório que caracteriza a formação dessa localidade. Em trabalho anterior, realizado em conjunto com Marcelo Matheus, pudemos demonstrar, através da análise dos registros de batismo da Capela de São Sebastião de Bagé, a variedade de origens dos indivíduos que se faziam presentes à pia batismal naquele local, ilustrando o quão relevante foram as migrações para a composição social daquela localidade<sup>289</sup>. Ao mesmo tempo, demonstramos a relevância das migrações “internas” em tal processo ou, melhor dizendo, da migração de indivíduos oriundos de localidades do atual Rio Grande do Sul para a Capela de São Sebastião de Bagé. Tal característica já havia sido evidenciada anteriormente por Luís Augusto Farinatti em trabalhos elaborados através dos registros de batismo da Capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete<sup>290</sup>.

No primeiro capítulo deste trabalho pudemos observar essa mesma característica através da análise da lista de criadores com marca de gado registrada ao sul do rio Piratini, datada de 1807<sup>291</sup>, na qual estava presente José da Silva Tavares, pai de João da Silva Tavares. Nessa região, conforme também afirmamos naquele capítulo, surgiriam as localidades de Arroio Grande, Jaguarão e Herval, tendo a família de Silva Tavares se estabelecido nesta última. A partir dos dados percentuais relativos à origem dos indivíduos presentes naquela lista, poderíamos sugerir que essas localidades compartilharam da mesma característica observada para as localidades de Alegrete e Bagé, no que diz respeito à relevância das migrações “internas”<sup>292</sup> para sua formação. Essa hipótese poderia ser testada através da aplicação da mesma metodologia utilizada para a análise das localidades de Bagé e Alegrete, ou seja, através dos registros de batismo daqueles locais ou, pelo menos, dos referentes à Herval, considerando a fixação de Silva Tavares e seus familiares nessa povoação. Tal tarefa, entretanto, não nos foi possível de realizar, não só pelo fato de não termos conseguido acessar tais registros, mas também em virtude do tempo que seria necessário para o devido fichamento de tais fontes, algo que ficaria além das possibilidades deste trabalho.

---

1844). In: SCOTT, Ana Sílvia et al. (Orgs). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2014. LACK, Katherine Joan. *Family Dispersal in Rural England: Herefordshire, 1700-1871*. Birmingham: School of History and Cultures – The University of Birmingham, 2012 (Tese de Doutorado).

<sup>289</sup> MATHEUS; OLIVEIRA, Op. Cit.

<sup>290</sup> FARINATTI, Luis Augusto. Op. Cit., 2010a. FARINATTI, Op. Cit., 2014.

<sup>291</sup> FRANCO, Op. Cit.

<sup>292</sup> Reiteramos que o termo aqui é utilizado, conforme já afirmamos, tomando-se por base o território atual do Rio Grande do Sul.

Apesar disso, buscamos uma alternativa para tais dados, no intuito de efetuar uma comparação, mesmo que de maneira aproximada, entre a localidade na qual Silva Tavares formou seu próprio núcleo familiar e viveu até o início da Revolução Farroupilha e aquela para onde ele se dirigiria, juntamente com essa mesma família, após o término do conflito. Isso não foi possível, principalmente, a partir das documentações provenientes do processo de requerimento de autorização para a edificação de uma capela em Herval e de sua posterior elevação à freguesia, nas quais Silva Tavares se faz presente. Esses documentos são a subscrição anexa ao requerimento para erguer capela, do início da década de 1820, e o "Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, e Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas"<sup>293</sup>, solicitado pela Coroa em virtude do andamento do processo acima citado e elaborado no ano de 1824.

Com a intenção de averiguar a origem dos indivíduos presentes nessa documentação, elaboramos uma única listagem dessas pessoas, a partir do cruzamento das listas nominais da subscrição e do "Mapa", a qual totalizou 243 indivíduos. Frente à impossibilidade de acessar os registros paroquiais referentes a Herval, cruzamos esses dados com os registros paroquiais da vila do Rio Grande, utilizando a mesma metodologia para a visualização da origem dos indivíduos aplicada anteriormente à lista de criadores de 1807. Em virtude disso, conseguimos designar tal dado para apenas 62 (25,5%) daqueles incluídos na listagem total. Cremos que essa amostragem, apesar de reduzida, nos permite realizar uma aproximação com o que seriam os percentuais de procedência para aquela localidade. Além disso, nos foi possível utilizar dados relativos aos registros de batismo efetuados em Jaguarão, localidade que também surgira na região ao sul do rio Piratini, conforme já afirmamos. Tais dados, os quais também permitem uma aproximação com o perfil encontrado para aquela região na qual Herval também estava inserida, foram coletados no livro "Origens de Jaguarão", de Sérgio da Costa Franco. Acrescentando os dados obtidos por Luís Augusto Farinatti para Alegrete, estabelecemos uma comparação entre algumas das localidades formadas a partir da ocupação efetiva da parcela meridional do atual estado do Rio Grande do Sul, ocorrida a partir do início do século XIX. Apresentamos os dados referentes a essas localidades no quadro abaixo:

---

<sup>293</sup> ARQUIVO NACIONAL. "Mesa de Consciência e Ordens", Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – "Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas". Agradecemos a Marcelo Santos Matheus pela gentil disponibilização da documentação referida.

	Alegrete <sup>294</sup>		Bagé <sup>295</sup>	Herval <sup>296</sup>	Jaguarão <sup>297</sup>
	1816-1827	1828-1835	1829-1835	Década de 1820	1814-1826
<b>Rio Grande do Sul</b>	29%	37%	61,4%	62,9%	73,7%
<b>Missões</b>	46%	28%	1,6%	0	0,1%
<b>Brasil</b>	12%	18%	14%	12,9%	6,7%
<b>Europa</b>	7%	8%	14%	21%	8,2%
<b>Região Platina</b>	5%	8%	7%	3,2%	11,3%
<b>África</b>	1%	1%	2%	0	0
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Ver especificações relativas a cada localidade nas notas de rodapé.

#### Quadro 4: Percentuais gerais de procedência – Alegrete, Bagé, Herval e Jaguarão.

Os percentuais acima demonstram a presença majoritária de indivíduos oriundos de áreas referentes ao atual Estado do Rio Grande do Sul para as localidades em questão. No que diz respeito à Herval e Jaguarão, é interessante observar que suas porcentagens nesse quesito mantêm um padrão similar aos 52,6% encontrados para a lista de 1807, o qual, apesar de inferior, não deixa de ser majoritário. Para Alegrete, se faz necessário destacar o percentual majoritário de indivíduos oriundos das Missões para o primeiro período demonstrado na tabela, explicado pelo fato de aquela localidade ter sido erguida em uma parcela dos antigos territórios missioneiros<sup>298</sup>. A população oriunda de localidades do atual estado do Rio Grande do Sul, naquela localidade, além de apresentar percentual superior às outras origens no primeiro período, tende a se tornar majoritária ao longo do tempo, como demonstra o percentual relativo ao período entre 1828 e 1835. É curioso observar, ainda sobre a categoria Rio Grande do Sul, que os percentuais relativos às localidades de Herval e Bagé, nas quais João da Silva Tavares viveu, são praticamente iguais nesse primeiro momento, o que pode ser decorrente da relativa proximidade entre essas duas Capelas, caso consideremos a distância de Bagé para Alegrete e Jaguarão, por exemplo.

<sup>294</sup> Dados percentuais aproximados relativos aos indivíduos do sexo masculino que batizaram seus filhos nessa localidade durante o período especificado. Obtidos em: FARINATTI, Op. Cit., 2014.

<sup>295</sup> Dados percentuais relativos aos indivíduos do sexo masculino que batizaram seus filhos nessa localidade durante o período especificado. Obtidos em: MATHEUS; OLIVEIRA, Op. Cit.

<sup>296</sup> Informações obtidas em: Brasil. Rio Grande do Sul. Registros da Igreja Católica. Livros número 6, 7, 8 e 10 de Batismos da Igreja de São Pedro de Rio Grande. Disponíveis em: < <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-148633556259?cc=2177295&wc=M78XPWP:371564301,371567402,371610201#uri=https%3A%2F%2Ffamilysearch.org%2Frecapi%2Fsord%2Fwaypoint%2FM78X3NR%3A371568201%2C371568202%3Fcc%3D2177295>>. Acesso em 11 de agosto de 2015. FRANCO, Op. Cit. Agradecemos à Rachel Marques pelas informações gentilmente cedidas, muitas das quais foram também utilizadas para a composição deste quadro.

<sup>297</sup> Percentuais obtidos através da quantificação de dados gerais de indivíduos de ambos os sexos que registraram seus filhos nessa localidade durante o período especificado. Obtidos em: FRANCO, Op. Cit.

<sup>298</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2014.

Para além disso, os percentuais apresentados para as localidades de Bagé, Herval e Jaguarão vão ao encontro da hipótese sugerida por Luís Augusto Farinatti em sua análise acerca da capela de Alegrete. Conforme demonstra o autor, a “onda populacional” que participara da conquista e ocupação daquele território teria sido composta, majoritariamente, por indivíduos nascidos no Rio Grande de São Pedro<sup>299</sup>. cremos, portanto, que a partir da comparação dos dados apresentados seja possível sugerir a validade dessa proposição para as outras localidades aqui analisadas, conforme já havíamos sugerido em relação à Bagé<sup>300</sup>. É interessante destacar, portanto, que João da Silva Tavares e sua família estiveram inseridos em um mesmo movimento migratório que caracterizou a formação dessas localidades ao longo das primeiras décadas do século XIX.

Frente a isso, passamos à comparação dos dados relativos a essas quatro localidades, considerando apenas os percentuais referentes à parcela oriunda de regiões pertencentes ao atual estado do Rio Grande do Sul. Objetivamos, dessa forma, visualizar as nuances relativas a esses percentuais, com o intuito de melhor compreender as características desse movimento específico do qual Silva Tavares e sua família fizeram parte. Antes disso, entretanto, fazem-se necessárias algumas explicações. Em trabalho anterior, realizado juntamente com Marcelo Matheus, utilizamos a tipologia geral estabelecida por Luís Augusto Farinatti em seu trabalho sobre Alegrete<sup>301</sup>, a partir da qual efetuamos a divisão presente no quadro acima, relativo às quatro localidades aqui analisadas. No que diz respeito às subcategorias do quesito “Rio Grande do Sul”, porém, efetuamos algumas alterações, considerando principalmente os dados relativos aos registros de Bagé ao longo de todo o período analisado (1829 a 1860), ficando tais subcategorias divididas pelas seguintes áreas:

- “Rio Pardo”: região central da Província, englobando as localidades de Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada;
  - “Jacuí”: localidades de Triunfo, Santo Amaro, Camaquã e Taquari;
  - “Capital”: Porto Alegre e Viamão;
  - “Piratini”: Piratini, Canguçu, Jaguarão, Serrito e Herval;
  - “Porto-Charqueadora”: Rio Grande, Pelotas, Estreito, Mostardas e Povo Novo<sup>302</sup>;
- Além disso, a categoria “Missões” foi considerada, naquele trabalho, enquanto uma das áreas da categoria “Rio Grande do Sul”, em virtude da reduzida quantidade de indivíduos oriundos

<sup>299</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2014.

<sup>300</sup> MATHEUS, OLIVEIRA, Op. Cit.

<sup>301</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010a.

<sup>302</sup> As três primeiras “regiões” foram elaboradas por Luís Augusto Farinatti. Ver: FARINATTI, Op. Cit., 2010a.

daquela região presentes nos batismos de Bagé, conforme pode ser também verificado no quadro acima, no que diz respeito ao primeiro período de análise.

Para a elaboração deste trabalho, entretanto, efetuamos outras alterações a essas subcategorias, em especial no que diz respeito à área “Piratini”, na qual as localidades de Herval e Jaguarão encontravam-se inseridas, uma vez que tais áreas foram pensadas, conforme já afirmamos, apenas para que se fosse realizada a análise dos dados relativos à Bagé. Considerando isso, estabelecemos uma nova sugestão para essas subcategorias, as quais ficaram divididas de acordo com as seguintes áreas de afluxo migratório:

- “Capital”: Porto Alegre, Viamão, Santo Antônio da Patrulha;
- “Jacuí”: Triunfo, Santo Amaro, Camaquã e Taquari;
- “Piratini”: Piratini, Canguçu;
- “Porto-Charqueadora”: Rio Grande, Pelotas, Estreito, Mostardas, Povo Novo;
- “Rio Pardo”: Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada;
- “Missões”;

Além disso, acrescentamos a subcategoria “Novas Áreas”, na qual incluímos as localidades formadas a partir do fluxo migratório oriundo das subcategorias acima descritas. Para este trabalho, consideramos enquanto integrantes das “Novas Áreas” as localidades de Alegrete, Bagé, Herval, Jaguarão, Santana do Livramento e São Gabriel.

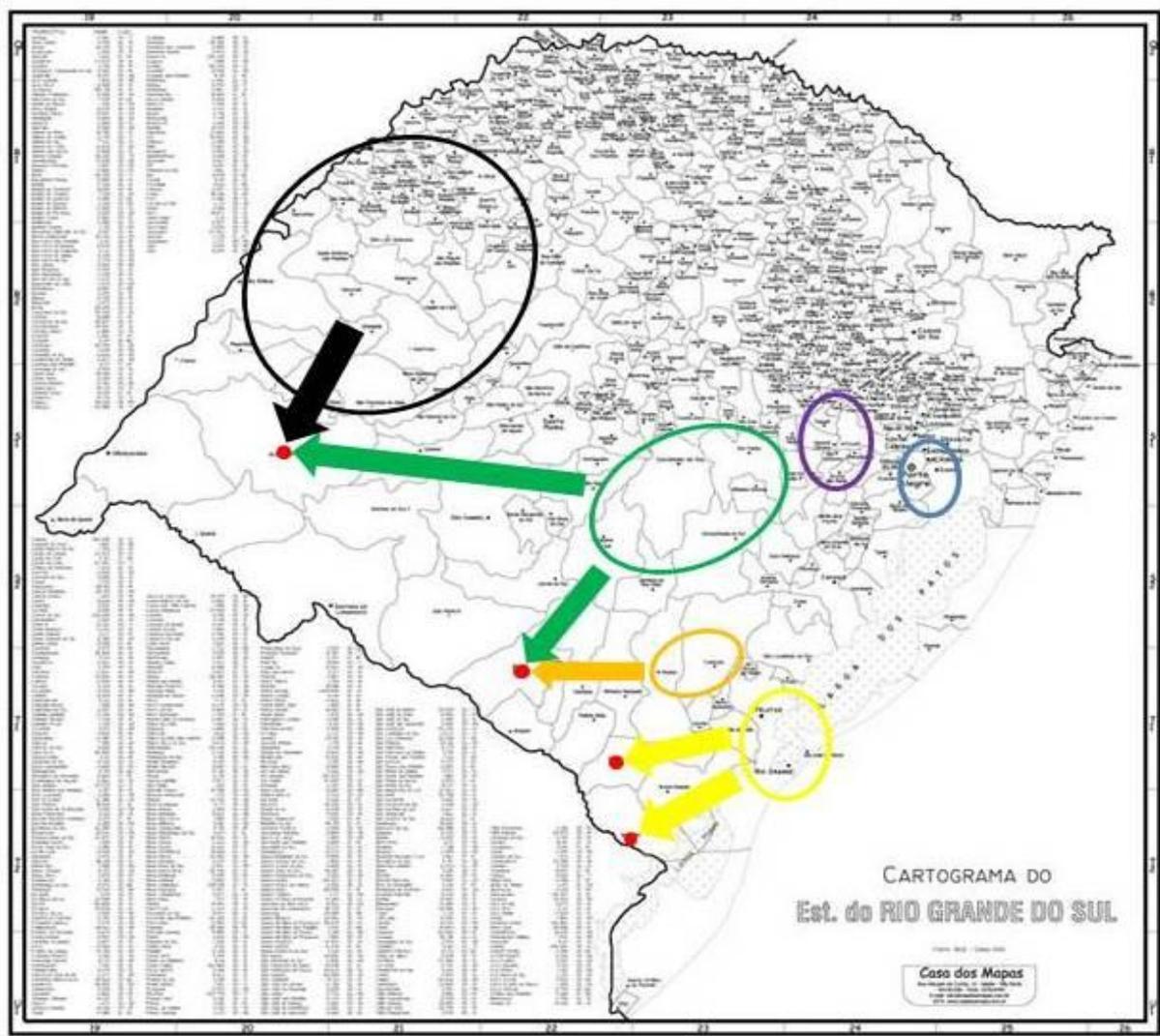
Tendo por base as subcategorias acima descritas, verificamos nas localidades aqui analisadas as áreas mais representativas de afluxo migratório para cada uma delas. As localidades de Herval e Jaguarão apresentam percentuais majoritários (80% e 93%, respectivamente) para indivíduos oriundos da área “Porto-Charqueadora”, seguindo a tendência verificada para a região na qual estavam localizadas em 1807, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho. Para Alegrete, o percentual majoritário é relativo a pessoas advindas da área “Rio Pardo” (52 a 55% entre 1816 e 1844)<sup>303</sup>. Bagé, por sua vez, apresenta uma maioria de indivíduos oriundos igualmente de “Rio Pardo” (39,1%), tendo a área “Piratini” um percentual também significativo para essa localidade (30,4%). É importante frisar que, para este primeiro período, nenhuma<sup>304</sup> das quatro localidades apresentou indivíduos nascidos nas localidades das “Novas Áreas”. Os dados apresentados, cruzados com

<sup>303</sup> Exclusivamente para essa localidade não incluímos a área “Missões” no cálculo relativo à categoria “Rio Grande do Sul”, em virtude dos percentuais apresentados por tal área para Alegrete.

<sup>304</sup> Devemos deixar claro, entretanto, que foi encontrado um único indivíduo de Bagé nos dados relativos a Alegrete, algo que consideramos irrisório para os percentuais. Apesar disso, cremos que tal ocorrência excepcional não invalide nossa afirmação.

uma sugestão cartográfica presente em trabalho anterior<sup>305</sup>, nos permitiram elaborar uma nova sugestão para as principais rotas de fluxo migratório que compuseram a ocupação inicial das capelas aqui analisadas, a qual representamos no mapa a seguir:

**Mapa 1: Principais rotas de fluxo migratório para as capelas de Alegrete, Bagé, Herval e Jaguarão (Primeira metade do século XIX)<sup>306</sup>**



Fonte: <http://www.casadosmapas.com.br/imagem/cartogramas/rs.jpg> (adaptado).

Como se pode ver, as áreas que fornecem mais indivíduos para as novas localidades são aquelas limítrofes às regiões ocupadas pelas novas localidades, algo que corrobora a

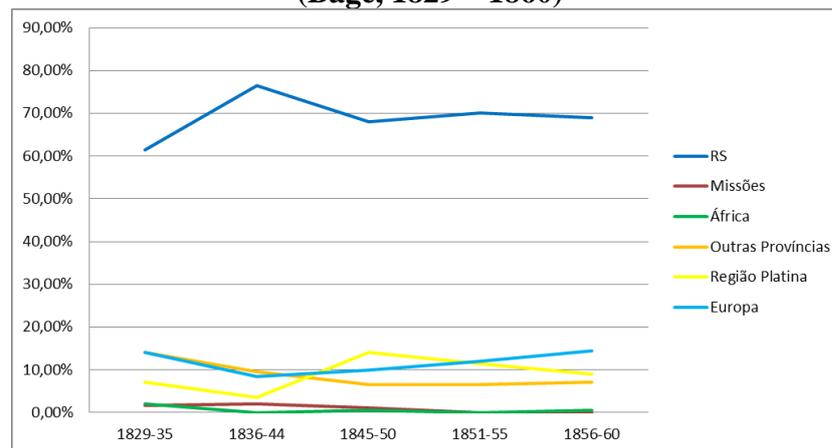
<sup>305</sup> MATHEUS; OLIVEIRA, Op. Cit.

<sup>306</sup> As áreas em destaque no mapa são representações aproximadas das principais “regiões” de afluxo migratório anteriormente descritas neste trabalho. Para destaca-las, utilizamos as seguintes cores: preto para “Missões” (estando representada aqui apenas a área aproximada dos Povos localizados na margem oriental do rio Uruguai); verde para “Rio Pardo”; roxo para “Jacuí”; azul para “Capital”, laranja para “Piratini”; e, por fim, amarelo para “Porto-charqueadora”. Os pontos vermelhos representam as localidades analisadas, quais sejam, da esquerda para a direita: Alegrete, Bagé, Herval e Jaguarão.

hipótese elaborada também por Luís Augusto Farinatti, a partir de sua análise sobre os fluxos migratórios para Alegrete<sup>307</sup>. Para as outras localidades aqui analisadas, observa-se essa mesma tendência, tendo sido tais povoações alimentadas por fluxos migratórios advindos, em sua maioria, de ao menos uma de suas áreas limítrofes, algo que pode estar demonstrando uma característica do processo de ocupação da metade sul do atual Rio Grande do Sul durante as primeiras décadas do século XIX, qual seja, o avanço para áreas imediatamente contíguas às regiões de ocupação mais antiga. Como pudemos ver, os pais de João da Silva Tavares seguiram essa tendência nos primeiros anos do Oitocentos, assim como outros inúmeros indivíduos que se deslocaram de Rio Grande (ou da área “Porto-Charqueadora” como um todo) para a região ao sul do rio Piratini.

Conforme afirmamos anteriormente, João da Silva Tavares circulou ativamente entre a área “Porto-Charqueadora” e uma parcela das “Novas áreas” ao longo da Revolução Farroupilha. Com o findar do conflito, Silva Tavares e sua família migraram para Bagé, em virtude da aquisição da Estância de Serro Alegre naquela localidade, na qual o então Coronel restabeleceu seus negócios através da produção pecuária. Com o intuito de melhor compreender o contexto no qual o movimento migratório dessa família ocorre, analisaremos a seguir os dados relativos à procedência dos indivíduos que compareceram à pia batismal na capela de São Sebastião de Bagé, os quais encontram-se expressos no gráfico abaixo:

**Gráfico 1: Variação temporal dos percentuais gerais de procedência (Bagé, 1829 – 1860)**



Fonte: Arquivo da Diocese de Bagé. Registros de Batismo da Igreja de Bagé. Livros 1, 2, 3 e 4B.

Como se pode ver, a tendência percentual majoritária das migrações “internas” apresentada pelas localidades analisadas anteriormente neste trabalho se corrobora, ao longo das décadas de 1830, 1840 e 1850, para a Vila de Bagé, apresentando um aumento percentual

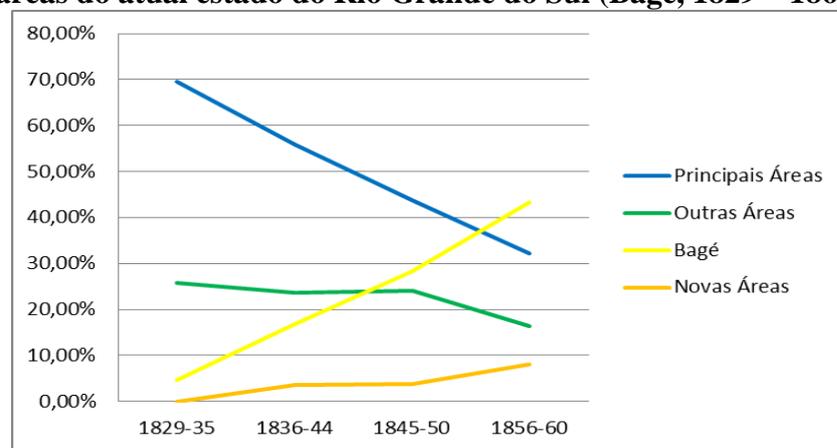
<sup>307</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2014.

durante o período Farroupilha, mas tendendo a estabilizar nos períodos posteriores. Para uma melhor visualização de como é composta essa população natural da Província de São Pedro do Rio Grande que se encontrava em Bagé no período em questão, distribuimos esses dados seguindo a mesma periodização acima apresentada. Dividimos tais dados, porém, de acordo com as seguintes categorias:

- “Principais Áreas”: percentuais referentes aos indivíduos oriundos das áreas que apresentaram afluxo migratório majoritário para Bagé durante o período entre 1829 e 1835 (“Rio Pardo” e “Piratini”);
- “Outras Áreas”: percentuais relativos às demais áreas de afluxo migratório (“Capital”, “Jacuí”, “Porto-Charqueadora” e “Missões”);
- “Novas Áreas”: porcentagem referente àqueles oriundos das localidades surgidas a partir do afluxo migratório aqui visualizado, conforme descrito anteriormente, com exceção de Bagé (Alegrete, Herval, Jaguarão, Santana do Livramento e São Gabriel);
- “Bagé”: percentual de indivíduos nascidos na localidade analisada.

Dispomos tais porcentagens no gráfico abaixo:

**Gráfico 2: Variação temporal dos percentuais de procedência de indivíduos oriundos de áreas do atual estado do Rio Grande do Sul (Bagé, 1829 – 1860)**



Fonte: Arquivo da Diocese de Bagé. Registros de Batismo da Igreja de Bagé. Livros 1, 2, 3 e 4B.

Com a nova divisão dos percentuais, torna-se possível visualizar não só o peso dos indivíduos oriundos das áreas mais antigas de afluxo para Bagé, ao longo do tempo, mas também os dados relativos a indivíduos oriundos de localidades formadas a partir do afluxo migratório ocorrido principalmente durante as três primeiras décadas do século XIX, quais sejam, aqueles procedentes das “Novas áreas”, cujos percentuais encontravam-se difusos nas subcategorias utilizadas anteriormente em nossos trabalhos. Além disso, é possível visualizar, através do crescente percentual da categoria “Bagé”, o enraizamento da população naquela

localidade, como não poderia deixar de ser, haja vista o período decorrido desde a fundação daquela povoação<sup>308</sup>. Um outro ponto evidenciado pelo gráfico diz respeito à categoria “Outras Áreas”: como podemos observar pelos dados percentuais, a migração oriunda de áreas que não fossem diretamente adjacentes aos territórios ocupados, apesar de efetuada em menor escala, era também uma possibilidade visualizável. Como a área “Porto-charqueadora” encontra-se dentre as “Outras Áreas” de migração para Bagé, podemos sugerir que os pais de João da Silva Tavares, tendo realizado sua migração para Herval a partir de Rio Grande, podem ter visualizado também a opção de dirigirem-se a áreas mais distantes, apesar de terem optado por efetuar a migração conforme a tendência majoritária.

É interessante observar, aliás, o decréscimo dos percentuais de indivíduos com origens nas áreas mais antigas de afluxo migratório, visualizável para Bagé ao longo do tempo. Tal diminuição é mais acentuada para aqueles oriundos das “Principais Áreas” de afluxo migratório, a qual é inversamente proporcional ao percentual de indivíduos nascidos na localidade de Bagé. Essa relação pode estar corroborando algo já assinalado por Luís Augusto Farinatti em suas análises sobre Alegrete. Segundo esse autor, “é possível mesmo que alguns dos genitores que compareceram à pia batismal dizendo-se naturais de Rio Pardo fossem nascidos nas terras recém-conquistadas, onde ainda não havia capela, e tivessem sido batizados em Rio Pardo”<sup>309</sup>. Conforme já afirmamos, essa mesma sentença pode ser válida também para Bagé, acrescentando, entretanto, a localidade de Piratini para esse caso específico<sup>310</sup>.

Além disso, chama também a atenção o aumento percentual, ao longo do tempo, de indivíduos procedentes das “Novas Áreas”. Apesar de pouco significativo, esse percentual demonstra a circulação de indivíduos nessa área de ocupação mais recente, a qual pode ser percebida, na Capela de São Sebastião de Bagé, a partir do período relativo à Revolução Farroupilha. Um movimento parecido, é importante ressaltar, também pode ser percebido na Vila de Alegrete<sup>311</sup>. Muitos desses casos podiam dizer respeito à indivíduos que estivessem apenas de passagem por essas localidades, ou provisoriamente nelas instalados, em virtude das circunstâncias da guerra, ainda mais caso consideremos que a parcela meridional da Província de São Pedro foi a mais afetada pelos combates. O caso de João da Silva Tavares é

---

<sup>308</sup> Esse mesmo processo de enraizamento foi também visualizado na Capela de Alegrete por Luís Augusto Farinatti, em seu trabalho sobre aquela localidade. FARINATTI, Op. Cit., 2014.

<sup>309</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2014.

<sup>310</sup> MATHEUS; OLIVEIRA, Op. Cit.

<sup>311</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2014.

significativo nesse sentido, considerando que este batizou alguns de seus filhos em Rio Grande durante a Revolução Farroupilha, local onde sua família residia provisoriamente, em virtude do andamento dos conflitos.

Mesmo após a pacificação da Província, esses percentuais seguem aumentando ao longo do tempo, algo que pode estar demonstrando uma nova tendência conjuntural de migração para aquela área, caracterizada pela circulação de indivíduos dentro dessa área de ocupação mais recente. A migração de João da Silva Tavares e seus familiares, nesse sentido, insere-se nessa nova conjuntura do movimento migratório para Bagé. De acordo com os assentos de batismo, para o caso dos indivíduos oriundos de Herval, a grande maioria dos migrantes dessa localidade registra seus filhos apenas ao longo da década de 1850, o que reforça nossa sugestão. Os poucos indivíduos naturais de Herval que compareceram à pia batismal em Bagé durante o período Farroupilha permaneciam, ao longo dos anos 1850, não só registrando seus filhos naquela localidade, como também apadrinhando recém-nascidos, sugerindo que a ocorrência de casos diversos à permanência provisória da família Silva Tavares em Rio Grande era também um dos inúmeros casos possíveis naquele contexto.

O aumento desses percentuais em Bagé nos períodos posteriores à Revolução Farroupilha, portanto, pode estar demonstrando não só a fixação de alguns desses indivíduos que teriam se deslocado em decorrência do conflito, mas também uma nova fase do processo migratório que caracterizou a formação daquelas localidades, ocorrido em virtude das consequências socioeconômicas de quase dez anos de conflitos bélicos internos. Eurico Jacinto Salis, em sua “História de Bagé, afirma que “grande foi a afluência de gente” que se mudara para Bagé após o apaziguamento da província, algo que teria levado inclusive o então Presidente da Província, Manuel Antônio Galvão, a autorizar a concessão de terrenos devolutos a quem desejasse edificar na localidade<sup>312</sup>. O caso de Silva Tavares e seus familiares compõe esse grande afluxo, pois essa família, após ter se deslocado provisoriamente de Herval para Rio Grande ao longo da Revolução Farroupilha, migra para Bagé em um momento posterior ao término do conflito, em virtude do estabelecimento agrário adquirido pelo Coronel Silva Tavares, através do qual este restabelecia-se na produção pecuária, atividade econômica por ele exercida antes da Revolução Farroupilha. Considerando esse caso específico, cremos que seja possível afirmar que muitas dessas migrações referentes

---

<sup>312</sup> SALIS, Eurico Jacinto. História de Bagé. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1955, p. 78.

a essa nova tendência tenham sido motivadas por razões semelhantes às aquelas que teriam levado Silva Tavares e seus familiares a migrar para Bagé.

Partindo do caso específico de João da Silva Tavares, é importante tomar em conta alguns aspectos, no que diz respeito a algumas limitações referentes à metodologia aqui utilizada. Como sabemos, apesar de ter permanecido boa parte de sua vida em Herval, Silva Tavares nascera em Rio Grande. A detecção de sua migração só foi possível, nesse caso, tendo em vista o fato de já conhecermos seu local de residência anterior, o qual era distinto do seu local de nascimento. Caso considerássemos João da Silva Tavares entre os milhares de casos analisados através dos registros batismais da Capela de Bagé<sup>313</sup>, este seria computado enquanto um dos indivíduos oriundos da área “Porto-Charqueadora”, na qual incluímos Rio Grande através da classificação por nós utilizada. Ou seja: sua migração não seria visualizada como parte da nova conjuntura de migrações oriundas das “Novas Áreas”, mas sim enquanto integrante daquelas relativas às áreas de ocupação mais antiga, nas quais Silva Tavares esteve presente em virtude da migração de seus pais de Rio Grande para Herval. Essa observação, porém, implica também na possibilidade de que outros indivíduos listados como presentes em Bagé através desses mesmos registros paroquiais tivessem realizado uma trajetória similar à de Silva Tavares, tendo nascido em áreas de ocupação mais antiga, migrado para as “Novas Áreas” e, em um segundo momento, efetuado nova migração dentro dessas mesmas áreas de ocupação mais recente, algo praticamente impossível de se detectar ao se utilizar os assentos paroquiais de uma única capela.

Uma outra questão diz respeito à aferição da presença dos indivíduos nas localidades através dos registros batismais, para os quais é imprescindível, obviamente, a ocorrência de um nascimento. Ainda levando em consideração o caso de João da Silva Tavares, sua migração não teria sido detectada caso tivéssemos utilizado apenas os registros de batismo como indício para tal movimento, haja vista que Silva Tavares não registrou nenhum filho após sua fixação em Bagé, tendo sido seu último rebento registrado em Rio Grande, como já vimos, no ano de 1847. Mesmo se considerássemos, como indício, seu comparecimento à pia batismal enquanto padrinho, só a visualizaríamos no ano de 1861, em um momento fora do recorte utilizado para a análise efetuada neste capítulo. Ainda assim, não seria possível afirmar a procedência de Silva Tavares, caso não a conhecêssemos, pois não era uma prática dos párocos assinalar essa informação para os padrinhos. Mesmo para os pais essa

---

<sup>313</sup> Mais especificamente, 8006 registros de batismos analisados para a Capela de Bagé, referentes ao período entre 1829 e 1860.

informação, por vezes, não constava, conforme afirmamos em trabalho anterior, pois essa não era uma obrigação estabelecida para os párocos no que tange ao que deveria constar nos assentos de batismo<sup>314</sup>.

Apesar dessas informações, os registros de batismo são bastante úteis para a visualização de movimentos migratórios quando da ausência de outras fontes que permitam efetuar a aferição de tais movimentos, conforme já afirmamos neste mesmo capítulo. Ademais, acreditamos ter sido possível demonstrar, apesar das limitações expostas, que a migração efetuada por João da Silva Tavares no pós-Farroupilha foi parte constituinte de uma conjuntura na qual as migrações permaneciam ocorrendo para Bagé, por mais que o perfil desses migrantes, no que diz respeito aos seus locais de origem, pudesse estar em modificação, algo que ainda não nos é possível afirmar, mas que torna a migração de Silva Tavares significativa dentro do contexto na qual se insere. Efetuada a migração, Silva Tavares e sua família se estabeleceriam na localidade de Bagé, inserindo-se gradativamente naquela sociedade. Essa inserção traria implicações não só para a situação econômica de João da Silva Tavares, mas também para o seu prestígio pessoal com relação ao Império, o qual seria gradativamente reconstruído. Tais implicações estiveram intimamente inter-relacionadas, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>314</sup> MATHEUS; OLIVEIRA, Op. Cit. Ver também: MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia História*, janeiro de 2004. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/31p13.pdf>> . Acesso em 15 de dezembro de 2015. VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, 2007.

### 3 REERGUER-SE

Neste capítulo, objetivamos analisar a trajetória de João da Silva Tavares durante o período posterior à sua migração para Bagé, nos últimos anos da década de 1840, até seu falecimento, em 1872. Para tanto, dividimos este capítulo em duas partes.

Na primeira parte, buscamos averiguar como teria ocorrido a inserção de Silva Tavares naquela localidade, considerando principalmente suas vinculações políticas e sua atuação, nesse sentido, especialmente no período em que esteve no Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé. Nesse sentido, pretendemos demonstrar o quanto essas vinculações políticas pesaram na inserção social local de João da Silva Tavares, assim como na sua ascensão social. Ao mesmo tempo, procuramos evidenciar as implicações políticas da ocupação dos cargos que Silva Tavares ocupou durante o período. Buscamos também analisar alguns dos aspectos relativos ao caráter militar da ocupação do Comando Superior da Guarda Nacional por Silva Tavares, em especial no período relativo à Guerra do Paraguai.

Na segunda parte, efetuamos dois exercícios no intuito de averiguar o posicionamento de João da Silva Tavares em relação às hierarquias locais da sociedade na qual se inseriu. O primeiro deles diz respeito às hierarquias econômicas de Bagé, as quais procuramos visualizar através de uma análise realizada a partir de inventários *post-mortem*. O segundo deles diz respeito às hierarquias sociais do local, cujas peculiaridades procuramos analisar principalmente a partir dos registros de batismo efetuados em Bagé durante o período em questão.

#### 3.1 TORNAR ÀS VEREDAS DO IMPÉRIO (1845-1872)

A edição de número 1257 do jornal Correio da Tarde, datada de 13 de maio de 1852, trazia, dentre outras notícias, uma sessão de informações sobre a Província de São Pedro do

Rio Grande do Sul<sup>315</sup>. Sendo publicado na Corte, o Correio da Tarde obtinha tais informações através de periódicos publicados em outras províncias, os quais chegavam à Corte através de inúmeras embarcações que atracavam no porto do Rio de Janeiro. Tais informações tratavam-se, portanto, de notas resumidas sobre aquilo que o corpo editorial julgasse mais relevante, como acontecimentos de monta política ou militar, crimes e notas de falecimento. Dentre tais notas, o jornal mencionava o falecimento, na cidade de Pelotas, de Joana Maria da Silva, mãe do Coronel João da Silva Tavares.

Apesar de a nota ser bastante discreta, chama a atenção uma certa naturalidade com que João da Silva Tavares é nela mencionado, sem quaisquer explicações sobre quem ele seria, sua atuação, ou mesmo se sua patente dizia respeito ao Exército ou à Guarda Nacional<sup>316</sup>. Disso pode-se depreender que aquele não era um nome estranho aos leitores do Correio da Tarde, algo que não nos parece ser pouco plausível: como vimos, o nome do Coronel Silva Tavares fora, ao longo dos quase 10 anos de Revolução Farroupilha, constantemente citado nos periódicos que circulavam na Corte, local no qual o Correio da Tarde era publicado.

Por mais que seu nome houvesse sido preterido ao final da Revolução Farroupilha, como vimos no capítulo anterior, a menção ao Coronel Silva Tavares retornara aos jornais da Corte alguns anos após a assinatura do Tratado de Ponche Verde e o fim daquele conflito. Esse retorno, apesar de bastante discreto, ocorrera através de circunstâncias que podem ser sintetizadas através do nome de um artigo presente na mesma edição do Correio da Tarde que anunciara o falecimento da mãe de Silva Tavares: “A nossa política no Rio da Prata”, ou, melhor dizendo, a política do Império Brasileiro em relação aos países platinos e suas implicações bélicas, quais sejam, as Guerras contra Oribe e Rosas, ocorridas entre 1851 e 1852. Esses conflitos foram motivados não só pela política imperial brasileira acima mencionada, mas também pela defesa dos interesses dos brasileiros que residiam ou possuíam propriedades no Uruguai<sup>317</sup>. Silva Tavares, portanto, tinha razões imediatas para envolver-se nessas ações bélicas, uma vez que estava dentre esses proprietários, como vimos no capítulo anterior.

---

<sup>315</sup> RIO GRANDE DO SUL. Jornal “Correio da Tarde”, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1852. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=616028&PagFis=4910&Pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 17 de dezembro de 2015.

<sup>316</sup> É importante observar, porém, que Silva Tavares possuía a patente de Coronel Honorário do Exército, a qual havia recebido durante a Revolução Farroupilha, conforme afirmamos no capítulo anterior deste trabalho.

<sup>317</sup> FERTIG, Op. Cit. Ver também: FARINATTI, Op. Cit., 2010.

De fato, conforme demonstram alguns jornais da época, Silva Tavares tomara parte nesses conflitos, os quais mobilizaram os principais potentados da província, como demonstra uma correspondência publicada no jornal *Correio d'Anúncios*, na qual o autor afirma que

“Todos os nossos chefes deposeram suas antipathias no altar da pátria. Todos se uniram para desafrontar o seu paiz, e as espadas dos valentes Canabarro, Barão de Jacuhy, Netto, Guedes, Silva Tavares, e do veterano Bento Manoel brilharam nas mesmas fileiras”<sup>318</sup>.

Não nos é possível, entretanto, detalhar em quais circunstâncias se deu sua participação, haja vista as poucas informações a isso relativas nas publicações em questão. Além disso, esses foram os únicos indícios encontrados sobre a atuação militar de João da Silva Tavares entre o final da Revolução Farroupilha e a primeira metade da década de 1850, os quais sequer nos permitem afirmar se o Coronel atuou, nesse conflito, pelo Exército ou pela Guarda Nacional.

Durante esse mesmo período, pelo que nos consta, Silva Tavares também não ocupou nenhum cargo nas esferas local ou provincial, seja por eleição ou mesmo indicação. Acreditamos que esse ostracismo tenha sido fruto não só de seu posicionamento radical contra a anistia aos Farroupilhas, conforme demonstramos no capítulo anterior, mas também de sua migração para Bagé, algo que teria dificultado a ocupação, por Silva Tavares, de cargos eletivos naquela localidade, caso consideremos que as eleições locais refletiam o prestígio e as alianças dos habitantes de cada local. O fato de que antigos legalistas tenham “tomado a dianteira na conquista das cadeiras do parlamento provincial<sup>319</sup>” com o término da Revolução Farroupilha reforça nossa hipótese. Por mais que mantivesse um certo prestígio, relativo ao seu posicionamento durante a Revolução Farroupilha, Silva Tavares estaria em condição desigual de disputa eleitoral com indivíduos que, residindo a mais tempo em Bagé, tivessem cultivado seu prestígio dentre os habitantes daquela localidade através de relações sociais anteriormente estabelecidas e das alianças delas advindas. Ao mesmo tempo, há que se considerar também que a nomeação ou indicação para um cargo na esfera local deveria levar em conta as parcialidades e os potentados de cada região<sup>320</sup>, algo que certamente também deve ter pesado contra Silva Tavares após sua migração, ao menos durante os primeiros anos

<sup>318</sup> RIO DE JANEIRO - EXTRACTOS DE FOLHAS DIVERSAS. Jornal “Correio D'Annuncios”, São Luís do Maranhão, 12 de setembro de 1851. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=710695x&pesq=%22silva%20tavares%22>>. Acesso em 17 de dezembro de 2015.

<sup>319</sup> VARGAS, Jonas Moreira. As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: Weber, Beatriz & Ribeiro, José Iran. Nova História de Santa Maria: contribuições recentes. Santa Maria, 2010a, p. 295.

<sup>320</sup> Ao analisar algumas disputas acerca do comando da fronteira de Alegrete em meados do século XIX, Luís Augusto Farinatti argumenta nesse mesmo sentido, afirmando que a “tentativa de modernizar o comando da fronteira, tornando o poder central mais forte naqueles confins, não podia prescindir da ligação com alguma das facções de poder local.” FARINATTI, Op. Cit., 2010, p. 245.

de seu estabelecimento em Bagé. Frente a isso, cremos que Silva Tavares e sua família tenham passado, em virtude desse movimento migratório, por um processo relativamente lento de inserção social no seu novo local de moradia, o qual provavelmente refletiu em sua inserção política, tanto na esfera local quanto na provincial.

Para além da migração e de seu posicionamento com relação à anistia aos Farroupilhas, cremos que a conjuntura política rio-grandense da década de 1850 tenha também influenciado na inserção de João da Silva Tavares. De acordo com Helga Piccolo, no ano de 1852 era formada a Liga, fusão política efetuada entre os líderes dos partidos Liberal e Conservador na província, quais fossem, respectivamente, Israel Rodrigues Barcellos e Pedro Rodrigues Fernandes Chaves<sup>321</sup>. A essa coalizão, ainda segundo Piccolo, “não aderiram todos os membros dos dois partidos políticos”<sup>322</sup>, tendo em virtude disso ocorrido a formação, no mesmo ano, da Contra-Liga, encabeçada por Luís Alves Leite de Oliveira Bello e por Manuel Marques de Souza, Barão de Porto Alegre. A estes também se aliou o então Coronel Manuel Luís Osório<sup>323</sup>.

Em suas primeiras articulações, visando as eleições daquele mesmo ano, o então Barão de Porto Alegre remete-se à Osório para tratar, entre outras questões, da busca por apoio à sua campanha. Na missiva, o Barão diz estar aguardando, em Bagé, por João da Silva Tavares, a quem pretendia arregimentar à sua causa<sup>324</sup>. Em nota de rodapé, entretanto, Fernando Luís Osório, autor da “História do General Osório”, afirma que Manuel Luís Osório já havia “adiantado o serviço”, uma vez que, “conferenciando com Tavares, tinha obtido a sua valiosa cooperação”<sup>325</sup>. De acordo com Fernando Osório, portanto, Silva Tavares teria se aproximado, ao menos nesse momento, à Contra-Liga.

Em seu trabalho sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, entretanto, Jonas Vargas lista Silva Tavares e sua família como Ligueiros<sup>326</sup>. A Liga, como vimos, era chefiada por Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, irmão de Antônio Rodrigues Fernandes Braga, Presidente da Província quando da eclosão da Revolução Farroupilha. Como vimos na primeira parte do capítulo anterior, João da Silva Tavares estava

<sup>321</sup> PICCOLO, Op. Cit., 1974.

<sup>322</sup> Id. Ibid. p. 21. Ver também: VARGAS, Op. Cit., 2010.

<sup>323</sup> OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1894. PICCOLO, Op. Cit., 1974.

<sup>324</sup> Correspondência de Manuel Marques de Souza a Manuel Luís Osório. Transcrita em OSÓRIO, F., Op. Cit., pp. 529-530.

<sup>325</sup> OSÓRIO, F., Op. Cit., p. 530, nota de rodapé número 4.

<sup>326</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010.

ligado a esses indivíduos nos momentos que antecederam a Revolução, o que nos leva a crer que seja bastante plausível que, neste momento, Silva Tavares se associasse novamente aos correligionários de Chaves. Por sua vez, também não seria impossível que Silva Tavares se aliasse, nessa conjuntura, ao então Barão de Porto Alegre, à época Comandante das Armas da Província, e à Manuel Luís Osório, caso consideremos a proximidade de Silva Tavares com esses dois potentados em virtude de seu posicionamento legalista ao longo da Revolução Farroupilha. Essa proximidade era ainda maior no que diz respeito à Osório, o qual por muitas vezes atuou nas mesmas tropas que Silva Tavares ao longo do decênio Farroupilha<sup>327</sup>. Apesar de nossas pesquisas não nos permitirem afirmar com exatidão a qual dessas coalizões João da Silva Tavares esteve vinculado nesse período, cremos que este tenha se posicionado a favor da Liga durante a conjuntura política da década de 1850, conforme pretendemos demonstrar mais adiante neste capítulo. Isso não anula, por certo, a possibilidade de que Silva Tavares tenha apoiado a Contra-Liga em 1852, conforme afirma Pedro Luís Osório, e posteriormente rompido com essa coalizão, passando a apoiar a Liga. De acordo com Jonas Vargas, essas “cisões evidenciavam a enorme frouxidão das alianças políticas da época, assim como das candidaturas e das vinculações partidárias”<sup>328</sup>.

Ocorre que, ainda em 1852, antes mesmo do término das eleições, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu fora nomeado para assumir a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. De acordo com Fernando Luís Osório, a Liga, “que dispunha de maioria na Assembleia Provincial [em 1853], não contando com a sua proteção para os *arranjos* do partido, combatia o seu governo”<sup>329</sup>, posição que colocava a Liga em uma delicada situação política na província<sup>330</sup>. Essa situação culminaria na primeira vitória eleitoral da Contra-Liga, em 1855, ano no qual essa coalizão se consolidou na esfera provincial<sup>331</sup>. A preponderância da Contra-Liga, entretanto, não perduraria por muito tempo, como afirma Jonas Vargas:

---

<sup>327</sup> OSÓRIO, F., Op. Cit.

<sup>328</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010, p. 63.

<sup>329</sup> OSÓRIO, F. Op. Cit., p. 534 Grifos do autor.

<sup>330</sup> Conforme Jonas Vargas, “as relações de cooperação e conflito faziam parte do cotidiano da política e acabavam moldando a administração do executivo provincial e as estratégias das famílias ricas espalhadas pelas paróquias. Sendo assim, os chefes locais necessitavam dos atos presidenciais a seu favor para manterem sua influência local, pois os possíveis problemas com o governo central ou a presidência podiam custar caro a uma facção.” Dessa relação de atrito poderia advir, portanto, o conseqüente enfraquecimento de um partido político, caso consideremos a importância de suas bases locais para sua manutenção no poder e na política provincial do período Imperial. VARGAS, Op. Cit., 2010, p. 229.

<sup>331</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010.

“Quando a hegemonia da facção vencedora parecia estar certa, um acontecimento provocou um forte abalo na situação política provincial. Em 1857, o saquarema Ângelo Muniz da Silva Ferraz assumiu a presidência do Rio Grande do Sul com o objetivo de fortalecer a Liga.<sup>332</sup>”

Esse seria um ano chave na trajetória do Coronel João da Silva Tavares: após 22 anos, era novamente eleito para a Assembleia Provincial, na qual dessa vez tomava posse em 11 de outubro de 1857<sup>333</sup>. Sua eleição, cremos, fora fruto da nova legislação eleitoral, datada de 1855. A Lei dos Círculos, como ficou conhecida, dividiu a província de São Pedro em 6 regiões eleitorais, sendo que cada uma delas seria responsável pela eleição de um Deputado Geral e de um número proporcional de Deputados Provinciais, o qual seria definido pela razão entre o número de cadeiras na Assembleia e o número de círculos de cada província<sup>334</sup>. De acordo com Edson Romário Paniágua, a Lei dos Círculos pretendia, dentre outras coisas, reduzir a influência do governo nas eleições<sup>335</sup>. A eleição de Silva Tavares pode ser interpretada, mesmo que infimamente, enquanto um indício dessa redução, caso consideremos a preponderância da Contra-Liga na província de São Pedro nesse período, partindo do princípio que Silva Tavares estava vinculado à Liga ao longo da década de 1850.

Para além disso, ainda segundo Paniágua, a aplicação dessa legislação fora responsável também pela emergência de lideranças locais à esfera política provincial, os quais teriam sido favorecidos pelo novo sistema, considerando que a sistemática anterior, a qual computava os votos da província como um todo, favorecia aqueles candidatos com maior capacidade de articulação política nessa esfera<sup>336</sup>. Cremos, nesse sentido, que essa conjunção de fatores tenha sido responsável pela eleição de Silva Tavares à Assembleia Provincial. Por mais que seu prestígio tenha sido reduzido, na esfera provincial, ao final da Revolução Farroupilha, Silva Tavares ainda mantivera um certo grau desse prestígio, o qual lhe permitiu que rearticulasse suas atividades econômicas com a compra a prestações da estância em Bagé, como vimos anteriormente. Sua migração para Bagé, por certo, também repercutiu no alcance

<sup>332</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010, p. 60.

<sup>333</sup> AITA, Carmen; AXT, Gunter; Araújo, Vladimir (Org.). Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996.

<sup>334</sup> De acordo com a Lei dos Círculos, seria 30 o número de vagas na Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, as quais, divididas pelos 6 círculos, reservariam 5 cadeiras na Assembleia para cada círculo. Esse número, entretanto, variou durante o curto período de vigência dessa legislação. O número de círculos em cada província, por sua vez, era definido pela quantidade de deputados que cada província tinha direito a eleger para a Câmara. Ver, por exemplo: VARGAS, Op. Cit., 2010. PANIÁGUA, Edson Romário Monteiro. A Construção da Ordem Fronteiriça: Grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha Sul-rio-grandense (1852-1867). São Leopoldo: PPGH/UNISINOS: 2012. (Tese de Doutorado)

<sup>335</sup> PANIÁGUA, Op. Cit.

<sup>336</sup> Id. Ibid. Ver também DOLHNIKOFF, Miriam. Representação na monarquia brasileira. 41 Forum. Almanack Brasiliense nº 09, maio de 2009. Disponível em: <[http://www.almanack.usp.br/PDFS/9/AB-9\\_forum-03.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/9/AB-9_forum-03.pdf)>. Acesso em 04 de janeiro de 2016.

de suas relações sociais, caso consideremos que a mudança de local de atuação traria implícita não só a necessidade de articulação com agentes sociais diversos desse novo local, mas também a de um rearranjo de suas articulações sociais em sua antiga área de atuação. Sua relevância política, apesar de reduzida perante tais circunstâncias, ainda ecoava na província durante a década de 1850, como demonstram não só a já citada correspondência trocada em 1852 por Osório e o Barão de Porto Alegre, na qual estes buscavam o apoio de Silva Tavares, mas também o excerto do jornal *Correio d'Anúncios*, igualmente já citado, no qual Silva Tavares é mencionado dentre as principais lideranças da Província a se levantar em armas em 1851.

Apesar de ainda ser reconhecido por seus conterrâneos rio-grandenses, seu prestígio, cremos, enfrentava um momento de declínio. Ao longo da década de 1850, entretanto, esse prestígio seria lentamente reconstruído, algo que, por certo, passava primeiramente pelo estabelecimento de relações sociais em sua esfera de atuação local, qual fosse, naquele período, o município de Bagé. Sua eleição para a legislatura provincial de 1857, levando em consideração as peculiaridades da Lei dos Círculos, demonstra que, ao longo da década de 1850, Silva Tavares conseguira construir um cabedal social em Bagé, o qual passava a ser reconhecido também por seus pares, haja vista as articulações políticas através das quais as eleições eram levadas a cabo<sup>337</sup> e o caráter indireto das eleições para a Assembleia Provincial.

Ao mesmo tempo, cremos que uma outra peculiaridade da nova legislação também teve um peso considerável na sua eleição: com a divisão da província em 6 círculos eleitorais, a paróquia de Bagé ficou pertencendo ao 3º círculo, o qual era encabeçado por Piratini. Nessa mesma jurisdição ficaram também as localidades de Jaguarão e Herval, nas quais João da Silva Tavares vivera e atuara antes da Revolução Farroupilha, exercendo, como vimos nos capítulos anteriores, vários cargos relacionados a atividades militares, à justiça local e às Guardas Nacionais, através dos quais construiu boa parcela do prestígio que o elegera para a Assembleia Provincial em 1835. Cremos que o fato de essas duas localidades constituírem o mesmo círculo no qual Bagé estava inserida tenha sido fundamental para sua eleição nessa nova conjuntura, em especial no que diz respeito à Herval, localidade na qual Silva Tavares vivera até o início da Revolução Farroupilha, e na qual ainda viviam muitos dos seus familiares.

---

<sup>337</sup> Conforme afirma Jonas Vargas no que diz respeito às articulações políticas entre aqueles que eram eleitos e os que apoiavam suas candidaturas, os “deputados e senadores eram sempre devedores, uma vez que nunca chegavam sozinhos aos altos cargos políticos.” VARGAS, Op. Cit., 2010a, p. 299.

Em 1857, portanto, Silva Tavares era alçado à posição de *mediador político* entre a paróquia e a capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, mantendo-se nessa situação até 1861. De acordo com Edson Romário Paniágua, durante a vigência da Lei dos Círculos houveram 5 legislaturas<sup>338</sup>. Em todas elas Silva Tavares se fez presente, não sendo eleito justamente quando se aplicou, na província, a legislação eleitoral de 1860, a qual reformulava a divisão eleitoral da província, substituindo os 6 círculos eleitorais por apenas 2<sup>339</sup> e, em consequência disso, rearranjando o panorama eleitoral da província. As implicações dessa modificação, cremos, corroboram nossa hipótese, segundo a qual Silva Tavares reconstruía seu prestígio na esfera local, e fora alçado à esfera de atuação política provincial em virtude da especificidade da legislação eleitoral de 1855.

Estando nessa posição, Silva Tavares foi capaz de aproveitar a conjuntura na qual o poder provincial se encontrava. Como afirmamos anteriormente, de acordo com Jonas Vargas, o Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz assumira, em 1857, a Presidência da Província, com o intuito de fortalecer a Liga. É nesse sentido que compreendemos a nomeação do Coronel João da Silva Tavares, já no ano posterior, para o Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé<sup>340</sup>. André Fertig, em seu trabalho sobre as Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul durante o período imperial, destaca a importância da ocupação de cargos nessas milícias para o sucesso nas eleições<sup>341</sup>. Conforme o autor, a “nomeação de um comandante superior, por exemplo, deveria estar diretamente de acordo com a situação política vigente no Império”<sup>342</sup>, pois aumentava consideravelmente a possibilidade de vitória da situação nos pleitos. Isso se torna ainda mais válido caso consideremos que o Coronel Ismael Soares da Silva, precedente de Silva Tavares no Comando Superior de Bagé, estava vinculado à Osório e seus correligionários. Ao relatar brevemente a biografia desse Coronel, Jorge Reis menciona a incompatibilidade política ocorrida entre Silva Ferraz e Ismael Soares, a qual teria culminado em sua substituição por João da Silva Tavares<sup>343</sup>. Em correspondência datada de 1860, transcrita no livro História de Bagé, fica evidente a ligação política entre Ismael Soares e Osório, a quem aquele declara apoio nas eleições que se avizinhavam<sup>344</sup>.

---

<sup>338</sup> PANIÁGUA, Op. Cit.

<sup>339</sup> Id. Ibid.

<sup>340</sup> NOTICIÁRIO. Jornal “O Conciliador”, Porto Alegre, 21 de outubro de 1858. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843776&pesq=%22silva%20tavares%22&pasta=ano%20185>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

<sup>341</sup> FERTIG, Op. Cit.

<sup>342</sup> Id. Ibid., p. 104.

<sup>343</sup> REIS, Jorge. Homens do Passado. Bagé: URCAMP/CECOM, 1989, p. 23.

<sup>344</sup> Correspondência de Ismael Soares da Silva a Antônio Jacinto. Transcrita em: SALIS, Op. Cit., p. 110. Por mais que a conjuntura política provincial estivesse em rearranjo nesse momento, cremos que Ismael Soares já

Nesse sentido, cremos que a nomeação de Silva Tavares corrobora, portanto, nossa hipótese sobre a vinculação de Silva Tavares com a Liga, haja vista o objetivo pelo qual Ângelo Muniz da Silva Ferraz fora nomeado para a Presidência da Província.

Ainda de acordo com Fertig, a nomeação para os principais postos da Guarda Nacional era feita pelo governo central, conforme a legislação de 1850, relativa à organização da Guarda Nacional. Essas nomeações, todavia, eram feitas mediante propostas encaminhadas a essa esfera pelos Presidentes Provinciais<sup>345</sup>. Com relação a estes, Richard Graham salienta que

“sua principal função era gerar dividendos eleitorais a favor do Gabinete [Ministerial], e eles [os Presidentes de Província] usavam o apadrinhamento como o principal instrumento de realização dessa tarefa. Com a mesma finalidade, para nomear partidários leais, o Gabinete dependia muito da informação política e da avaliação correta que recebia dos presidentes”<sup>346</sup>.

A nomeação de Silva Tavares, portanto, não só refletia seu posicionamento e sua lealdade “partidária”, percebida por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, como também a recompensava, ao mesmo tempo em que reforçava sua cooptação pelo poder central através da coalizão situacionista. Em contrapartida, Silva Tavares (ou aquele que recebesse alguma nomeação dessa natureza) contribuiria, na esfera local, para que o Presidente da Província gerasse os “dividendos eleitorais” mencionados por Graham à sua parcialidade. Devemos recordar, ainda, conforme já afirmamos, que uma nomeação desse tipo deveria levar em conta os potentados locais de cada região e suas parcialidades. Uma nomeação arbitrária da parte do Presidente da Província poderia acarretar o arrefecimento de disputas locais e a dissolução de alianças faccionais<sup>347</sup>, por exemplo, ainda mais caso consideremos que as modificações legais de 1850 objetivavam “controlar efetivamente a Guarda Nacional, principalmente no que se referia à composição inicial dos cargos de alta hierarquia ao nível local”<sup>348</sup>. Esse é, portanto,

---

mantivesse essa conexão com Osório anteriormente, haja vista a “incompatibilidade política” entre Ismael Soares e Silva Ferraz, descrita por Jorge Reis e por nós acima citada. Conforme veremos adiante, a relação conflituosa entre Osório e Silva Ferraz contribuiu para o desbaratar dessa nova conjuntura política na província.

<sup>345</sup> FERTIG, Op. Cit., p. 21-22.

<sup>346</sup> GRAHAM, Op. Cit., p. 86.

<sup>347</sup> Sobre essas questões, Jonas Vargas afirma que os Presidentes Provinciais “não tinham como remover e demitir estancieiros opositores dos seus cargos locais (como os Oficiais da Guarda Nacional, por exemplo) substituindo-os por outros de uma facção aliada se não fossem assessorados por rio-grandenses que sempre rondavam o palácio na capital. Uma cadeia de intermediários que incluía os secretários do governo, altos oficiais militares, magistrados e líderes políticos que residiam ou transitavam seguidamente por Porto Alegre, procurava imprimir seus pedidos ao chefe do palácio provincial. Este, por sua vez, devia escolher em quais intermediários investiria sua confiança e seus esforços para vencer as eleições nas localidades.” VARGAS, Op. Cit., 2010a, p. 310-311.

<sup>348</sup> FERTIG, Op. Cit., p. 21.

um outro aspecto que permite compreender o demorado acesso de Silva Tavares a um cargo desse caráter na localidade para qual migrara.

Através de seu alinhamento com a Liga, e favorecido pelas conjunturas política e eleitoral, portanto, João da Silva Tavares tornava a enveredar-se pelas estruturas do Império Brasileiro, assumindo o Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé, cargo que ocuparia até 1871<sup>349</sup>, ocupando novamente, dessa forma, uma posição de mediador entre as esferas local e provincial<sup>350</sup>. Através da ocupação do cargo de Deputado Provincial, Silva Tavares teria tido a possibilidade de se aproximar de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, cultivando, dessa forma, o favor do Presidente da Província e, assim, sendo indicado para o cargo de Comandante Superior, para o que fora considerado, por certo, seu histórico de serviços militares à Coroa. Silva Tavares, assim como o Coronel Valença, Comandante Superior da Guarda Nacional de Santa Maria analisado por Jonas Vargas, “sabia da importância de manter-se em contínua comunicação com os grandes centros políticos e agiu nesse sentido”<sup>351</sup>. Não por acaso, cremos, Silva Tavares comparecera à capital da província alguns dias antes do embarque do Conselheiro Silva Ferraz para a Corte, como informa a edição de 28 de abril de 1859 do jornal “O Conciliador”. Na capital, o “nobre veterano” Silva Tavares fora, conforme o jornal, “vezitado por seus numerosos amigos e companheiros d’armas”, e, quando de sua partida,

“foi acompanhado até a bordo do vapor pelos Excelentíssimos Srs. Vice-presidente, e Generaes Comandante das Armas, Barão de Porto Alegre, Barão de Jacuhy, e Drs. João Dias de Castro, Afonso Pereira, e muitas outras pessoas gradas da capital.”<sup>352</sup>

Esse cortejo demonstra a proximidade de Silva Tavares com alguns indivíduos diretamente ligados, naquele momento, ao governo provincial. O Conselheiro Silva Ferraz, por sua vez, permanecia na capital, conforme a mesma nota do jornal, “aonde continuavão a ser obsequiados pela gente grada daquela cidade”<sup>353</sup>. Aguardava a chegada de Joaquim Antão

<sup>349</sup> Em alguns momentos durante esse período, é importante salientar, João da Silva Tavares fora substituído por alguns dos oficiais sob seu comando como, por exemplo, o Chefe do Estado Maior. Essas substituições, temporárias, ocorreram geralmente em função de complicações relativas à saúde de Silva Tavares. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência de João da Silva Tavares. Fundo Guarda Nacional, Caixas 1e 2, Maços 1, 2, 3, 4 e 5.

<sup>350</sup> Conforme Jonas Vargas, o acesso aos Comandos Superiores das Guardas Nacionais era algo restrito a poucas pessoas. Aqueles que o faziam, entretanto, “tornavam-se mediadores – indivíduos capazes de estabelecer uma conexão entre as suas comunidades e os grandes centros, como Porto Alegre, e dele obter recursos e favores diversos.” VARGAS, Op. Cit., 2010a, p. 289-290.

<sup>351</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010a, p. 304.

<sup>352</sup> NOTICÁRIO. Jornal “O Conciliador”, Porto Alegre, 28 de abril de 1859. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843776&pesq=%22silva%20tavares%22&pasta=ano%20185>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

<sup>353</sup> Ibidem.

Fernandes Leão, o qual havia sido nomeado para substituí-lo na Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Naquele mesmo ano, Ângelo Muniz da Silva Ferraz seria alçado à Presidência do Conselho de Ministros<sup>354</sup>, assumindo o Gabinete em 10 de agosto daquele ano. Menos de um mês depois, e cremos que não por coincidência, João da Silva Tavares era, a 6 de setembro de 1859, agraciado pelo Império com o título de Barão de Serro Alegre. Conforme Jonas Vargas, a obtenção de um título nobiliárquico “também dependia, em muitos casos, da filiação partidária dos pretendentes”<sup>355</sup>.

É nesse novo patamar, portanto, que João da Silva Tavares adentrava a década de 1860: ostentando o título de Barão de Serro Alegre, manteria o Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé ao longo dessa década, tornando-se uma das importantes lideranças políticas daquela localidade e, dessa forma, reiterando-se no cargo para o qual fora indicado pelo governo através de suas conexões políticas. A concessão do título nobiliárquico pelo Império era, mais do que o cargo de Comandante Superior, um reconhecimento pela Coroa dos serviços prestados desde longa data por Silva Tavares, em sua maioria através das armas. Era fruto, portanto, de um longo caminho que o agora Barão de Serro Alegre trilhara pelas veredas do Império que se construía ao longo do século XIX no Brasil. Suas experiências militares prévias, por seu turno, o tornavam apto a exercer um cargo de Comando da Guarda Nacional nas fronteiras desse mesmo Império, para o qual fora nomeado também em função de seu alinhamento político e da conjuntura a isto favorável.

A manutenção de Silva Tavares nesse patamar, portanto, passaria necessariamente por sua atuação em relação à política e às conjunturas eleitorais. O fato de não mais ter sido eleito para a Assembleia Provincial a partir de 1860, conforme já afirmamos, não significou a redução de seu prestígio, o qual aumentaria ao longo da década de 1860. Em seu trabalho sobre as elites políticas provinciais do Rio Grande do Sul durante o período imperial, Jonas Vargas analisou alguns aspectos relativos à atuação de Silva Tavares no exercício do Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé durante a segunda metade da década de 1860. Através dessa análise, Vargas verificou a ascendência social que o Barão de Serro Alegre possuía sobre a população livre daquela localidade, demonstrando grande parte do poder político e do prestígio pessoal que Silva Tavares construía para si através de sua atuação em Bagé. Conforme esse mesmo autor,

---

<sup>354</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010.

<sup>355</sup> Id. Ibid., p. 199.

“homens como o Barão de Serro Alegre eram peças-chave nas articulações políticas da província. O controle que eles exerciam sobre boa parte dos votantes nas paróquias rurais, a sua capacidade de conceder favores e o seu papel de mediador entre sua comunidade e o mundo exterior, faziam deles chefes políticos diariamente procurados.<sup>356</sup>”

A relevância da ocupação do posto de Comando Superior para o sucesso eleitoral de sua parcialidade política na localidade sob sua jurisdição é um dos aspectos abordados por Jonas Vargas, algo também destacado por André Fertig<sup>357</sup>. Esse aspecto era percebido pelos contemporâneos do Barão, como evidencia o artigo presente na edição de 26 de setembro de 1863 do jornal “A Actualidade”<sup>358</sup>. Nesse artigo, relativo às eleições ocorridas naquele ano, ao ser mencionado o “partido do Barão de Porto Alegre”, declara o autor que “a sua gente” estaria “de posse dos comandos da guarda nacional, que é quem faz aqui eleições, e da chupeta dos empregos públicos”, sendo a isso atribuída, pelo autor, a vitória desse partido nos pleitos que recentemente haviam findado<sup>359</sup>.

O próprio Barão de Serro Alegre estava ciente da relevância da posição que ocupava para as questões eleitorais, como deixa claro em uma correspondência enviada a Joaquim Antão Fernandes Leão, sucessor de Ângelo Muniz da Silva Ferraz na Presidência da Província de São Pedro. Na missiva, datada de setembro de 1860, Silva Tavares relata a Fernandes Leão que, no intuito de

“(…) evitar parte dos excessos que está praticando o Brigadeiro Manuel Luís Osório sobre eleições, com o chefe que se destacou em março do corrente ano, envolvendo-se com a Guarda Nacional e praticando tudo quanto lhe apraz, desrespeitando as ordens que recebeu, valendo-se da posição oficial que ocupa, como Comandante desta Fronteira de Bagé, do Comando de uma Brigada do Exército, até girando em pessoa pelas casas dos habitantes com uma escolta, e oficiais das suas ordens, amedrontando-os com esse aparato, exigindo votos, e dizendo que não compareça a votar os que não o seguirem, e outros muitos feitos reprovados de um Oficial General do Exército, *deliberei-me por tais motivos, mesmo com sacrifício da minha saúde a assumir hoje o Comando Superior da mesma Guarda Nacional.*<sup>360</sup>”

Nos dias que se seguiram, em correspondências subsequentes, o Barão de Serro Alegre esclarece ao Presidente da Província acerca do ocorrido: estando interinamente no Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé, o Tenente-Coronel Caetano Gonçalves da Silva teria coadjuvado o Brigadeiro Manuel Luís Osório, à época Comandante da Fronteira de Bagé,

<sup>356</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010, pp. 143-144.

<sup>357</sup> FERTIG, Op. Cit.

<sup>358</sup> RIO GRANDE DO SUL. Jornal “A Actualidade”, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1863. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235296&pesq=%22serro%20alegre%22&pasta=ano%20186>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

<sup>359</sup> Ibidem.

<sup>360</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência de João da Silva Tavares. Fundo Guarda Nacional, Caixa 1, Maço 2. Grifos nossos.

agindo no sentido de “por em prática os planos daquele Brigadeiro a fim de obter triunfo na luta eleitoral”<sup>361</sup>. “Enquanto aos feitos do Brigadeiro Manuel Luís Osório”, prossegue Silva Tavares,

“na diligência de alcançar o triunfo nas eleições, se declarou chefe dessa luta, logo que aqui chegou, e para não ser prolixo, julgo por agora suficiente levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>. por cópia o incluso officio, que no dia primeiro do corrente mês dirigiu ao Comandante do Destacamento de Aceguá José Joaquim de Moura, mandando vir ao seu Quartel-General as praças que no mesmo officio menciona, e depois que votaram mandou-as para suas casas. Em vista de tal procedimento, e da ordem reservada, que recebeu de V. Ex.<sup>a</sup>. anteriormente, traçando-lhe a linha de conduta que devia seguir para não constringer a liberdade de voto, parece-me claro achar-se ele incurso nas penas dos artigos 28 e 29 do Regulamento do Exército, cuja obediência e literal disposição devia ser religiosamente observada.<sup>362</sup>”

Esses excertos demonstram não só o quanto pesava, para as questões eleitorais, a ocupação de um posto de Comando da Guarda Nacional, mas também algumas das manobras efetuadas por esses Comandantes no intuito de buscar a vitória eleitoral de sua parcialidade na esfera local sob seu comando. Por certo que Silva Tavares utilizava também de expedientes similares aos que denunciava ao Presidente Provincial, no intuito de obter os mesmos resultados. A importância do controle desses postos de comando em termos eleitorais, mesmo que através da ocupação interina de tais cargos, era visualizada pelas facções locais, as quais disputavam tal controle.

Para além disso, a correspondência do Barão de Serro Alegre evidencia também seu antagonismo político com o Brigadeiro Manuel Luís Osório, algo que corrobora nossa hipótese sobre o alinhamento de Silva Tavares com a Liga. É importante esclarecer, entretanto, que a província vivia uma nova conjuntura de arranjos partidários nesse momento. Em 1860, Manuel Luís Osório organizara a agremiação política que ficou conhecida enquanto “Partido Liberal *Histórico*”, ao lado de lideranças como Félix da Cunha e David Canabarro<sup>363</sup>. A articulação de Osório fora motivada justamente pela postura política que o Ex-Presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz assumira quando fora alçado à Presidência do Conselho de Ministros, como fica evidente através da correspondência enviada por Osório a Félix da Cunha naquele mesmo ano:

“O Conselheiro Ferraz acaba de nos dar o exemplo, de apontar-nos o caminho, organizando o Gabinete atual todo do lado conservador, segundo a comunicação que tive do Caxias. Parece, portanto, que se pôs em termo a doutrina da tolerância política, da liga e contra-liga, da conciliação dos partidos, que, quem, como eu,

<sup>361</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência de João da Silva Tavares. Fundo Guarda Nacional, Caixa 1, Maço 2.

<sup>362</sup> Ibidem.

<sup>363</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010. OSÓRIO, F., Op. Cit.

andava emprestado à tal doutrina, votando por homens e não por princípios, aproveitei a oportunidade para desfraldar a bandeira das verdadeiras crenças, que trazia enrolada.<sup>364</sup>”

A conjuntura política, portanto, modificava-se. Osório já não contava com o apoio de Manuel Marques de Souza, Barão de Porto Alegre, o qual passara a apoiar Silva Ferraz ainda quando este encontrava-se na Presidência da Província, alinhando-se, dessa forma, à mesma parcialidade política a qual o Barão de Serro Alegre estava vinculado. Nessa nova conjuntura política provincial, Manuel Marques de Souza organizaria, sob sua liderança, o Partido Liberal Progressista, no qual reuniria muitos *baronistas*, alcunha pela qual ficaram conhecidos, nesse período, os aliados de Silva Ferraz e do Barão de Porto Alegre<sup>365</sup>.

Mantendo-se no Comando Superior da Guarda Nacional, João da Silva Tavares lidava também com a oposição política à sua posição, sendo esse um outro fator através do qual o Barão de Serro Alegre media forças com outras facções locais, não só em virtude da ocupação do cargo de Comandante, mas também em consequência do prestígio político que através dele angariava para si e para sua parcialidade a partir da esfera local. Essa oposição chegava aos mais altos círculos políticos do Império brasileiro, como demonstram os Anais do Senado de 1866<sup>366</sup> e da Câmara dos Deputados de 1867 e 1869<sup>367</sup>, nos quais são tecidas inúmeras críticas à posição do Barão de Serro Alegre enquanto Comandante Superior da Guarda Nacional de Bagé, sendo Silva Tavares acusado diversas vezes de cometer abusos de autoridade nesse cargo e favorecer, sob diversos aspectos, a si, a seus familiares e a seus aliados. Essas acusações tornavam-se objeto de debates acalorados nas sessões políticas da Corte, nos quais Silva Tavares era, por certo, defendido por seus aliados políticos, em contrapartida à sua atuação em uma das inúmeras esferas locais na qual tais políticos buscavam apoio à manutenção de suas posições no governo central.

Esses debates repercutiam também, à época, nos periódicos da Corte, os quais por vezes transcreviam integralmente essas discussões em suas páginas. Na edição de 27 de julho do “Jornal do Comércio”, por exemplo, era transcrita a íntegra da sessão da Câmara dos

<sup>364</sup> Correspondência de Manuel Luís Osório a Félix da Cunha. Transcrita em: OSÓRIO, F. Op. Cit., pp. 662-663.

<sup>365</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010. PICCOLO, Op. Cit., 1974.

<sup>366</sup> ANAIS DO IMPÉRIO. Câmara dos Senadores, Rio de Janeiro, 1866. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1866/1866%20Livro%205.pdf](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1866/1866%20Livro%205.pdf)>. Acesso em 17 de dezembro de 2015.

<sup>367</sup> ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Câmara dos Deputados. Sessão de 1867. Tomo 5. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villenenuve e C., 1867. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=FB9XAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=FB9XAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>; ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Câmara dos Deputados. Sessão de 1869. Tomo 4. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villenenuve e C., 1869. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=XMxCAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 17 de dezembro de 2015.

Deputados de 23 de julho do mesmo ano, sessão na qual foram levadas ao plenário pelo deputado liberal José Rodrigues de Lima Duarte diversas acusações à Silva Tavares<sup>368</sup>. Essas acusações repercutiriam, ao longo do mesmo ano, em diversos outros periódicos. A edição de 29 de dezembro de 1867 do “Correio Mercantil” trazia, em sua capa, uma “carta particular” enviada de Porto Alegre, na qual o autor discorria sobre a campanha levada a cabo pelo Jornal do Comércio, o qual instava “pela demissão do Barão de Serro Alegre e pela necessidade de providências que acabem com a *influência que na fronteira de Bagé exerce a família do dito Barão*”, alegando que “esta folha (o Jornal do Comércio)” era “o órgão do jovem partido democrático dos Gaspares, Florencios, Timotheos et reliqua”<sup>369</sup>. O sucesso nos objetivos políticos e eleitorais oriundos da ocupação do cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional por Silva Tavares, portanto, mobilizava políticos de oposição e periódicos à eles ligados, os quais agiam em suas esferas no intuito de enfraquecer ou mesmo anular o poder local que o Barão de Serro Alegre construía para si. Em sua defesa, ao mesmo tempo, atuavam, da mesma forma, os periódicos e os políticos vinculados à parcialidade política Silva Tavares, correspondendo ao apoio eleitoral por este mobilizado a nível local e regional.

O Barão de Serro Alegre, em contrapartida, lidava com as oposições a ele e a seus aliados direcionadas nas disputas eleitorais que eram levadas à cabo nas esferas locais. Em 1863, no intuito de fortalecer seu partido em Bagé, agia novamente o Brigadeiro Osório, dessa vez enviando a essa localidade a figura de Gaspar Silveira Martins, a qual despontava no cenário político alinhado ao Partido Liberal *Histórico*. Em correspondência desse mesmo, o jovem Silveira Martins relatava a Osório acerca do andamento de suas atividades relativas aos trabalhos eleitorais:

“Meu caro General. Apesar do que ahi me disse sobre a qualificação, todavia a achei mais a nosso favor; as 200 praças da Guarda Nacional que ultimamente foram mandadas destacar, deviam, porém, trazer-nos uma derrota certa; o meio de a evitar foi a combinação que fiz com o nosso amigo Chico de Mattos e que o nosso amigo Faustino lhe mostrará; é o que V. Ex. queria, é o que o nosso partido precisava para chamar em torno de um centro todos os homens que naturalmente se nos prendem pela comunidade de crenças, mas que estavam de nós separados por antigos compromissos; hoje, estes se acabaram, *os Silvas ficaram por assim dizer sós*, e tenho para mim que não virão às urnas, ainda que eles estejam raivando, e digam que hão de combater-nos por todos os meios possíveis.

<sup>368</sup> RIO DE JANEIRO - CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS - SESSÃO EM 23 DE JULHO DE 1867. Jornal “Jornal do Commercio”, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1867. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=12301&Pesq=%22serro%20alegre%22](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=12301&Pesq=%22serro%20alegre%22)>. Acesso em 17 de dezembro de 2015.

<sup>369</sup> INTERIOR. Jornal “Correio Mercantil”, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1867. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=%22serro%20alegre%22&pasta=ano%20185>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015. Grifos nossos.

Os amigos do Mattos adheriram todos à revolta, o Camilo Mércio não se oppôz, antes nos auxilia, dizendo-nos porém, que não appareceria abertamente; enfim, *o Barão e os filhos (os Tavares) pereceram politicamente; nem mais probabilidades tem de ressurreição.* Folgo que continue a esperança da victoria nessa terra de cascudos; em breves dias ahí estarei para seguir para o Rio. A minha missão parece-me cumprida a seu sabor.<sup>370</sup>

A oposição de Osório e Silveira Martins, como podemos ver, era direcionada diretamente à Silva Tavares e sua família, a quem aqueles primeiros pretendiam isolar através do estabelecimento de alianças com outras influências locais e do enfraquecimento das bases sociais do Barão de Serro Alegre. Baseavam suas ações na já mencionada “frouxidão” das alianças políticas da época<sup>371</sup>, as quais passavam diretamente pela vinculação pessoal, algo que exigia a constante negociação desses potentados locais com seus aliados e, por certo, dependia da capacidade destes em estabelecer e manter tais alianças.

A partir de um “Memorial” transcrito por Silveira Martins em um artigo de sua autoria publicado na edição de 18 de setembro de 1869 do jornal “A Reforma”, podemos ter uma ideia sobre como eram estabelecidas essas alianças. No “Memorial”, cita-se a adesão do Coronel Lucas de Lima ao Partido Conservador, recém organizado na província. A adesão do Coronel Lucas de Lima “e seus amigos” era garantida por ninguém menos que o próprio Barão de Serro Alegre. Dentre esses amigos estaria, de acordo com o mesmo “Memorial”, o Comendador Freitas, o qual, em carta encaminhada ao Dr. Mendonça,

“assegura que votará nas chapas combinadas e declara, que se prometeu votação ao Dr. Gaspar Martins antes da nova situação, é porque a eleição nesse tempo não parecia poder assumir o caráter político que hoje tem”<sup>372</sup>.

Como o excerto evidencia, portanto, as vinculações eleitorais privilegiavam os acordos pessoais, algo que perduraria ao longo do restante do período imperial<sup>373</sup>, apesar da observação do autor do trecho. O “caráter político” ao qual se referia o Comendador Freitas dizia respeito à nova polarização que estava em andamento na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: de acordo com Jonas Vargas, aquele ano de 1868 “viu nascer dois ‘novos’ partidos: o Liberal (que unia progressistas e liberais históricos) e o Conservador (que unia antigos ligueiros, progressistas e novos conservadores)”<sup>374</sup>.

<sup>370</sup> Correspondência de Gaspar Silveira Martins a Manuel Luís Osório. Transcrita em: OSÓRIO, 1894, Op. Cit., p. 687. Grifos nossos.

<sup>371</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010.

<sup>372</sup> AS ELEIÇÕES NO RIO GRANDE. Jornal “A Reforma”, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1869. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226440&pasta=ano%20186&pesq=%22serro%20alegre%22>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

<sup>373</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010.

<sup>374</sup> Id. Ibid., p. 66. Ver também: PICCOLO, Op. Cit., 1974.

Essa polarização partidária, permeada por rearranjos nos quadros das parcialidades políticas, como evidencia Vargas, não ocorrera sem negociações entre as elites políticas rio-grandenses. Essas negociações poderiam ocorrer de maneira indireta, através de relações de proximidade e parentesco. É o que demonstra a correspondência enviada ao Barão de Serro Alegre por seu filho João Nunes da Silva Tavares, em julho de 1869, quando este ainda encontrava-se em campanha no Paraguai. Joca Tavares, como era conhecido, comandava uma das divisões sob as ordens do General Manuel Luís Osório, então Visconde de Herval, e escrevia seguidamente a seu pai, enviando informações sobre a guerra. Dessa vez, porém, Joca dirigia-se a seu pai para tratar de outro tema: as eleições.

“Hontem lhe escrevi pelo correio nacional, e agora o torno a fazer sem que haja ocorrência alguma a comunicar-lhe. Procedendo-se na província a eleição para o senador na vaga do Mendonça, empenho-me para que a votação desse colégio seja dada à nosso amigo General Visconde do Herval, e peço a Vmce. para que entervenha na eleição por si e seus amigos a prol de meu candidato. O candidato do governo é o conselheiro Fernandes Braga, a quem nada devemos, e não convém dar posição à quem só a quer por ostentação, e que nenhum serviços lhe deve a Província. O General Osório Vmce o conhece, e mais que nenhum tem direito à gratidão da Província, e eu como seu amigo particular muito me interesso por sua eleição.”

Na missiva, fica evidente que a tentativa de aproximar-se de seus antagonistas era também uma prática levada a cabo, mesmo que indiretamente, pelos chefes políticos locais, os quais, dessa forma, também reconheciam o poder e a influência por eles concentrados. Apesar de ser notório que Osório se recusasse a assumir cargos eletivos<sup>375</sup>, fora eleito para o Senado em 1877<sup>376</sup>, parecendo-nos bastante plausível que a opinião de Joca tivesse sido influenciada por sua convivência e proximidade com Osório nos acampamentos de campanha, o qual talvez já intencionasse a postular tal cargo. Por mais que não tivesse a intenção de eleger-se, a possibilidade de angariar o apoio de Silva Tavares para sua parcialidade podia ser uma boa motivação para uma manobra nesse sentido. Nessa correspondência, Joca Tavares referia-se certamente a um antigo aliado de Silva Tavares: o Conselheiro Antônio Rodrigues Fernandes Braga, o qual elegera-se Senador em 1865<sup>377</sup> e, em 1869, pleitearia sua candidatura para a Câmara dos Deputados a partir do 2º círculo eleitoral da Província de São Pedro<sup>378</sup>, no qual Bagé estava incluída<sup>379</sup>. O Barão de Serro Alegre, porém, apesar da tentativa de seu filho para que se vinculasse ao partido de Osório, permaneceria ao lado de Braga e do Partido

<sup>375</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010. OSÓRIO, F., Op. Cit.

<sup>376</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010.

<sup>377</sup> Id. Ibid.

<sup>378</sup> AS ELEIÇÕES NO RIO GRANDE, Op. Cit.

<sup>379</sup> A partir de 1860, com a nova legislação eleitoral, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul fora dividida em 2 grandes círculos eleitorais, sendo suprimidos os 6 círculos menores relativos à reforma eleitoral de 1855. Ver, por exemplo: PANIÁGUA, Op. Cit.

Conservador, do qual a família Silva Tavares seria uma liderança incontestável em Bagé durante o período imperial<sup>380</sup>.

É interessante notar, ainda na missiva que Silveira Martins enviara a Osório em 1863, a centralidade por eles dada também à importância de influir nos destacamentos das Guardas Nacionais para o sucesso eleitoral. Esse era, certamente, um dos aspectos inerentes à posição de Comandante Superior da Guarda Nacional de Bagé, no qual Silva Tavares mantivera-se ao longo da década de 1860, haja vista que os recrutamentos para a Guarda Nacional possuíam um peso eleitoral<sup>381</sup> que poderia ser decisivo nos pleitos. Como vimos, uma parcela significativa do reconhecimento do Estado pelos serviços de Silva Tavares dizia respeito à sua atuação política. Há que se destacar, porém, que esse reconhecimento passava também suas atividades militares, não só aquelas previamente prestadas pelo Barão de Serro Alegre ao Império, mas principalmente aquelas concernentes ao seu posto enquanto Comandante Superior da Guarda Nacional de Bagé, como não poderia deixar de ser em virtude da natureza desse cargo.

Se através dos destacamentos e dispensas Silva Tavares influía nas questões eleitorais em favor do governo, foi justamente através dos recrutamentos que o Barão de Serro Alegre prestou serviços à Coroa durante a Guerra do Paraguai, entre os anos de 1864 e 1870. Por ter idade já bastante avançada (tinha 72 anos quando da eclosão do conflito), o veterano da Revolução Farroupilha e das inúmeras guerras platinas atuaria, dessa vez, na retaguarda do conflito. Conforme André Fertig, Silva Tavares fora encarregado por João Marcelino de Souza Gonzaga, ainda no início da guerra, para formar um Corpo de Voluntários em Bagé, o que ressalta, segundo o mesmo autor, “a importância dos comandantes superiores da Guarda Nacional na organização das tropas” para a Guerra do Paraguai<sup>382</sup>. Ao longo do restante desse conflito, o Barão de Serro Alegre seria responsável pela formação de diversos batalhões, os quais seriam enviados à frente de batalha, conforme atestam não só seus biógrafos<sup>383</sup>, mas também seus contemporâneos. O próprio General Osório, o qual correspondera-se diversas vezes com Silva Tavares ao longo do conflito, apesar de suas diferenças políticas, agradecia a este pelo envio de tropas para reforçar as linhas comandadas por seu filho Joca Tavares<sup>384</sup>. O Barão de Serro Alegre, além disso, estivera encarregado também do fornecimento de gados e

---

<sup>380</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010.

<sup>381</sup> Ver, por exemplo: VARGAS, Op. Cit., 2010. FERTIG, Op. Cit.

<sup>382</sup> FERTIG, Op. Cit., pp. 256-257.

<sup>383</sup> Ver, por exemplo: SOUZA, Álvaro, Op. Cit.

<sup>384</sup> SALIS, Op. Cit. p. 122.

cavalladas para o abastecimento das tropas mobilizadas no Paraguai, os quais negociava com a Coroa.

Os serviços prestados por João da Silva Tavares à Coroa durante esse conflito, entretanto, não se resumiriam a recrutamentos e fornecimento de víveres e montarias para as tropas. Ao longo do período relativo à Guerra do Paraguai, o Barão de Serro Alegre ocupou também o Comando Superior da Guarda Nacional de Jaguarão entre 1866 e 1869, sem deixar de ocupar esse mesmo posto em Bagé<sup>385</sup>. Além disso, fora nomeado para ocupar também o cargo de Comandante da Fronteira de Bagé em 1864, acumulando, a partir de 1865, os postos de Comandantes das Fronteiras de Bagé, Piratini e Jaguarão<sup>386</sup>, os quais eram costumeiramente ocupados por oficiais do Exército. Em virtude da conjuntura de guerra, o Barão de Serro Alegre ocupava os mais importantes cargos de comando militar da fronteira meridional do Império do Brasil, na qual atuou ativamente frente ao constante estado de alerta que a Coroa Brasileira se colocara em função não só do estado bélico, mas também das atribuições que ocorriam no Uruguai, haja vista que a guarnição das fronteiras, assim como o policiamento nos municípios, era também uma incumbência da Guarda Nacional<sup>387</sup>. Em virtude de seus serviços, o Barão de Serro Alegre foi, já no início da Guerra do Paraguai, novamente agraciado pelo Império, sendo elevado à Barão com Grandeza em 1866<sup>388</sup>.

A conjuntura de guerra novamente favorecia a João da Silva Tavares. Apesar de sua idade avançada não permitir que tomasse parte diretamente nos conflitos, fora alçado a diferentes postos de comando nas fronteiras meridionais do Império, ao mesmo tempo em que contribuía para o esforço bélico através de recrutamentos e do abastecimento das tropas. Não sabemos afirmar em que momento Silva Tavares fora destituído dos Comandos das Fronteiras aos quais fora destinado durante o conflito. cremos, entretanto, que com a gradativa desmobilização de tropas no Paraguai, os antigos ocupantes desses postos, relativos, como já afirmamos, a oficiais do Exército, tenham sido novamente alocados nessas posições. O mesmo deve ter ocorrido com relação ao Comando Superior da Guarda Nacional de Jaguarão, cargo no qual Silva Tavares já não se encontrava em 1870<sup>389</sup>.

---

<sup>385</sup> RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DAS PROVÍNCIAS BRASILEIRAS - IMPÉRIO. Rio Grande do Sul. Anos de 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869 e 1870. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=252263&PagFis=2933&Pesq=%22serro%20alegre%22>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

<sup>386</sup> Ibidem.

<sup>387</sup> FERTIG, Op. Cit.

<sup>388</sup> SOUZA, Álvaro, Op. Cit.

<sup>389</sup> RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DAS PROVÍNCIAS BRASILEIRAS – IMPÉRIO, Op. Cit.

Com relação ao Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé, entretanto, João da Silva Tavares seria mantido nesse cargo até 1871, ano no qual solicitou dispensa dessa posição, em virtude de seu estado de saúde. Foi substituído, nessa posição, por seu filho João Nunes da Silva Tavares, o Joca, o qual participara com destaque da Guerra do Paraguai. O Barão de Serro Alegre, reformado como Coronel da Guarda Nacional em 1871, tinha seus serviços ao Império novamente reconhecidos pela Coroa: naquele mesmo ano, através de decreto imperial datado de 22 de abril<sup>390</sup>, era elevado a Visconde com Grandeza de Serro Alegre.

A reinserção de João da Silva Tavares no aparato estatal, por certo, influenciou não só o aumento de seu prestígio na localidade para qual migrara, como também sua posição econômica, elementos os quais estavam diretamente interligados nessa sociedade. Em virtude de sua migração, como vimos, esse processo de inserção e de reconstrução de seu prestígio foi gradativo. Para analisar alguns aspectos desse processo, buscaremos visualizar o Barão de Serro Alegre, na próxima parte deste capítulo, em contraste com as hierarquias socioeconômicas que se produziram em Bagé entre 1845 e 1870.

### 3.2 COLHER OS FRUTOS E OS LOUROS DAS VEREDAS DO IMPÉRIO (1845-1872)

Como vimos na primeira parte deste capítulo, João da Silva Tavares faleceu no ano de 1872, tendo obtido o título de Visconde de Serro Alegre como reconhecimento pelos serviços que prestara à Coroa ao longo de sua vida. Em virtude de seu falecimento, foi aberto, no mesmo ano, o inventário relativo ao patrimônio do Visconde. Conforme afirmamos no primeiro capítulo deste trabalho, os inventários *post mortem* são de grande relevância no que diz respeito à análise das características socioeconômicas dos contextos abordados por este trabalho, pois fornecem não só informações relativas à família dos inventariados, mas também sobre sua situação patrimonial no momento de seu falecimento<sup>391</sup>. Em virtude disso, tais

---

<sup>390</sup> CHRONICA GERAL. Jornal “A Reforma”, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1871. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226440&PagFis=735&Pesq=%22serro%20alegre%22>>. Acesso em 19 de dezembro de 2015.

<sup>391</sup> FARINATTI, Luís Augusto. Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. Ver também: OSÓRIO, Helen. O Império Português no

fontes permitem a comparação de um patrimônio individual não só com o contexto regional no qual o inventariado estava inserido, mas também com relação aos diferentes momentos patrimoniais relativos a si próprio ou a seus familiares ao longo do período de sua vida. Esses são alguns dos aspectos que abordaremos nesta parte.

Em termos gerais, o patrimônio do Visconde de Serro Alegre apresentou, quando da abertura de seu inventário, as seguintes características: as propriedades imóveis, as quais correspondiam a 83% do seu patrimônio, totalizaram 34.673,54 libras esterlinas<sup>392</sup>, sendo que £29.895,83 (71,5% do total) dizia respeito à sua estância; o rebanho, correspondente a 13,2% do patrimônio e avaliado em £5.512,50, era constituído por 10.120 animais, dos quais 8.000 eram reses; a escravaria, por sua vez, era composta por 19 cativos, avaliados em £1.500,68, valor relativo a 3,6% do montante patrimonial<sup>393</sup>. O monte-mor, valor total dos bens avaliados no inventário do Visconde, correspondeu a £41.790,88.

No intuito de avaliarmos a evolução patrimonial de João da Silva Tavares ao longo do tempo, efetuaremos algumas comparações com seus diferentes momentos patrimoniais. Para a realização de tais comparações, além das limitações relativas às fontes disponíveis, precisam ser levadas em consideração as oscilações relativas não só aos valores monetários, mas principalmente às variações conjunturais de preços ao longo do tempo, sobre as quais discorreremos brevemente no primeiro capítulo deste trabalho<sup>394</sup>. Apesar dessas peculiaridades,

sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. ZARTH, Paulo. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

<sup>392</sup> Utilizaremos, neste capítulo, a mesma metodologia de conversão dos valores para libras esterlinas aplicada no primeiro capítulo deste trabalho, com o mesmo intuito de efetuar comparações de valores ao longo do tempo. Essa conversão, conforme esclarecemos também naquele mesmo capítulo, é justificada por Gabriel Berute em sua tese, justificativa a qual repetimos aqui: “Tendo em vista a desvalorização do *Mil-réis* relacionada à inflação e as flutuações das taxas de câmbio, assim como para uma melhor avaliação da evolução dos valores monetários ao longo do período, optei por utilizar os valores expressos em libras esterlinas. Para a conversão dos valores foi utilizada a tabela ‘Taxa de câmbio média anual da libra esterlina (réis por pence) na praça do Rio de Janeiro (RJ) [1809-1939]’.” “Até a adoção do sistema decimal pelo Reino Unido (1971), cada libra valia 20 *shillings*, que por sua vez valia 12 *pence*, logo uma libra equivalia a 240 *pence*. O Mil-réis, por sua vez, era um sistema de base milesimal. De tal modo, para o cálculo da conversão foi aplicada a seguinte fórmula: Valor em Libras (£) = |(Valor em Mil-réis (\$) x Taxa de câmbio “*pence*”) : 240| : 1000.” BERUTE, Gabriel Santos. Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: Negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2001. P. 101, nota 217. É importante ressaltar também que a taxa de câmbio de libras esterlinas para mil-réis sofreu uma grande queda ao longo do século XIX. A tabela citada pelo autor está disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> . Acesso em 04 de janeiro de 2016.

<sup>393</sup> Os 0,2% restantes correspondiam a duas carretas. ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário post mortem do Visconde de Serro Alegre, Autos 62, Maço 2, Estante 142, Cartório Cível e Crime, Bagé, 1872. Todas as informações que apresentamos doravante sobre este inventário foram obtidas a partir dessa mesma fonte.

<sup>394</sup> Em sua tese, ao analisar as fortunas dos charqueadores de Pelotas ao longo do século XIX, Jonas Vargas cita fatores como o fechamento das fronteiras agrárias e a redução da acessibilidade à mão de obra escrava, decorrente do fim do tráfico atlântico, como alguns dos responsáveis pelas variações dos valores monetários dos bens de produção relativos à produção pecuária durante o período em questão. VARGAS, Jonas. Pelas Margens

consideramos que essas comparações sejam bastante pertinentes para a visualização da evolução patrimonial de Silva Tavares.

Podemos considerar, como um primeiro momento dessa comparação, a herança recebida por João da Silva Tavares quando do falecimento de seu pai, em 1813. A cada um dos 4 filhos de José da Silva Tavares foi destinado, à época, a quantia de £220,13<sup>395</sup>. Para que se possa ter uma ideia inicial, cada um dos 9 filhos do Visconde de Serro Alegre recebeu, quando da partilha relativa a seu inventário em 1872, a quantia de 2.802,98 libras, ou seja, nada menos do que 10 vezes o valor que João da Silva Tavares recebera de herança de seu pai em 1813. Esse valor era, inclusive, superior ao monte-mor relativo ao inventário de José da Silva Tavares, o qual correspondeu a £1.982, 37. Esse mesmo valor relativo ao inventário do Visconde, mais de 20 vezes maior do que o valor patrimonial acumulado por seu pai, demonstra, apesar das já mencionadas oscilações relativas a valores monetários e preços<sup>396</sup>, a impressionante ascensão econômica de João da Silva Tavares ao longo de sua vida.

Podemos estabelecer, para melhor ilustrar as diferenças entre os inventários de pai e filho, um rápido paralelo patrimonial entre João da Silva Tavares e seu pai: a propriedade rural de José da Silva Tavares fora avaliada em £1.306,66, valor 28 vezes menor que a estância do Serro Alegre, avaliada em £29.895,83 no ano de 1872. Com relação aos rebanhos, o Visconde de Serro Alegre possuía, nesse mesmo ano, 8.000 cabeças de gado, 1500 ovelhas e 620 equinos, os quais foram avaliados em £5.512,50, valor 14 vezes maior que as £378,12 relativas ao rebanho de seu pai, o qual possuía, em 1813, 1000 reses, 200 ovelhas e 110 equinos. Por fim, constam 7 escravos no inventário de José da Silva Tavares, avaliados em £390,88; seu filho, no ano de 1872, possuía 19 escravos, aos quais foram atribuídos o valor total de £1.500,68.

---

do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado). Ver também: OSÓRIO, H., Op. Cit., 2007; ALADRÉN, Op. Cit. GARCIA, Graciela Bonassa. O Domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005. (Dissertação de Mestrado). AITA, Edsiana de Belgrado. Entre a lagoa e o mar: Propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2014. (Dissertação de Mestrado)

<sup>395</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário post mortem de José da Silva Tavares, Autos 22, Maço 1, Estante 97, Cartório de Órfãos e Ausentes, Jaguarão, 1813. Todas as informações que apresentamos doravante sobre este inventário foram obtidas a partir dessa mesma fonte.

<sup>396</sup> É importante ressaltar também que a taxa de câmbio de libras esterlinas para mil-réis sofreu uma grande queda ao longo do século XIX. Dados disponíveis em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> . Acesso em 04 de janeiro de 2016.

Voltemos, todavia, à trajetória patrimonial de João da Silva Tavares. Como vimos também no primeiro capítulo deste trabalho, o então Alferes Silva Tavares adquiriu, no ano de 1822, a Chácara do Bomfim, na localidade de Herval, onde à época residia. O total da compra, realizada a prestações, correspondeu à £738,73, dos quais £205,20 eram relativos à propriedade, £205,20 diziam respeito a 5 cativos e £328,33 correspondiam a uma quantidade não especificada de reses<sup>397</sup>. A partir de nossas análises, concluímos, no primeiro capítulo deste trabalho, que João da Silva Tavares começara sua trajetória patrimonial em um patamar abaixo daquele que seu pai se encontrava em 1813, algo que salienta ainda mais a ascensão econômica de Silva Tavares ao longo de sua vida. No que diz respeito à quantidade de cativos, houve um grande aumento do seu plantel entre este momento e o ano de 1872, no qual o Visconde de Serro Alegre possuía 19 escravos, ainda mais considerando o fato de que, no ano de 1824, Silva Tavares reduzira seu plantel para 3 escravos, como vimos anteriormente<sup>398</sup>, possuindo, à época, um dos menores planteis de cativos de Herval<sup>399</sup>. Em termos de valores de patrimônio, por sua vez, as diferenças são também gritantes: os valores de seus rebanhos e de seu plantel de escravos no ano de 1872 correspondem, respectivamente, a 16 e 7 vezes mais do que aqueles relativos a 1822. A diferença mais impressionante, entretanto, diz respeito ao valor da estância do Serro Alegre em 1872, o qual é nada menos do que 145 vezes maior do que a chácara do Bomfim custara a Silva Tavares em 1822.

Os dados apresentados até agora, porém, nos permitem que tenhamos apenas uma ideia da evolução patrimonial na trajetória de João da Silva Tavares, haja vista também que estamos comparando os valores de duas propriedades distintas. Como vimos no segundo capítulo deste trabalho, Silva Tavares teria perdido suas propriedades em Herval em virtude dos acontecimentos relativos à Revolução Farroupilha. No ano de 1838, como também já mencionamos anteriormente, Silva Tavares dissolvera a sociedade na qual possuía uma charqueada em Pelotas desde 1834<sup>400</sup>. Possuía também, já no período relativo ao decênio Farroupilha, a estância do Taquari, localizada no Uruguai, sobre as quais não possuímos

<sup>397</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Transmissões e Notas. Rio Grande: 2º Tabelionato, Livro 2 a 21 (18.02.1811 – 01.02.1852).

<sup>398</sup> ARQUIVO NACIONAL. “Mesa de Consciência e Ordens”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Mapa dos Cabeças de Casal, Brancos, Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval, suas Divisas e Léguas”.

<sup>399</sup> Por mais que as fontes por nós acessadas não nos permitam afirmar tal proposição, temos motivos para crer que o plantel de cativos de Silva Tavares tenha crescido significativamente entre 1822 e 1835, considerando a dinamização de seus negócios nesse período. É bastante provável, também, que as circunstâncias da Revolução Farroupilha tenham reduzido esse plantel, assim como afetaram os negócios de Silva Tavares, como vimos anteriormente.

<sup>400</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Transmissões e Notas. Rio Grande: 2º Tabelionato, Livro 2 a 21 (18.02.1811 – 01.02.1852).

nenhum dado relativo a valores<sup>401</sup>. Isso nos revela não só alguns aspectos da ascensão patrimonial de Silva Tavares, mas também as dinâmicas através das quais desenvolvia essa ascensão, expandindo suas propriedades e investindo também na produção de charque. Além disso, esses dados evidenciam como as contingências bélicas afetavam essas dinâmicas patrimoniais acarretando prejuízos, os quais obviamente não ocorriam apenas em períodos de guerra, apesar de serem por eles consideravelmente amplificados.

No ano de 1847, João da Silva Tavares adquire a estância do Serro Alegre, na localidade de Bagé<sup>402</sup>, para onde migra com sua família após o término da Revolução Farroupilha. Esse estabelecimento rural permaneceria sendo sua propriedade até 1872, diferentemente da estância do Taquari, a qual localizava-se no Uruguai. Sobre esta, apenas podemos afirmar que ela provavelmente tenha sido negociada, apesar de não termos encontrado nenhuma fonte que evidencie isso, haja vista o fato de ela não constar no inventário de 1872. Apesar disso, não podemos descartar a possibilidade de que ela simplesmente não tenha sido incluída nos bens avaliados. A compra do Serro Alegre, realizada também a prestações, ilustra que o patamar econômico de Silva Tavares, apesar dos prejuízos que tivera em virtude da guerra, permanecia em ascensão. A propriedade foi comprada, à época, pela quantia de £4.368, valor 21 vezes maior do que as 205,20 libras investidas na compra da chácara do Bomfim em 1822. No negócio foram incluídas também 7.000 reses, pelas quais Silva Tavares pagou £1.568, investindo em gado um valor quase 5 vezes maior do que seu investimento em 1822.

Os valores relativos à compra dessa propriedade em Bagé nos permitem efetuar uma comparação do patamar patrimonial de João da Silva Tavares entre esse momento e seu falecimento, em 1872, considerando a manutenção dessa propriedade pelo Visconde de Serro Alegre. No que diz respeito ao gado vacum, Silva Tavares pagou £1.568 por 7.000 reses no ano de 1847, o qual corresponde a um valor médio de £0,22 por cabeça de gado. No ano de 1872, as 8.000 reses presentes em seu inventário foram avaliadas em £5.000, tendo um valor médio de £0,62, algo que demonstra a variação dos preços relativos ao gado vacum ao longo desse período, por mais que não nos seja possível avaliar esses rebanhos qualitativamente, algo que certamente pesaria, também, nesses valores. É interessante observar, a partir desses

---

<sup>401</sup> Apesar de possuímos os dados relativos aos valores envolvidos na dissolução da sociedade correspondente à charqueada em 1838, optamos por não efetuar qualquer comparação entre os momentos patrimoniais da trajetória de Silva Tavares, considerando que a dissolução não especifica os percentuais investidos e, portanto, relativos à cada um dos sócios naquela empreitada.

<sup>402</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Transmissões e Notas. Rio Grande: 2º Tabelionato, Livro 2 a 21 (18.02.1811 – 01.02.1852).

dados, que caso almejasse efetuar a compra, em 1872, das mesmas 7.000 reses que adquirira em 1847, o Visconde de Serro Alegre teria que investir quase o triplo do que investira ao término da Revolução Farroupilha. Esse aumento do preço médio por cabeça de gado vacum foi visualizado por Edsiana de Belgrado Aita em suas análises sobre os bens de produção presentes nos inventários de Santa Vitória do Palmar entre 1858 e 1888<sup>403</sup>, algo que demonstra que a valorização do preço do rebanho bovino foi um fenômeno econômico conjuntural, do qual Silva Tavares certamente se beneficiou através de seus negócios.

No que diz respeito à propriedade rural, porém, os números são ainda mais gritantes. A estância de Serro Alegre, comprada em 1847 por £4.368, fora avaliada no ano de 1872 em £29.895,83, valor quase 7 vezes maior do que o investimento inicial. Esse aumento, entretanto, pode ser explicado pela valorização do preço das terras após 1850, conforme aponta Luís Augusto Farinatti em sua análise sobre as propriedades rurais em Alegrete, município localizado, tal qual Bagé, na região da Campanha rio-grandense. Segundo Farinatti, esse aumento teria sido resultado de uma combinação de fatores, dentre os quais o autor elenca os seguintes:

“Em primeiro lugar, ele [o aumento] certamente sofreu influência da prática da pecuária extensiva em uma região onde as melhores terras já estavam ocupadas desde as primeiras décadas do século. Em meados do século, o fato de que as propriedades ficavam cada vez menores, implicando na redução da capacidade produtiva dos estabelecimentos pecuários, agia no sentido da valorização de cada quarto de légua de campo que pudesse ser utilizado.

Além disso, é também bastante provável que esse aumento no preço das terras tenha sofrido alguma influência do processo de aplicação da Lei de Terras no município.<sup>404</sup>”

O caso da estância do Serro Alegre, portanto, não só pode ser compreendido através dessa conjuntura, como também a corrobora, ao que tomemos por conta a valorização relativa a essa propriedade, a qual corresponde a impressionantes 684,4% do seu valor inicial. Ao nos depararmos com esse percentual, cogitamos a hipótese de que João da Silva Tavares ter adquirido, ao longo do período, propriedades de menor porte que fossem contíguas às suas terras, anexando-as, dessa forma, à sua propriedade. Porém, não só não encontramos quaisquer registros de negócios nesse sentido, como também a descrição da extensão da propriedade no inventário, composta por “nove léguas e meia de campo mais ou menos”, condiz com as “nove léguas e quatrocentas e noventa braças” descritas na escritura de compra e venda da estância em 1847. Essa valorização encontra-se próxima do patamar encontrado

---

<sup>403</sup> AITA, E., Op. Cit.

<sup>404</sup> FARINATTI, Op. Cit, 2010, pp. 158-159.

por Graciela Garcia para Alegrete. Ao analisar os preços dos bens de produção naquela localidade entre 1830 e 1870, essa autora observou um aumento de mais de 700% no valor médio do hectare de terras<sup>405</sup>. Nesse sentido, podemos afirmar que grande parte do aumento patrimonial do Visconde de Serro Alegre ao longo desse período foi decorrente dessa grande valorização pela qual sua propriedade passou, a qual correspondeu a um fenômeno econômico conjuntural.

Ao longo de sua trajetória, portanto, o Visconde de Serro Alegre realizou um significativo acúmulo patrimonial, ascendendo economicamente de maneira impressionante em relação ao patamar econômico no qual seu pai se encontrava em 1813, por exemplo. Mas qual seria seu patamar patrimonial com relação à sociedade pertencente ao local no qual vivera os últimos anos de sua vida? Para nos aproximarmos dessa resposta, efetuiremos uma comparação entre as características patrimoniais de Silva Tavares e aquelas encontradas por Marcelo Santos Matheus em seu trabalho sobre escravidão e desigualdade social em Bagé durante o período imperial<sup>406</sup>. Nesse trabalho, o autor efetuou uma análise a partir de todos os 314 inventários *post mortem* abertos para aquela localidade entre os anos de 1820 e 1870, sendo os dados relativos a essas análises aqueles os quais utilizaremos para efetuar uma aproximação comparativa entre o patrimônio de Silva Tavares e as peculiaridades patrimoniais encontradas para Bagé em um período imediatamente anterior ao seu falecimento. Cabe destacar também que a comparação com dados relativos a outros municípios também será efetuada sempre que possível.

Em seu trabalho, Marcelo Matheus destaca que a grande valorização das terras na Província de São Pedro durante a segunda metade do século XIX, sobre a qual tratamos acima a partir do caso de João da Silva Tavares, foi responsável, em grande medida, pelo aumento da desigualdade econômica em Bagé. Se essa valorização facilitou a ascensão do patamar patrimonial de Silva Tavares, contribuiu também, portanto, para que este se diferenciasse economicamente de grande parte da população que vivia, à época, naquela localidade, caso consideremos que 71,5% do seu patrimônio dizia respeito ao valor de seu estabelecimento rural. Na composição patrimonial relativa a todos os inventários abertos em Bagé entre 1820 e 1870, por exemplo, o percentual relativo a imóveis rurais foi de 28%, o que ressalta ainda mais o peso desse quesito na composição patrimonial do Visconde de Serro Alegre. Com

---

<sup>405</sup> GARCIA, Op. Cit.. Em seu trabalho, Edsiana de Belgrado Aita também verificou o aumento do preço médio do hectare de terras em Santa Vitória do Palmar entre 1858 e 1888. Ver: AITA, E., Op. Cit.

<sup>406</sup> MATHEUS, Marcelo Santos. A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820 – c. 1870). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, S/d. (Texto Inédito).

relação apenas à década de 1860, esse mesmo percentual para Bagé foi de 32,7%. Caso comparemos esses dados com percentuais relativos à Pelotas e Alegrete, locais no quais a desigualdade econômica era também uma característica ao longo do século XIX, temos um percentual relativamente próximo para a primeira (30%)<sup>407</sup> e um mais alto para esta última (55,5%)<sup>408</sup> durante essa mesma década. Por mais que a diferença seja maior com relação aos dados para Alegrete, o percentual relativo ao estabelecimento rural de Silva Tavares segue bastante acima da média encontrada para essas três localidades no período em questão.

A partir disso, em que pesem as afirmações de Marcelo Matheus e Luís Augusto Farinatti sobre a desigualdade social que caracterizava a Campanha<sup>409</sup> durante o período imperial, podemos considerar, portanto, que João da Silva Tavares encontrava-se no segmento mais abastado daquela sociedade. De fato, seu patrimônio fora avaliado, como já vimos, em £41.790,88, um valor bastante acima dos montes brutos médios encontrados para Bagé e Alegrete durante a década de 1860, os quais correspondem, respectivamente, a £2.522,884 e £3.476,50. Nesse mesmo quesito, podemos citar também, para termos de comparação, o valor de £2.020 relativo à Santa Vitória do Palmar para o período entre 1858 e 1888<sup>410</sup>, ainda menor do que os encontrados para aqueles dois municípios.

Ao dividir a amostragem relativa aos inventários abertos em Bagé entre 1820 e 1870, Marcelo Matheus demonstrou que apenas 18% da amostragem encontrava-se na faixa de fortuna entre £2.000 e £5.000, na qual o valor médio acima citado estaria incluso. Abaixo dessa faixa encontrava-se nada menos do que 72% dos inventários nesse mesmo período, o que evidencia a desigualdade econômica sinalizada pelo autor para aquela localidade. Os 10% restantes dividiam-se da seguinte maneira: 6% estavam entre aqueles que possuíam entre £5.000 e £10.000, e o restante apresentou em seus inventários fortunas maiores do que £10.000. Em termos comparativos, portanto, o patrimônio do Visconde de Serro Alegre estaria dentre os 4% relativos às maiores fortunas encontradas para Bagé ao longo do período aqui utilizado. Inventariado em 1870, o patrimônio de Domingos de Souza Netto foi o maior encontrado para todo o período: correspondia a £28.410,62, nada menos do que £13.000 abaixo do conjunto patrimonial inventariado para o Visconde de Serro Alegre. Em comparação a todo período, portanto, João da Silva Tavares não só estaria entre os proprietários de maiores fortunas de Bagé, como também possuiria a maior dentre essas

---

<sup>407</sup> VARGAS, Op. Cit., 2013.

<sup>408</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010.

<sup>409</sup> E, igualmente, o complexo charqueador da província. VARGAS, Op. Cit., 2013.

<sup>410</sup> AITA, E., Op. Cit.

fortunas. Em termos econômicos, o Visconde de Serro Alegre ocupava, portanto, o topo dessa hierarquia naquela localidade.

Para que possamos ter uma ideia da posição econômica de Silva Tavares, podemos afirmar que ele estaria entre os 3% dos inventariados cuja fortuna foi avaliada em mais de £10.000 em Santa Vitória do Palmar, entre 1858 e 1888<sup>411</sup>. Estaria também entre os 7,7% presentes nessa mesma faixa de fortuna em Alegrete, no período entre 1831 e 1870, ficando seu patrimônio abaixo apenas daqueles concernentes aos inventários de Antônio José de Oliveira, aberto em 1865 e avaliado em £59.192,83, e de Manuel José de Carvalho, datado de 1853 e avaliado em £48.422,68<sup>412</sup>. Estaria, ainda, entre os 3,1% dos inventários com fortunas entre £20.000 e £50.000 encontrados para Pelotas entre 1850 e 1890, embora ficasse abaixo do 1,9% de inventários com fortunas maiores que £50.000 durante o mesmo período<sup>413</sup>. Cremos que não seja exagero afirmar, portanto, que o Visconde de Serro Alegre, ao menos no que diz respeito às duas principais localidades da região da Campanha sul-rio-grandense, possuía uma das maiores fortunas relativas ao período em questão.

Nesse sentido, cremos que seja interessante comparar também as características relativas à composição do patrimônio do Visconde em relação a essa faixa de fortuna, no que diz respeito a Bagé. Como vimos, seu estabelecimento rural correspondia a 71,5% de seu patrimônio, estando bastante acima da média encontrada para o período no que diz respeito a esse quesito. O percentual relativo ao total de seus imóveis perfazia 83% do montante patrimonial, valor situado acima dos 64% encontrados, no período entre 1820 e 1870, para a faixa de fortuna superior a £10.000, na qual Silva Tavares se encontraria. Mesmo dentre aqueles possuidores das maiores fortunas, portanto, Silva Tavares teria um percentual acima da média, como não poderia deixar de ser, em virtude de sua posição econômica, como já vimos.

Para os patrimônios localizados nessa mesma faixa de fortuna, o segundo maior percentual dizia respeito ao rebanho bovino, como não poderia deixar de ser, considerando que Bagé estava inserida na região da Campanha sul-rio-grandense. Tal região era

---

<sup>411</sup> AITA, E., Op. Cit.

<sup>412</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010.

<sup>413</sup> VARGAS, Op. Cit., 2013. Caso considerássemos apenas os charqueadores analisados por esse mesmo autor entre 1810 e 1900, Silva Tavares estaria entre os 16,4% daqueles com fortunas inventariadas entre £25.000 e £50.000. Acima desse patamar, ainda teríamos 21,7% de inventariados. Dentre estes, é interessante citar, estava ninguém menos do que Joaquim da Silva Tavares, um dos filhos de João da Silva Tavares. Inventariada em 1900, a fortuna do Barão de Santa Tecla, título que Joaquim recebera em 1886, correspondeu a £56.808, valor £15.000 libras acima da fortuna inventariada para seu pai. A fortuna de Joaquim, para que tenhamos uma ideia do patamar de riqueza entre os charqueadores de Pelotas, foi a 10ª maior encontrada para o período em questão.

caracterizada pela atividade pecuária, voltada principalmente ao fornecimento de reses para o complexo charqueador pelotense. De acordo com o relatório estatístico do ano de 1858, Alegrete possuía o maior rebanho da Província, com 777.232 cabeças de gado divididas entre as 391 estâncias localizadas em seu território. Em segundo lugar vinha justamente Bagé, contabilizando 260 estâncias e 531.640 reses<sup>414</sup>. Essas duas localidades, portanto, eram as mais importantes da região da Campanha, no que diz respeito à economia.

O fato de que tenha sido encontrado rebanho bovino descrito em 245 dos 314 inventários abertos para Bagé entre 1820 e 1870 reforça essa característica. Na faixa de fortuna relativa a mais de £10.000 a produção pecuária dizia respeito a 14% do total dos patrimônios, sendo o segundo maior percentual dessa faixa, conforme já afirmamos. No inventário de Silva Tavares o percentual relativo a esse quesito é também o segundo maior, similarmente ao padrão encontrado na faixa de fortuna na qual ele se encontraria. Condição, porém, a 11,9% do total de seu patrimônio, estando, portanto, abaixo da média percentual relativa a essa mesma faixa. Nesse sentido, cremos que seja interessante efetuarmos uma comparação com os dados quantitativos relativos à envergadura dos rebanhos bovinos encontrados por Marcelo Matheus na amostragem referente ao período entre 1820 e 1870.

No inventário do Visconde de Serro Alegre constavam, como já afirmamos, 8.000 reses. Na amostragem para Bagé entre 1820 e 1870, descrita por Marcelo Matheus em seu trabalho<sup>415</sup>, 25% dos criadores apresentaram mais de 1.000 reses em seus inventários, concentrando 76,5% do rebanho bovino descrito para aquela localidade. Dentre estes, apenas um apresentou a mesma quantidade de reses presente no inventário de Silva Tavares: Domingos de Souza Netto, justamente o possuidor da maior fortuna encontrada para o período, como já afirmamos. Nesse sentido, apesar do patamar percentual de reses presente no inventário de Silva Tavares estar abaixo da média da faixa de fortuna na qual estaria compreendido, podemos afirmar que, em termos comparativos, ele seria, juntamente com Domingos de Souza Netto, um dos maiores criadores de gado da localidade, algo que também reitera sua posição no topo da hierarquia econômica daquele local. Para que tenhamos uma ideia da envergadura dessa criação, podemos afirmar que ela estaria dentre aquelas situadas nos 5,5% rebanhos com mais de 1.000 reses encontrados nos inventários de Santa Vitória do

---

<sup>414</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo Estatística. Maço 2. “Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio”, 1858.

<sup>415</sup> MATHEUS, Op. Cit., S/d.

Palmar entre 1858 e 1888, nos 6,4% relativos a essa mesma faixa nos inventários abertos para Cruz Alta entre 1834 e 1879<sup>416</sup>, ou dentre os 25% relativos a esse mesmo patamar para os inventários correspondentes à Pelotas entre 1850 e 1890<sup>417</sup>. Com relação à Alegrete, município localizado na mesma região que Bagé, Silva Tavares estaria dentre os 29% criadores com mais de 1.000 reses para o período entre 1831 e 1870<sup>418</sup>.

É importante recordar, como já afirmamos, que Alegrete possuía o maior rebanho bovino da província em 1858. Em seu trabalho, Luís Augusto Farinatti dividiu o percentual dos proprietários com mais de 1.000 reses inventariados entre 1831 e 1870<sup>419</sup>. Destes, apenas 4,4% do total estava situado dentre os criadores cujos rebanhos apresentaram entre 5.000 e 10.000 cabeças de gado, faixa na qual Silva Tavares estaria incluído. Além disso, Farinatti descreveu um percentual de 2,8% de criadores com mais de 10.000 cabeças de gado, algo que ressalta a posição de Alegrete no que diz respeito à posição de gado bovino na região da Campanha. Podemos considerar, portanto, que o Visconde de Serro Alegre não só seria, em termos comparativos, um dos maiores criadores de gado em Bagé, como também estaria nessa mesma situação no que diz respeito à região da Campanha para o período aqui analisado.

Retornando aos percentuais patrimoniais relativos às fortunas maiores que £10.000 presentes nos inventários abertos em Bagé entre 1820 e 1870, podemos perceber que o terceiro maior percentual, após os 64% relativos a imóveis e os 14% relativos ao gado bovino, era o de escravos, o qual perfazia 11,5% do total da composição dos patrimônios para o período, como também não poderia deixar de ser, haja vista o fato de que a produção historiográfica recente demonstrou o peso da mão de obra escrava na produção pecuária rio-grandense durante os períodos colonial e imperial<sup>420</sup>. De acordo com um censo populacional de 1859, Bagé possuía o maior contingente de população escrava da Campanha, composto por 4.016 cativos. Ocupava a sexta posição, nesse quesito, no que diz respeito à província de São Pedro como um todo<sup>421</sup>. No inventário do Visconde de Serro Alegre, o percentual relativo aos cativos estava bem abaixo da média acima descrita, perfazendo 3,6% do patrimônio de Silva

---

<sup>416</sup> ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008.

<sup>417</sup> VARGAS, Op. Cit., 2013.

<sup>418</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010.

<sup>419</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010.

<sup>420</sup> Nesse sentido, ver, por exemplo: ZARTH, Op. Cit. OSÓRIO, H., Op. Cit., 2007. FARINATTI, Op. Cit., 2010. MATHEUS, Marcelo dos Santos. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2012.

<sup>421</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS, 1803-1850*. Porto Alegre: Federação de Economia e Estatística, 1981.

Tavares. Nesse sentido, cremos que seja pertinente efetuarmos também uma comparação com os dados quantitativos relativos à envergadura das escravarias descritas por Marcelo Matheus na amostragem referente ao período entre 1820 e 1870.

A escravaria do Visconde de Serro Alegre contava, em 1872, com um contingente de 19 cativos. Através de suas análises, Marcelo Matheus verificou a presença de escravos em 278 dos 314 inventários abertos para Bagé entre 1820 e 1870. A partir desses dados, verificamos que 19,8% dos inventários com escravarias situavam-se na faixa entre 10 e 19 escravos, na qual João da Silva Tavares se encontraria. Aqueles com um número abaixo de 10 escravos constituíam nada menos do que 72,3% do total. Os 7,9% restantes diziam respeito aos proprietários com mais de 20 escravos. É interessante observar que os escravistas com plantéis maiores que 10 cativos, os quais perfazem 27,7% do total, concentravam 59,6% dos escravos inventariados para o período, algo que revela que a propriedade escrava era mais difundida naquela sociedade do que a criação de gado, caso consideremos os percentuais anteriormente apresentados no que diz respeito a esse quesito. Silva Tavares, portanto, apesar de não encontrar-se entre a minoria considerada enquanto maiores proprietários de escravos (os 7,9% que apresentaram 20 ou mais escravos), estava no limiar deste patamar, sendo considerado, portanto, um escravista de porte médio para o recorte acima citado, com 19 escravos.

No que diz respeito aos dados relativos apenas à década de 1860 para Bagé, o Visconde de Serro Alegre estaria dentre os 22,5% dos produtores com mais de 10 escravos. Para termos de comparação, Silva Tavares estaria dentre os 30% de proprietários com mais de 10 escravos em Cruz Alta nessa mesma década, e entre os 17,4% relativos a essa faixa de propriedade escrava nessa mesma localidade para a década de 1870<sup>422</sup>. Estaria também entre os 25% relativos aos inventários nessa mesma faixa em Pelotas para o período entre 1850 e 1890<sup>423</sup>. Ou seja, faria parte de uma minoria também nessas outras localidades, em que pesem os 4,9% de inventários com mais de 50 escravos localizados para Pelotas<sup>424</sup>, algo que raramente foi detectado dentre as escravarias inventariadas de Bagé e Cruz Alta no período em questão. À parte isso, consideramos que seja possível afirmar que, por mais que não estivesse dentre os maiores escravistas de Bagé, Silva Tavares possuía um plantel que se

---

<sup>422</sup> ARAÚJO, Op. Cit.

<sup>423</sup> VARGAS, Op. Cit., 2013.

<sup>424</sup> Id. Ibid.

aproximava muito desse patamar, estando dentre o percentual também minoritário de escravistas com mais de 10 cativos em seus planteis.

Frente aos dados até aqui colocados, consideramos que seja possível afirmar que o Visconde de Serro Alegre estaria, certamente, dentre aqueles que Marcelo Santos Matheus considerou, em seu trabalho, como a elite econômica da localidade para o período aqui analisado, os quais concentravam grandes propriedades rurais, tinham mais acesso a propriedades no Uruguai, possuíam os maiores rebanhos e encontravam-se entre os maiores escravistas do local<sup>425</sup>. João da Silva Tavares, como vimos, concentrava tais características em seu patrimônio, além de possuir uma fortuna maior do que aquela considerada enquanto a mais alta para o período analisado por Marcelo Matheus<sup>426</sup> e, dessa forma, situava-se economicamente no topo daquela sociedade marcada pela desigualdade econômica. Essa posição, por certo, produzia reflexos também em seu posicionamento com relação às hierarquias sociais da localidade. Conforme afirmamos anteriormente, a ocupação de cargos como o Comando Superior da Guarda Nacional, assim como a eleição para Deputado Provincial, refletiam não só sua inserção na localidade para a qual migrara com sua família, mas também a construção de seu prestígio com relação à sociedade na qual inserira-se após o término da Revolução Farroupilha.

No intuito de avaliar essa inserção sob um outro aspecto, utilizaremos uma metodologia de análise aplicada aos registros de batismo produzidos na vila de São Sebastião de Bagé. Utilizados para diferentes objetivos, os registros batismais permitem que sejam analisadas não só as mais diversas nuances do espectro social, mas também as diferentes vinculações sociais estabelecidas pelos partícipes desses contextos. Mostrando-se como uma importante ferramenta para a complexificação das relações sociais nas quais os indivíduos se encontram, tais fontes e sua análise têm permitido uma compreensão mais abrangente sobre as sociedades estudadas e os agentes sociais que as integram. Para o nosso trabalho, utilizaremos esses registros no sentido de visualizar as relações de compadrio estabelecidas naquela localidade durante o período em questão.

A temática do compadrio vem adquirindo crescente relevância na produção historiográfica recente, especialmente no que diz respeito aos territórios relativos à América

---

<sup>425</sup> MATHEUS, Op. Cit., S/d.

<sup>426</sup> Id. Ibid.

Portuguesa e ao Império do Brasil<sup>427</sup>. Um dos vieses de análise que vem sido explorado pelos historiadores que utilizam registros paroquiais é o dos Padrinhos Preferenciais ou “Campeões de Batismo”<sup>428</sup>. Por Padrinhos Preferenciais compreendemos aquelas pessoas as quais mais foram mais requisitadas a comparecer à pia batismal durante um determinado período escolhido para análise. Cremos que estar dentre os padrinhos mais requisitados seja um indicativo de prestígio entre determinados grupos das sociedades analisadas<sup>429</sup>. Acreditamos, ainda, que esse seja um importante índice de apreensão das diferentes formas de hierarquização costumeira estabelecidas nas mais diversas localidades ibero-americanas<sup>430</sup>, em que pese a orientação de pensar essas sociedades de forma holística, com a finalidade de melhor compreender as dinâmicas que as estruturam. É nesse sentido que compreendemos a utilização dos registros paroquiais de batismo. Para este trabalho, foram utilizados 8.983 assentos batismais, efetuados na Igreja de São Sebastião de Bagé entre 1845 e 1865<sup>431</sup>, dentre os quais selecionamos aqueles relativos aos padrinhos que compareceram à pia batismal em um número mínimo de 15 vezes durante o período aqui analisado. Com o intuito de efetuarmos comparações com os dados relativos a João da Silva Tavares, optamos pela análise apenas dos indivíduos do sexo masculino<sup>432</sup>. Somados, os batizados dos 16 Padrinhos Preferenciais definidos a partir do critério acima descrito totalizam 436 registros, os quais

---

<sup>427</sup> Ver, por exemplo: HAMEISTER, Martha. Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS-PPGH, 2006. (Tese de doutorado) BRÜGGER, Sílvia. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade* (São João del Rei - Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anablume, 2007. FRAGOSO, João. O Capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, pp. 157-207. FARINATTI, Luís Augusto. Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845). Santa Maria: Anais do X Encontro Estadual de História – Anpuh/RS, 2010b.

<sup>428</sup> Ver, por exemplo: HAMEISTER, Op. Cit. BRÜGGER, Op. Cit. FARINATTI, Op. Cit., 2010b. FARINATTI, Op. Cit., 2012.

<sup>429</sup> HAMEISTER, Op. Cit. FARINATTI, Op. Cit., 2010b. FARINATTI, Op. Cit., 2012.

<sup>430</sup> FRAGOSO, Op. Cit., 2009.

<sup>431</sup> O recorte temporal aqui utilizado tem por parâmetro os seguintes termos: como marco inicial, escolhemos o ano no qual ocorre a pacificação da província de São Pedro do Rio Grande, decorrente do término da Revolução Farroupilha. Além disso, a migração de João da Silva Tavares e sua família para Bagé ocorre também nesse momento. O marco final, por sua vez, foi delimitado em virtude do alcance dos nossos bancos de dados, os quais ainda não ultrapassam o ano de 1865.

<sup>432</sup> Muitos trabalhos enfocam também o papel das mulheres para a análise das relações de compadrio. Nesse sentido, poderíamos ter optado por essa mesma estratégia metodológica, a qual possibilita o agregar de aspectos igualmente relevantes para esse tipo de análise. A opção pela não utilização dessa metodologia se deu não só para fins comparativos (tendo por baliza a figura de João da Silva Tavares, a qual norteia este trabalho), mas principalmente em virtude da relativa ausência da Baronesa de Serro Alegre dos registros batismais aqui analisados. Ao longo de todo o período, a Baronesa compareceu uma única vez à pia batismal em Bagé, tendo-o feito juntamente com seu esposo. À parte nossa opção, cremos que seja importante ressaltar a relevância do papel das madrinhas em análises de relações de compadrio. Para trabalhos nesse sentido ver, por exemplo. FARINATTI, 2010b, Op. Cit.. HAMEISTER, Op. Cit.

correspondem a 4,8% do total de assentos de batismo utilizados para esta análise<sup>433</sup>. Os dados quantitativos relativos aos batizados efetuados por esses Padrinhos Preferenciais estão dispostos no quadro abaixo:

	<b>Padrinho</b>	<b>Quantidade de batizados</b>
1	Lourenço Casanovas (padre)	70
2	Manuel de Jesus dos Santos (preto forro)	47
3	Cândido Lúcio de Almeida (vigário)	42
4	Manuel Martins (capitão)	24
5	Joaquim Pereira Fagundes (capitão)	23
6	Luís do Couto Carneiro (“cavalheiro”)	20
7	Alexandre Teixeira Brasil	18
8	Ismael Soares da Silva (coronel)	18
9	Laurindo José Colares	18
10	Manuel de Borba Cabral	17
11	João (escravo de Francisco Lucas de Souza)	16
12	Joaquim Antônio de Oliveira	16
13	Manuel Lucas Machado	16
14	Frederico Gonçalves Rodrigues Jardim (major)	15
15	José Francisco de Azevedo Penna (doutor)	15
16	Serafim Alves da Costa	15

Fonte: Arquivo da Diocese de Bagé. Registros de Batismo da Igreja de Bagé. Livros 2, 3, 4a, 4b, 5b e 6b.

#### **Quadro 5: Padrinhos Preferenciais (Bagé, 1845-1860).**

Creemos que, considerando o objeto central deste trabalho, o primeiro e mais importante ponto a ser destacado seja, obviamente, a ausência de João da Silva Tavares da listagem acima. Os dados relativos aos Padrinhos Preferenciais, entretanto, podem nos ajudar a levantar alguns dos possíveis motivos dessa ausência. Ressaltamos, primeiramente, a influência da migração na trajetória de Silva Tavares, a qual se deu no início do período englobado por nossa análise relativa aos registros de batismo. Conforme afirmamos na primeira parte deste capítulo, a inserção de Silva Tavares naquela sociedade teria sido lenta e gradativa, algo que se corrobora, em certa medida, pela ausência deste na listagem acima.

<sup>433</sup> É importante esclarecer que outros 3 nomes apresentaram mais de 15 registros para o período. Eles não foram incluídos em virtude de não conseguirmos definir se esses registros eram de um mesmo indivíduo ou de pessoas homônimas.

Uma outra questão que pode ter influenciado nessa ausência diz respeito à idade de João da Silva Tavares<sup>434</sup>. Como sabemos, Silva Tavares tinha 55 anos quando da compra da estância do Serro Alegre, tendo migrado com sua família posteriormente ao fechamento desse negócio. Em Bagé, Silva Tavares compareceu uma única vez à pia batismal, juntamente com sua esposa, no ano de 1861, para batizar uma sobrinha. Nesse ano, contava já com 69 anos, e o convite a apadrinhar pode ser explicado pelo fato de sua cunhada, mãe do batizando, ser também uma migrante naquela localidade. Nesse sentido, é possível que sua idade um tanto quanto avançada tenha influenciado negativamente para que não se tornasse um padrinho reiteradamente requisitado. Com o intuito de testarmos essa hipótese, procuramos averiguar a idade dos Padrinhos Preferenciais do período, tendo obtido tal dado para 7 deles. A partir disso, verificamos a idade que cada um desses padrinhos apresentava no ano em que foram mais requisitados ao longo do período analisado, por considerarmos isso enquanto um indício de um pico de prestígio desses indivíduos. Dispusemos os dados obtidos no quadro a seguir:

---

<sup>434</sup> A questão da idade avançada, faz-se necessário deixar claro, já foi diversas vezes citada por Luís Augusto Farinatti em palestras sobre seus estudos acerca dos Padrinhos Preferenciais. Por exemplo: Apresentação de trabalho no XII Encontro Estadual de História. Agosto de 2014.

<b>Padrinho</b>	<b>Total de Batismos (1845-1865)</b>	<b>Ano com mais batizados</b>	<b>Total de batizados nesse ano</b>	<b>%</b>	<b>Idade no ano com mais batizados</b>	<b>Ano do 1º batizado</b>	<b>Ano do último batizado</b>
Lourenço Casanovas (padre)	70	1853	13	18,5	41	1845	1856
Cândido Lúcio de Almeida (padre)	42	1864	12	28,5	53	1858	1864
Alexandre Teixeira Brasil	18	1847	5	27,7	28	1846	1864
Ismael Soares da Silva (coronel)	18	1853	3	16,6	54	1847	1863
Laurindo José Colares	18	1852	6	33,3	29	1846	1864
Manuel Lucas Machado	16	1856	7	43,7	33	1851	1864
José Francisco de Azevedo Penna (doutor)	15	1864	5	33,3	33	1861	1864

Fonte: Arquivo da Diocese de Bagé. Registros de Batismo da Igreja de Bagé. Livros 2, 3, 4a, 4b, 5b e 6b.

**Quadro 6: Idade dos Padrinhos Preferenciais no ano em que mais batizaram (Bagé, 1845-1860).**

Como podemos observar, nenhum dos Padrinhos Preferenciais presentes no quadro acima teve um pico de comparecimento à pia batismal contando mais de 55 anos, idade de João da Silva Tavares quando do término da Revolução Farroupilha, marco inicial deste recorte. A idade média para o ano de maior número de batizados para esses indivíduos foi de 38 anos, o que corrobora nossa hipótese. Mesmo que tenham sido novamente convidados a apadrinhar após o ano de pico de batismos, isso ocorreu, geralmente, de maneira esporádica ao longo dos anos, o que revela um outro aspecto a ser observado quando da análise dos Padrinhos Preferenciais: a cada um dos padrinhos, corresponderam diferentes conjunturas nas quais seu prestígio esteve mais elevado, em que pesem os convites para apadrinhar como um índice para determinar isso. O jovem Doutor José Francisco de Azevedo Penna, por exemplo, teve todos os 15 convites para apadrinhar concentrados na década de 1860, quando mudou-se para Bagé para exercer a atividade médica. Não podemos deixar de observar, é claro, que esta é apenas uma hipótese levantada a partir da relativa ausência de João da Silva Tavares dos registros batismais, para a qual efetuamos este pequeno teste com o objetivo de averiguar, mesmo que de maneira experimental, se a questão da idade poderia, de fato, influenciar na escolha dos padrinhos, algo que afetaria diretamente a Silva Tavares durante o período em que viveu em Bagé. Apesar de nossa amostragem ser bastante pequena para afirmarmos que a idade avançada era um empecilho para que uma pessoa pudesse receber convites a apadrinhar de maneira reiterada, cremos que seja possível afirmar, frente ao exposto acima, que essa era uma possibilidade plausível, e que esse fator pode ter sido um dos responsáveis pela relativa ausência de Silva Tavares desses registros. É importante deixar claro, entretanto, que não acreditamos que esse fator, por si só, influísse de maneira definitiva para que os convites reiterados não ocorressem, embora fosse um dos diversos fatores a influenciar nesse sentido.

No que diz respeito à essa relativa ausência de João da Silva Tavares dos registros de batismo, Luís Augusto Farinatti também ressalta que muitas das relações dos indivíduos inseridos nesses contextos não passavam pela celebração de um batizado. Conforme o autor,

“o convite para apadrinhar podia ser gerado por lógicas diversificadas. Essas lógicas eram desigualmente distribuídas na sociedade, podendo variar conforme se tratassem de guaranis ou luso-brasileiros, de escravos ou livres, de mães solteiras pobres ou de famílias de elite. Por vezes podia mesmo haver uma lógica dominante na escolha das madrinhas e outra na dos padrinhos.”

Essas lógicas diferenciadas podem ser demonstradas através do perfil dos Padrinhos Preferenciais apresentados neste trabalho. Como podemos ver, dentre esses estavam não somente indivíduos que apresentaram distintivos sociais que destacavam sua posição

privilegiada naquela sociedade (como o título de doutor, as patentes militares, e mesmo o designativo “cavalheiro”, por exemplo), mas também um escravo, um “preto forro” e dois padres. Os três que foram designados por esses dois últimos distintivos, é importante destacar, foram justamente os padrinhos mais requisitados ao longo do período analisado, o que demonstra que uma análise das hierarquias sociais locais através do compadrio pode englobar indivíduos dos mais diferentes estratos sociais. Isso demonstra, também, que o compadrio pode evidenciar prestígios construídos a partir de uma inserção social local realizada, com sucesso, através de critérios alheios à um posicionamento social privilegiado, como a ocupação de altos postos militares, por exemplo. O caso do preto forro Manuel de Jesus dos Santos, segundo padrinho mais requisitado durante o período aqui analisado, evidencia isso. Apesar de sua inserção social, Manuel de Jesus jamais poderia, nessa sociedade marcada pela forte hierarquização social, ocupar posições como a de Deputado Provincial ou o Comando Superior das Guardas Nacionais, nas quais o Visconde de Serro Alegre atuou durante esse mesmo período. Se isso não diminui a inserção social desse liberto, evidenciada através de sua posição entre os Padrinhos Preferenciais, o contrário também pode ser dito sobre o Visconde, cuja inserção social era refletida através de critérios que, nesse caso, não passavam, necessariamente, pela questão do compadrio, como a ocupação dos cargos acima citados, por exemplo. Mesmo aqueles Padrinhos Preferenciais que poderiam ter ocupado posições eletivas na esfera provincial ou de comando local, é importante ressaltar, não o fizeram, com a única exceção do Coronel Ismael Soares da Silva, o qual precedeu a Silva Tavares no Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé. cremos que isso ressalta, para além dos cargos de comando, para os quais se era indicado, que as práticas eleitorais também correspondiam, assim como o compadrio, a lógicas diferenciadas, as quais não necessariamente estariam interligadas entre si.

As lógicas diferenciadas de compadrio podem ser evidenciadas também através da análise do perfil dos afilhados dos Padrinhos Preferenciais, ou mesmo dos pais e mães daquelas crianças. É significativo que os indivíduos que apresentaram patentes militares ou o distintivo de “doutor” ou “cavalheiro” tenham batizado quase que exclusivamente crianças livres<sup>435</sup>, enquanto o preto forro Manuel de Jesus e o escravo João batizaram, predominantemente, crianças escravas. Os padres, por sua vez, batizaram tanto crianças livres como libertas e escravas. Por essa razão, esses indivíduos que batizaram crianças escravas

---

<sup>435</sup> A única exceção é o Capitão Manuel Martins que, além de seus 23 afilhados livres, batizou uma única criança escrava.

tiveram como comadres suas mães, também escravas, nos casos em que os batizados não eram filhos de pais incógnitos, obviamente. Dentre os indivíduos com patentes militares ou com distintivo de “cavalheiro” ou “doutor”, as comadres escravas praticamente não estiveram presentes<sup>436</sup>. Esses perfis distintos demonstram não só os espectros sociais nos quais determinados indivíduos gozavam de determinado prestígio, mas também demonstram o peso dessas hierarquias no estabelecimento de relações de compadrio. Não é a toa que os perfis dos afilhados e compadres do preto liberto Manuel de Jesus e do Capitão Joaquim Pereira Fagundes, por exemplo, sejam completamente distintos, em virtude das diferentes posições sociais ocupadas por esses dois indivíduos, marcadas pelos distintivos “capitão” e “preto liberto”. Isso não anula, obviamente, a posição de destaque de Manuel de Jesus entre indivíduos que podem ser considerados como “subalternos” naquela sociedade. Entretanto, por mais que Manuel de Jesus tivesse mais compadres que o Capitão Joaquim, isso não garantia uma posição mais vantajosa naquela sociedade para o preto liberto, e muito menos diminuía a posição social do Capitão, caso tomemos como critério a ocupação de postos no oficialato, como as patentes do próprio Capitão Joaquim, do Major Frederico, ou mesmo do Coronel Silva Tavares.

Como vimos, ao longo de sua vida João da Silva Tavares ocupou diferentes postos na hierarquia militar, desde o posto de Alferes, quando atuava nas Milícias, passando pelos postos de Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel, aos quais fora alçado, em grande parte, por sua atuação na Guarda Nacional. É importante recordar também que fora condecorado, durante a Revolução Farroupilha, com a patente de Coronel Honorário do Exército. Conforme Luís Augusto Farinatti, a permanência do estado de epidemia bélica ao sul do Brasil durante grande parte do Oitocentos fez com que a posse de altas patentes e a ocupação de postos de comando permanecesse enquanto “um elemento importante daquela hierarquia social”<sup>437</sup>. Em sua análise sobre os Padrinhos Preferenciais de Alegrete, efetuada a partir dos registros de batismo realizados naquela localidade entre 1816 e 1835, esse mesmo autor aponta para a relevância da posse de patentes militares como um indicador de prestígio social observável através do compadrio<sup>438</sup>. A partir dos dados relativos aos assentos batismais, o autor demonstra que o oficialato fez-se presente enquanto padrinho em 355 vezes (14% do total para aquele estudo), um número 2,5 vezes maior do que o de vezes nos quais os oficiais levaram seus filhos a batizar naquela capela (94 vezes, perfazendo 3% do total). A partir de

---

<sup>436</sup> Mais uma vez, o único caso excepcional é o do Capitão Manuel Martins.

<sup>437</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010, p. 249.

<sup>438</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2012.

nossas análises encontramos um perfil similar àquele descrito por Farinatti<sup>439</sup>: entre 1845 e 1865, 277 oficiais batizaram seus filhos em Bagé, os quais totalizam 3,1% do total; os padrinhos oficiais, por sua vez, totalizam 5,2% do total, fazendo-se presentes como tal em 463 oportunidades. Apesar da diferença encontrada para Bagé ser menor do que a encontrada para Alegrete, cremos que podemos afirmar, a partir dos percentuais apresentados, que a representatividade do comparecimento do oficialato à pia batismal para apadrinhar crianças, superior à seu comparecimento enquanto pais, evidencia que o prestígio decorrente da ocupação de postos militares era refletido também pelos registros de batismo de Bagé.

Para o caso de Alegrete, esse prestígio fica evidenciado pela presença de indivíduos com patentes militares entre os Padrinhos Preferenciais de Alegrete, sendo 7 o número de oficiais entre os 15 padrinhos mais solicitados para aquela localidade, e, dessa forma, compondo um percentual de 46,6% do total de Padrinhos Preferenciais daquela localidade<sup>440</sup>. Para Bagé, 4 dos 16 Padrinhos Preferenciais apresentaram alguma patente, perfazendo 25% do total desses indivíduos, um percentual abaixo daquele encontrado para Alegrete, mas que, apesar disso, ressalta a relevância da ocupação de patentes como um dos elementos geradores de prestígio também para a localidade de Bagé. Considerando esse viés, remetemos novamente à relativa ausência de João da Silva Tavares dos assentos batismais do período, haja vista que sua patente de Coronel deveria, ao menos em teoria, refletir-se também no comparecimento à pia batismal naquela localidade. Há que se ressaltar, porém, a já citada postulação de Luís Augusto Farinatti acerca de não haver uma congruência necessária entre a ocupação de postos no oficialato e a presença desses indivíduos à pia batismal, uma vez que “não se deve tomar como absoluta a relação entre essas patentes e o prestígio no campo do compadrio”<sup>441</sup>. Nesse sentido, portanto, podemos compreender a ausência de Silva Tavares dos registros de batismo também através desse viés.

Ao analisar as hierarquias do compadrio em Alegrete, Luís Augusto Farinatti ressalta também que “o nível de congruência entre a hierarquia do compadrio e aquelas estruturadas a partir dos altos postos militares ou da fortuna não era absoluto”<sup>442</sup>, apesar de ser forte. Essa é

---

<sup>439</sup> Para a obtenção desses percentuais, utilizamos a mesma metodologia aplicada por Luís Augusto Farinatti (2012): consideramos todos aqueles que tiveram indicada, ao menos por uma vez, uma patente de oficialato. Em seguida, através de uma busca nominal nos registros de batismo, incluímos os registros nos quais aqueles oficiais estavam presentes sem que sua patente houvesse sido indicada, algo que poderia decorrer, ainda segundo Farinatti, das diferentes práticas levadas a cabo pelos párocos quando da elaboração de tais registros.

<sup>440</sup> FARINATTI, Luís Augusto. Op. Cit., 2012.

<sup>441</sup> Id. Ibid., p. 11.

<sup>442</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010b, p. 14. Em suas análises, Luís Augusto Farinatti observou que quatro dos detentores das maiores fortunas de Alegrete no período entre 1825 e 1865 estiveram presentes dentre os

uma observação interessante, caso consideremos não só a posição econômica de Silva Tavares naquela sociedade, como vimos anteriormente, mas também sua presença em postos como o Comando Superior das Guardas Nacionais e o Comando da Fronteira de Bagé. Analisando os Padrinhos Preferenciais relativos à Alegrete entre 1816 e 1845, Farinatti sinaliza para o

“fato de que importantes famílias de Oficiais, que tiveram mais de um de seus membros ocupando os principais cargos militares da Fronteira (Comandante de Distrito, Comandante de Fronteira e, até mesmo, Comandante Geral das Armas da Província), não aparecem nem mesmo em um “segundo círculo” entre os campeões de batismo, aqueles 20 padrinhos e 17 madrinhas que teriam 10 ou mais afilhados. Ali não estavam, por exemplo, o Barão de Cerro Largo (General José de Abreu), nem qualquer de seus quatro filhos, todos Oficiais com cargos de comando na Fronteira.<sup>443</sup>”

De fato, por mais que ocupasse o topo da hierarquia econômica local, além dos postos de comando e a patente de Coronel, João da Silva Tavares também não estaria, de acordo com os assentos batismais de Bagé, em um “segundo círculo” similar ao citado por Farinatti. Essa condição, entretanto, não constituía uma exceção nas fronteiras meridionais do Império, como sugerem não só as observações feitas por Farinatti, mas também o que aqui observamos sobre o caso de Bagé.

Além disso, é interessante observar as diferenças relativas ao contexto no qual João da Silva Tavares se insere em Bagé e aquele analisado por Luís Augusto Farinatti: nas primeiras 3 décadas do século XIX, aquele espaço de fronteira fora conquistado e estava em processo de ocupação, o qual era fortemente marcado pela endemia bélica. Nesse sentido, a ocupação de patentes militares era um fator de maior relevância naquele período, algo que se refletia nos assentos batismais. Silva Tavares, por sua vez, migrara para uma localidade que já estava a um certo período estabelecida, assim como as questões relativas às suas fronteiras se encaminhavam nesse mesmo sentido. Embora as questões bélicas ainda marcassem aquela sociedade, fazendo com que os oficiais ainda desfrutassem de considerável prestígio, outros elementos passavam a disputar esse prestígio local, em decorrência das modificações conjunturais, algo que também pode ter pesado para a ausência de Silva Tavares dos assentos batismais. Essa mudança pode ser evidenciada, por exemplo, pela presença de indivíduos com o distintivo de doutor nos batismos efetuados em Bagé entre 1845 e 1865, sendo que um desses doutores se fez presente inclusive entre os Padrinhos Preferenciais daquele período. Os doutores, fossem médicos ou advogados, foram convidados à comparecer à pia batismal em

---

Padrinhos Preferenciais entre 1816 e 1845, evidenciando uma relativa congruência entre tais posições. Em nosso trabalho, apenas o Capitão Joaquim Pereira Fagundes esteve presente tanto entre os Padrinhos Preferenciais quanto entre as maiores fortunas descritas entre 1820 e 1870 para Bagé.

<sup>443</sup> FARINATTI, Op. Cit. 2010b.

Bagé em 47 oportunidades. Essa quantidade, apesar de mínima (0,5% do total), evidencia a diferença conjuntural com relação a Alegrete, haja vista que nenhum dos padrinhos que compareceram à pia batismal nessa localidade entre 1816 e 1835 foi descrito pelo pároco com esse mesmo distintivo.

Sobre esses distintivos, vários autores têm destacado que a presença de tais designativos, descritos pelos párocos, estaria indicando o reconhecimento de uma posição de certo destaque na sociedade na qual tais indivíduos estavam inseridos<sup>444</sup>. Consideramos, entretanto, que no que diz respeito à análise de registros batismais, esses distintivos devam ser analisados não só em termos quantitativos, mas também em questões qualitativas. Como vimos, João da Silva Tavares comparece apenas uma vez à pia batismal durante o período analisado. Nesse assento batismal, Silva Tavares é designado não por sua patente militar, mas por seu outro distintivo social: o título de Barão de Serro Alegre, o qual à época já possuía. Se o fato de comparecer uma única vez à pia batismal não o coloca, em termos quantitativos, em uma posição relevante com relação às hierarquias do compadrio local, o mesmo não pode ser dito em termos qualitativos, haja vista que João da Silva Tavares é o único indivíduo detentor de título nobiliárquico a comparecer à pia batismal em Bagé no período em questão.

A obtenção de um título nobiliárquico, mais do que destacar João da Silva Tavares em relação às hierarquias locais, colocava-o em uma posição de destaque também em relação ao Império do Brasil como um todo e, obviamente, em termos provinciais. Jonas Vargas destaca que a distribuição de títulos de nobreza era “uma das principais práticas da Coroa na cooptação das elites provinciais”<sup>445</sup>. Esses títulos, geralmente ofertados a ricos senhores de terras e escravos que, à sua maneira, haviam contribuído para o desenvolvimento e a defesa do Império brasileiro, conferiam aos nobilitados um status social que os diferenciava das demais famílias das fronteiras meridionais desse Império<sup>446</sup>, sendo que a Corte, ao congratular esses indivíduos, “reconhecia-os como membros das elites provinciais, possibilitando, por meio deles, uma melhor interlocução entre o Centro e a periferia<sup>447</sup>”. Dessa forma, portanto, João da Silva Tavares também enveredava-se por entre as estruturas sociais do Império do Brasil.

---

<sup>444</sup> Ver, por exemplo: BRUGGER, Op. Cit.; FRAGOSO, Op. Cit., 2009.; FARINATTI, Op. Cit., 2010b; FARINATTI, Op. Cit., 2012.

<sup>445</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010, p.192.

<sup>446</sup> Id. Ibid.. Ver também: CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>447</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010, p. 193.

Em seu trabalho, Vargas destaca que, em termos provinciais, ao longo do período imperial, a região da Campanha, na qual Bagé estava localizada foi, juntamente com a região do complexo charqueador rio-grandense, a mais privilegiada pela Coroa no que diz respeito à concessão de títulos nobiliárquicos, em função da localização estratégica que ocupava, em virtude da qual as “famílias que ali residiam colaboraram fortemente com a defesa da fronteira, seja através da ocupação territorial, seja pela sua participação nas guerras<sup>448</sup>”, casos nos quais Silva Tavares se inclui. Nesse ponto, fica ainda mais evidente a posição à qual Silva Tavares fora alçado quando obteve o título de Barão de Serro Alegre, considerando que este entrava para uma elite regional na qual alguns de seus pares também se faziam presentes, à medida que os títulos eram ofertados para indivíduos da mesma região na qual Silva Tavares estava estabelecido. Apesar disso, Silva Tavares compunha uma elite nobiliárquica cujas acesso às fileiras era extremamente restrito, ainda mais se considerarmos que, até a década de 1850, quando Silva Tavares recebeu o título de nobreza, o número de indivíduos que também haviam sido nobilitados pela Coroa não chegava a 15 na província de São Pedro do Rio Grande do Sul<sup>449</sup>.

Nesse sentido, podemos concluir que João da Silva Tavares, apesar de não estar dentre os Padrinhos Preferenciais descritos para Bagé no período analisado, possuía uma posição de destaque na sociedade na qual estava inserido. O Visconde de Serro Alegre, quando de seu falecimento, ocupava uma posição privilegiada em relação àquela sociedade, tanto em termos econômicos quanto no que diz respeito às hierarquias sociais locais. Mais do que isso, ocupava, através do título que ostentava, uma posição de destaque não só em termos provinciais, mas também no que diz respeito ao Império do Brasil como um todo, ao qual, ao longo de sua vida, buscara vincular-se através das diferentes veredas que a construção desse Estado proporcionara aos indivíduos que habitaram não só sua extensão como um todo, mas principalmente as fronteiras meridionais desse Império.

---

<sup>448</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010, p. 195.

<sup>449</sup> VARGAS, Op. Cit., 2010, p. 199, a partir de dados obtidos em CARVALHO, Mário Teixeira de. Nobiliário Sul-riograndense. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

## CONCLUSÃO

A edição anual de 1872 do “Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da capital da província do Rio de Janeiro”, também conhecido como Almanack Laemmert, apresentava, em suas páginas, uma relação daqueles que haviam sido agraciados pela Coroa Brasileira com um título nobiliárquico. Na seção “Titulares - Grandes do Império”, constavam nomes como o do Duque de Caxias, do Marquês do Herval, Visconde de Pelotas e Barão de Saican, dentre os quais figurava também o nome de João da Silva Tavares, Visconde de Serro Alegre<sup>450</sup>. A mesma edição do Almanak trazia também um anexo, intitulado “Accrescimos, Alterações e Emmendas sobrevindos durante a impressão do Almanack”, no qual o autor sugeria que seria “proveitoso transferir os seguintes artigos para os seus lugares próprios antes de se fazer uso do presente Almanak<sup>451</sup>”. Dentre os acréscimos, constava o seguinte: “Visconde de Serro Alegre, João da Silva Tavares, faleceu em Bagé no dia 28 de março, com 81 anos de idade. Foi um cidadão a quem a integridade do Império deve relevantes serviços.<sup>452</sup>” Essa nota póstuma, por certo, evidenciava os motivos pelos quais Silva Tavares fora reconhecido e agraciado, ainda em vida, pela Coroa Brasileira.

O reconhecimento dessa trajetória, como vimos ao longo deste trabalho, deveu-se principalmente aos serviços militares de João da Silva Tavares, os quais iniciaram nas Milícias e se consolidaram através de sua atuação, ao longo de grande parte de sua trajetória, nas Guardas Nacionais. Sua participação em inúmeras guerras, na quais atuou sempre em nome da Coroa, influenciou diretamente na construção do prestígio que angariou para si ao longo de sua vida, como demonstram também as diversas vezes nas quais ocupou postos de comando, por mais que a conjuntura política tenha acarretado na perda de uma parcela desse prestígio justamente em circunstâncias de guerra, como ocorreu nos momentos finais da Revolução Farroupilha. Considerando esse momento específico, podemos concluir que o enveredar-se ao Império através das armas foi responsável pela não só pela construção de seu prestígio, nos primeiros anos de sua vida adulta em Herval, mas também pela reconstrução desse prestígio a partir da década de 1850, em Bagé, quando tornou a atuar em conflitos

---

<sup>450</sup> LAEMMERT, Eduardo Von. Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e da Capital da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietários E. & H. Laemmert, 1872. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20187&pesq=>>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

<sup>451</sup> Ibidem.

<sup>452</sup> Ibidem.

bélicos em nome do Império, seja de maneira direta ou indiretamente, como fora sua atuação durante a Guerra do Paraguai, por exemplo. O auge desse prestígio, como pudemos ver, foi o recebimento do título nobiliárquico, com o qual fora agraciado, principalmente, por suas atuações em defesa do Império durante os diversos conflitos bélicos que caracterizaram o Brasil meridional durante o século XIX.

Esse mesmo prestígio, forjado nos campos de batalha, levou João da Silva Tavares a outras veredas do Estado Imperial, em especial aquelas referentes ao aparato administrativo que vinha sendo construído no Brasil ao longo do século XIX, como os cargos de Juiz de Paz e Jurado, para os quais Silva Tavares foi eleito nos primeiros anos da década de 1830. Nesse mesmo período, o futuro Visconde de Serro Alegre enveredou-se também pelas esferas políticas institucionais do Estado Imperial Brasileiro, sendo alçado à Assembleia Provincial em 1835, posição esta que, por mais que talvez não a tenha ocupado neste momento, o faria, em uma nova conjuntura, na década de 1850, quando fora novamente eleito Deputado Provincial. Por mais que as circunstâncias fossem, em fins da década de 1850, diferentes daquelas nas quais Silva Tavares se encontrava em 1835, cremos que o prestígio que o fez tornar a essa posição foi, em grande parte, aquele granjeado durante o período que precedeu aos momentos finais da Revolução Farroupilha.

Foi através dessas diversas veredas que João da Silva Tavares realizou sua ascensão social, a qual era reiterada à medida que este era alçado a diferentes postos do aparato imperial, e que seria consolidada com concessão, por esse mesmo Império, dos títulos de Barão e depois Visconde de Serro Alegre. Essa ascensão social, como vimos, foi acompanhada por sua ascensão econômica, a qual se deu principalmente através da construção de um patrimônio material não só nas fronteiras meridionais do Império brasileiro, como além delas. Tanto a mobilidade social quanto a econômica foram propiciadas também em virtude do crescente prestígio que Silva Tavares construiu através de sua atuação em defesa do Império do Brasil, prestígio esse que propiciou, por mais de uma vez, a compra a crédito de propriedades rurais, algo fundamental no contexto em questão, no qual a prática da pecuária era uma das principais atividades econômicas. Essa ascensão socioeconômica foi definida, também, pela mobilidade espacial, a qual marcou a trajetória de Serro Alegre, seja no momento em que seu pai se estabeleceu nos campos ao sul do Piratini, seja quando Silva Tavares, em precária situação econômica consequente da Revolução Farroupilha, migrou com sua família para a localidade de Bagé, onde viveria os últimos anos de sua vida, consolidando sua trajetória de mobilidade social, econômica e espacial.

Creemos ter demonstrado, através dos capítulos deste trabalho, não só as diferentes circunstâncias socioeconômicas de João da Silva Tavares ao longo de sua trajetória, mas também sua posição em relação aos diversos contextos nos quais esteve inserido, desde a migração de seus pais para a região ao sul do rio Piratini até seu falecimento em Bagé. Sua inserção socioeconômica em Herval, no início de sua vida adulta, passou mais pelo prestígio que começava a angariar para si através de sua atuação no mundo das guerras do que pela herança de seu pai, um proprietário de médio porte, falecido em 1813. Essa mesma atuação, aliada a sua atuação política com relação aquele povoado, faria com que seu prestígio gradativamente ao longo da década de 1830, fazendo com que Silva Tavares se enveredasse pelas estruturas do Império do Brasil, ao mesmo tempo em que construía para si um patrimônio material baseado em terras, escravos e gado. Esses elementos não só estavam interligados como reiteravam uns aos outros e, dessa forma, projetavam a ascensão social e econômica de João da Silva Tavares.

Seu prestígio, também em constante aumento, fez com que seu nome se projetasse regionalmente, alcançando Silva Tavares a postos de comando locais, ao mesmo tempo em que ele aproximava-se de lideranças regionais e do governo provincial. Essa proximidade não só o levou a postos de comando regionais, como também o alçou, juntamente com o prestígio que granjeara para si e o projetara regionalmente, à Assembleia Provincial, em um momento de prosperidade econômica para Silva Tavares e, ao mesmo tempo, crítico para a política rio-grandense. Com a eclosão da Revolução Farroupilha e o consequente posicionamento de Silva Tavares em nome do Império, aumentou sua área de atuação não só através das atividades bélicas e dos constantes movimentos a ela relativos, mas também em termos político-relacionais: no Comando Superior das Guardas Nacionais do Rio Grande do Sul, agiu como um mediador entre a esfera provincial, as esferas locais e a Corte, algo que anteriormente fizera, embora que em uma esfera regional reduzida, a qual englobava Herval, Rio Grande e Jaguarão.

O envolvimento de João da Silva Tavares na Revolução Farroupilha pelas hostes imperiais aumentou seu prestígio, em um primeiro momento, à custa de seu patrimônio, o qual via esvaír-se pela atuação do exército republicano farroupilha e suas estruturas locais de administração. Sua tentativa de recuperar o patrimônio perdido, porém, seria um dos motivos que levariam seu prestígio a se reduzir, não só em termos regionais, como no alcance à Corte, o qual anteriormente possuía. Esse afastamento, decorrente também de seu posicionamento político com relação à direção pela qual o Império conduzira a pacificação da província, o

levaria a um período de ostracismo político, o qual seria potencializado pelo novo movimento migratório que realizou, assim como inúmeros outros habitantes das fronteiras meridionais do Império do Brasil, nos momentos posteriores ao término da Revolução. Sua migração foi motivada pela compra da estância do Serro Alegre, em Bagé, a qual realizou também a crédito, ativando as alianças e o tanto que restara de seu prestígio.

Ao longo dos anos que se seguiram, na localidade para qual migrara, reconstruiu não só seu patrimônio material, como seu prestígio, principalmente através das alianças políticas que efetuou ao longo da década de 1850. Essa reconstrução de seu prestígio o alçaria novamente à Assembleia Provincial e à posição de mediador, e a partir disso João da Silva Tavares tornava às veredas do Império do Brasil, nas quais permaneceria até seus últimos dias. Durante esse tempo, não só foi alçado ao Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé, como também tornou-se uma importante liderança política na localidade, agindo em consonância com as articulações faccionais voltadas às esferas políticas local, provincial e da Corte, as quais conectava através de sua atuação direta. Teve, por fim, seus serviços prestados ao Império reconhecidos pelo Imperador Dom Pedro II, recebendo os títulos de Barão, Barão com grandeza e Visconde com grandeza de Serro Alegre. Completava-se assim, sua conexão com o Império do Brasil, em cujas veredas João da Silva Tavares soube construir para si seu prestígio, ao mesmo tempo em que contribuía para a construção e consolidação do Estado Imperial Brasileiro. Veredas essas as quais não só testemunharam como contribuíram, em grande parte, para a ascensão social e econômica de Silva Tavares, algo possibilitado principalmente pelo mundo das guerras que caracterizava as fronteiras meridionais do Império do Brasil.

Ao longo de sua vida, João da Silva Tavares foi, por muitas vezes, auxiliado por seus filhos: o primogênito, Joca, lutara ao lado de seu pai desde bem moço, durante a Revolução Farroupilha. Todos os filhos de Silva Tavares o acompanharam quando de sua migração para Bagé, e nessa localidade atuaram de diferentes maneiras, seja na esfera local, através de cargos políticos ou administrativos, seja nas atividades bélicas relativas à fronteira, seja em seus negócios, dos quais o principal fora, ao longo de sua vida, a pecuária. Com o tempo, Silva Tavares dinamizaria sua estratégia familiar<sup>453</sup>, expandindo, através dela, sua área de atuação: enquanto Joaquim administrava uma charqueada em Pelotas, Francisco era enviado a São Paulo para estudar Direito, retornando em 1868. Ainda em vida, João da Silva Tavares

---

<sup>453</sup> FARINATTI, Op. Cit., 2010.

veria sua família colher os frutos dessa estratégia: Joca, retornando da Guerra do Paraguai, seria agraciado com o título de Barão do Itaquí, além de ser nomeado, em 1871, para o Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé, na qual seria auxiliado por seu irmão José Bonifácio; José Facundo, também vinculado à Guarda Nacional em Bagé, seria eleito para a Câmara de Vereadores local em 1870, enquanto seu irmão Francisco era eleito, em 1871, para a Assembleia Provincial, ocupando a posição de *mediador político* anteriormente exercida por seu pai.

Para além de seu patrimônio material, o Visconde de Serro Alegre deixaria para seus filhos, quando do seu falecimento em 1872, um legado ainda mais importante: ensinara-os a trilhar as veredas do Império do Brasil, através das quais os Silva Tavares projetariam o nome de sua família durante o restante do século XIX, atuando tanto nas esferas locais quanto nas provinciais e conectando-se ao mundo da Corte não só através das titulações de Joca e Joaquim, que seria agraciado com o título de Barão de Santa Tecla, mas principalmente através da presença de Francisco naquela esfera, enquanto Deputado Geral. A família, dessa forma, não só manteria o legado do Visconde de Serro Alegre enquanto liderança do Partido Conservador, como o elevaria a um outro patamar, mantendo também seu prestígio, seu patrimônio material e sua conexão com o Império do Brasil, através de suas veredas. Com a derrocada do Império, sem se desvincular do mundo da política, percorreriam outros caminhos, os quais os levariam, em 1893, à atuação na Revolução Federalista, na qual o Coronel Joca Tavares foi uma das lideranças, tendo sido coadjuvado por seus irmãos, cada um a sua maneira. A continuidade do legado do Visconde de Serro Alegre através da trajetória dos irmãos Silva Tavares, entretanto, é uma história que ficará, ao menos por ora, a ser contada.

## REFERÊNCIAS

AITA, Carmen; AXT, Gunter; Araújo, Vladimir (Org.). Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996.

AITA, Edsiana de Belgrado. Entre a lagoa e o mar: Propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2014. (Dissertação de Mestrado)

ALADRÉN, Gabriel. “Sem respeitar fé nem tratados”: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Rio de Janeiro: PPGH/UFF, 2012. (Tese de Doutorado)

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008.

AXT, Gunter (Org.). As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

BERUTE, Gabriel Santos. Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: Negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2001.

BRASIL, Carlos Roberto Martins. Sesmarias em São Sebastião de Bagé: primórdios do povoamento. Porto Alegre: Renascença, 2009.

BRÜGGER, Sílvia. Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del Rei - Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anablume, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

CAMARGO, Fernando. O Malón de 1801: A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CANCIANI, Leonardo; MUGGE, Miquéias. As Guardas Nacionais e seus comandantes – um ensaio comparativo: as províncias de Buenos Aires e do Rio Grande do Sul (século XIX). IN: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miquéias (org.). Homens e armas: recrutamento militar no Brasil do século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2011.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. A identidade inacabada: o regionalismo políticos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Mário Teixeira de. Nobiliário Sul-riograndense. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. Memórias Econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miquéias (org.). Homens e armas: recrutamento militar no Brasil do século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2011.

CORREA, André do Nascimento; MATHEUS, Marcelo Santos. A escravidão em uma perspectiva comparativa: Caçapava (RS, Brasil) e Brazoria (Texas) – primeira metade do século XIX. Texto Inédito.

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. Representação na monarquia brasileira. 41 Forum. Almanack Brasiliense nº 09, maio de 2009. Disponível em: <[http://www.almanack.usp.br/PDFS/9/AB-9\\_forum-03.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/9/AB-9_forum-03.pdf)>. Acesso em 04 de janeiro de 2016.

FAGUNDES, Elizabeth Macedo de. Bagé no caminho da história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1995.

\_\_\_\_\_. Inventário Cultural de Bagé: um passeio pela história. Bagé: Editora Evangraf/Praça da Matriz Editora, 2012.

FARINATTI, Luís Augusto. Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

\_\_\_\_\_. Territórios sobrepostos: as migrações na constituição de uma sociedade de fronteira (paróquia de Alegrete, 1821-1844). Anais do Seminário Internacional ‘Migrações: mobilidade social e espacial’. São Leopoldo: Unisinos, 2010a.

\_\_\_\_\_. Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845). Santa Maria: Anais do X Encontro Estadual de História – Anpuh/RS, 2010b.

\_\_\_\_\_. “A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835)”. In: História Unisinos, nº 16, set./dez. 2012, pp. 294-306.

\_\_\_\_\_. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1844). In: SCOTT, Ana Sílvia et al. (Orgs). História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2014.

\_\_\_\_\_ ; VARGAS, Jonas. “A nossa causa é a causa deles”: Elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820 – c. 1880). In: BARATA, Alexandre Mansur; MARTINS, Maria Fernanda Vieira; BARBOSA, Silvana Mota (Org.). *Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX*. 1ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014, pp. 225-256.

FERTIG, André. *Clientelismo Político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850 – 1873)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FLORY, Thomas. *El Juez de Paz y el Jurado em el Brasil Imperial, 1808-1871. Control social y estabilidad política em el nuevo Estado*. México, D.F.: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

FORTES, Amyr Borges. WAGNER, João Baptista Santiago. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

FRAGOSO, João. Afogando em Nomes: temas e experiências na história econômica. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 5, 2002, p. 41-71.

\_\_\_\_\_. O Capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, pp. 157-207

\_\_\_\_\_. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Org.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

\_\_\_\_\_; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Org.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

\_\_\_\_\_; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial, Volume 3, (ca.1720-ca.1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão*. Caxias do Sul: UCS, 1980.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS, 1803-1850*. Porto Alegre: Federação de Economia e Estatística, 1981.

GARCIA, Elida Hernandez e LEMIESZEK, Cláudio de Leão. *Guia incompleto das primazias de Bagé*. Bagé: Ediurcamp, 2013.

GARCIA, Graciela Bonassa. O Domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, pp. 169-178.

\_\_\_\_\_. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GIORGIS, Luís Ernani Caminha. As Campanhas de 1810-1820 na Região do Prata. In: AXT, Gunter (Org.). As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. Construindo uma nação no Brasil do século XIX. In: Revista Diálogos. Maringá: DHI/ UEM, v. 5, n. 1, 2001.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835 - 1845). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1997. (Tese de Doutorado).

GULARTE, Gustavo da Silva. Estabelecimentos rurais e trabalho escravo na fronteira do Jaguarão, 1802-1834. Anais do XII Encontro Estadual de História – Anpuh/RS. São Leopoldo, 2014.

HAMEISTER, Martha. Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863). Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2006. (Tese de Doutorado)

IZECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.) O Brasil Colonial, Volume 3, (ca.1720-ca.1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 483-522.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luís Augusto (Orgs.). Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32.

LACK, Katherine Joan. Family Dispersal in Rural England: Herefordshire, 1700-1871. Birmingham: School of History and Cultures – The University of Birmingham, 2012 (Tese de Doutorado).

LAGO, Laurenio. Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos 1828 – 2001. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001.

LEITMAN, Spencer. Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. Apontamentos sobre a história de Bagé. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. Bagé: novos relatos de sua história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. Varia História, janeiro de 2004. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/31p13.pdf>>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATHEUS, Marcelo dos Santos. Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2012.

\_\_\_\_\_. Texto de Qualificação do Projeto de Tese “A produção da diferença: escravidão e hierarquia social no extremo sul do Brasil meridional (Bagé, c.1830-c.1870)”. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS-PPGH, 2014. (Qualificação de Doutorado)

\_\_\_\_\_. A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820 – c. 1870). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, S/d. (Texto inédito).

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Leandro Rosa de. Das migrações para a fronteira (BAGÉ, c.1830-c.1860). In: História, Verdade e Ética: anais / XII Encontro Estadual de História de 11 a 14 de agosto de 2014 / Organizadores: José Carlos da Silva Cardozo; Jonathan Fachini da Silva; Denize Terezinha Leal Freitas. - Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

MATTOS, Ilmar Rohloff. de. O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990. MEDEIROS, Manoel da Costa. História do Herval. Caxias do Sul: UCS, 1980.

MENDES, Jeferson dos Santos. O Barão de Caxias na guerra contra os Farrapos. Passo Fundo: PPGH/IFCH, 2010. (Dissertação de Mestrado)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Guerra dos Farrapos. Ordens do dia do General Barão de Caxias (1842 - 1845). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1894.

OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino. Porto Alegre: UFRGS/IFCH – PPGH, 1990. (Dissertação de Mestrado)

\_\_\_\_\_. O Império Português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo no espaço fronteiriço platino. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1999. (Tese de Doutorado).

PANIÁGUA, Edson Romário Monteiro. A Construção da Ordem Fronteiriça: Grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha Sul-rio-grandense (1852-1867). São Leopoldo: PPGH/UNISINOS: 2012. (Tese de Doutorado)

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Política Rio Grandense no II Império. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa em História, 1974.

\_\_\_\_\_. (Org.). Coletânea de discursos parlamentares da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835/1889. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Rio Grande: FURG, 1987.

REIS, Jorge. Apontamentos Históricos e Estatísticos de Bagé. Porto Alegre: Typographia Jornal Correio do Povo, 1911.

\_\_\_\_\_. Homens do Passado. Bagé: URCAMP/CECOM, 1989.

RHEIGANTZ, Carlos. Famílias primeiras de Bagé. Fascículo I, Título 30: Silva Tavares. Bagé: EDIURCAMP, 1993.

RIBEIRO, José Iran. Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845). Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

\_\_\_\_\_. “De tão longe para sustentar a honra nacional”: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado)

RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Volume 2. Porto Alegre: 1978.

\_\_\_\_\_. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Volume 8. Porto Alegre: 1984.

RIO GRANDE DO SUL. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Volume 9. Porto Alegre, 1985.

ROCHE, Jean. L'administration de la province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847: d'après les rapports inédits du président du Rio Grande do Sul devant le Conseil Général, puis l'Assemblée Législative Provinciale. Porto Alegre: Gráfica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1961.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Apontamentos para a história da revolução de 1835-1845. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IV Trimestre. Ano VII. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1927.

SALIS, Eurico Jacinto. História de Bagé. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1955.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. Revista Métis: história & cultura, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

SCHMITT, Ânderson Marcelo. “Não admitindo escusa alguma”: confiscos e recrutamentos na guerra civil rio-grandense (1835 - 1845). Passo Fundo: PPGH/IFCH, 2014. (Dissertação de Mestrado).

SCOTT, Ana Sílvia et al. (Orgs). História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2014.

SENADO FEDERAL. Anais do Senado do Império do Brasil. Livro 4. Brasília: Subsecretaria de Anais, 1978.

\_\_\_\_\_. Anais do Senado do Império do Brasil. Livro 5. Brasília: Subsecretaria de Anais, 1978.

SILVERMAN, Sydel. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SCHMIDT, S. W. (Ed.). Friends, Followers and Factions: a Reader in Political Clientelism. Berkeley: University of California, 1977, p. 293 - 304.

SOUZA, Adriana Barreto de. Trajetórias militares, política imperial e escrita da história. Revista Métis: história & cultura, v. 2, n. 3, p. 95-108, jan./jun. 2003.

SOUZA, Álvaro Tavares de. Barão e Visconde de Serro Alegre – Duas Vezes Grande do Império – Feitos e Serviços. Publicação: 1970.

SPALDING, Walter. João da Silva Tavares (Visconde de Serro Alegre). IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. III Trimestre. Ano XVIII. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1938.

\_\_\_\_\_. A Epopeia Farroupilha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

\_\_\_\_\_. Construtores do Rio Grande. Vol. I. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1969.

TABORDA, Tarcísio Antônio da Costa. Visconde de Serro Alegre. Discurso proferido pelo historiador Tarcísio Antônio da Costa Taborda ao tomar posse da Cadeira nº 18 na Academia Brasileira de História reunida em sessão solene na sala do Egrégio Conselho Universitário da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 29 de abril de 1977. Bagé: Faculdades Unidas de Bagé/Fundação Átilla Taborda, S/d.

\_\_\_\_\_. Governos e Governantes de Bagé. Bagé: Museu Dom Diogo de Souza, 1966.

\_\_\_\_\_. A invasão argentina de 1827. Bagé: FUnBa, 1972.

\_\_\_\_\_. A Igreja de São Sebastião de Bagé. Bagé: Editora Emma, 1975.

\_\_\_\_\_. Bagé e a Revolução Farroupilha. Bagé: CECOM-FUnBa, 1985.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal de Bagé: 1847 – 1987. Bagé: Câmara Municipal, 1987.

VARGAS, Jonas. Entre a Paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

\_\_\_\_\_. As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: Weber, Beatriz & Ribeiro, José Iran. Nova História de Santa Maria: contribuições recentes. Santa Maria, 2010a.

\_\_\_\_\_. Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado).

VELASCO, Ivan. As seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19. Bauru: EDUSC, 2004.

VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luís Augusto (Orgs.). Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos, 2015.

VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Brasília: Senado Federal, 2007.

VIEIRA, José Cypriano Nunes. O Fundador do Herval. Bagé, 2010.

Weber, Beatriz & Ribeiro, José Iran. Nova História de Santa Maria: contribuições recentes. Santa Maria, 2010.

ZARTH, Paulo. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.